



SUPERNOVA[®]

Conselho Nacional de Justiça - CNJ Na Mídia

Correio Braziliense | Nacional

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Para Barroso, esperança vence intolerância

Política - 07/09/2021

10

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

BRASILIA-DF

Política - 07/09/2021

11

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

» DESTAQUES

Cidades - 07/09/2021

13

Folha de S. Paulo | Nacional

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Auxiliares de Guedes veem ataques de Bolsonaro atrapalhar retomada

Mercado - 07/09/2021

14

O Estado de S. Paulo | Nacional

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Os pressupostos da independência

Notas e Informações - 07/09/2021

18

O Globo | Nacional

CNJ - CNJ, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

A geração que não se perdeu na pandemia

Opinião - 07/09/2021

20

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

À espera de atos, pautas travam no STF e no Congresso

Política - 07/09/2021

22

Diário do Nordeste | Ceará

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Sede do Judiciário em chamadas

Metro - 07/09/2021

25

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

FUX LIGA PARA A PRESIDENTE DO TJCE

Poder - 07/09/2021

28

O Povo | Ceará

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Com prédio interditado, TJCE transfere parte das atividades para o Fórum

Cidades - 07/09/2021

29

BBC Brasil | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Por que visão de investidores estrangeiros sobre o Brasil piorou no último mês

Notícias - 06/09/2021

31

Conexão Tocantins | Tocantins

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Operação Maria da Penha resulta na prisão de 11 e em 30 medidas protetivas de urgência 34
Polícia - 06/09/2021

Extra online | Rio de Janeiro

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Mães solo que tiveram auxílio emergencial negado vão receber assessoria gratuita para desbloqueio; saiba como participar 35
Notícias - 07/09/2021

G1.Globo | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Número de adoções cai 46% na pandemia; são mais de 650 crianças e adolescentes na espera por um lar em MG 37
Sul de Minas - 06/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça /

Fux manda TJ de Mato Grosso do Sul retirar bandeira do Brasil Império hasteada na sede do tribunal 39
Política - 06/09/2021

Metrópoles | Distrito Federal

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

TJMS hasteia bandeira do Brasil Império: 'Celebração da Independência' 40
Notícias - 06/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça /

Fux manda TJMS retirar bandeira do Império de sua sede 41
Notícias - 06/09/2021

O Antagonista | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça /

Fux manda presidente do TJMS retirar bandeira do Brasil Império 42
Notícias - 06/09/2021

O Globo Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Apesar de mais denúncias de agressões a crianças, abrigos se esvaziam na pandemia 43
Brasil - 06/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça /

Fux determina retirada de bandeira imperial hasteada por presidente do Tribunal de Justiça do MS 45
Brasil - 06/09/2021

Tribuna da Bahia Online | Bahia

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Foro privilegiado 46
Colunistas - 06/09/2021

UOL | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Presidente do CNJ, Judiciário - Presos /

CNJ acorda para o descalabro das prisões por reconhecimento errado 48
Notícias - 06/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 /

ONU se diz preocupada com ameaças contra STF 51
Notícias - 06/09/2021

Valor Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Incertezas dificultam a recuperação do Ibovespa 53
Finanças - 06/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Fux determina retirada de bandeira imperial do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul 55
Política - 06/09/2021

Veja Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Guedes entre novo confronto e a dependência do STF 56
Economia - 06/09/2021

CNN Online (Brasil) | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

STF manda tribunal de Mato Grosso do Sul retirar bandeira do Brasil Império 57
Notícias - 06/09/2021

Consultor Jurídico | São Paulo

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - PJE, Judiciário - SEEU /

Os desnecessários pedidos de informações em HC na era dos processos eletrônicos 58
opinião - 06/09/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça /

Luiz Fux manda retirar bandeira imperial hasteada no TJ-MS antes de 7 de setembro 61
Notícias - 06/09/2021

D24am | Amazonas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Audiência discutirá atuação do oficial de Justiça nas causas de violência doméstica 62
Notícias - 06/09/2021

O Sul | Rio Grande do Sul

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Presidente do CNJ, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça /

Supremo manda tribunal de Mato Grosso do Sul retirar a bandeira do Brasil Império 63
Notícias - 07/09/2021

TV Justiça | Rio de Janeiro

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

STJ quer cumprimento de decisão internacional no complexo de Bangu Jornal da Justiça 2ª Edição - 06/09/2021	64
Correio Braziliense Nacional Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / PODER / Poucomais de dois meses após sair da pasta do Meio Ambiente, ex-ministro se junta à ala mais radical de bolsonaristas, Notícias - 06/09/2021	65
Judiciário - STF / MP para garantir a militância na internet Política - 07/09/2021	68
Judiciário - STF / Proteção a grupo indígena Política - 07/09/2021	70
Judiciário - STF / Bolsonaro quer impedir 'passaporte da vacina' Brasil - 07/09/2021	71
Judiciário - Judiciário / A democracia é inegociável Opinião - 07/09/2021	73
Folha de S. Paulo Nacional Judiciário - STF / Golpe não é mais delírio paranoico, diz Gustavo Franco Mercado - 07/09/2021	74
Judiciário - STF / PAINEL Poder - 07/09/2021	75
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Isolado, Jair Bolsonaro parte para o tudo ou nada em atos de raiz golpista Poder - 07/09/2021	77
Judiciário - STF / PF prende 2 por ameaças a Moraes, do STF Poder - 07/09/2021	80
Judiciário - STF / Ação de robôs pró-Bolsonaro cresce nas redes Poder - 07/09/2021	81
Judiciário - STF / Presidente estimula confrontos em vez de soluções, afirma Lula Poder - 07/09/2021	83
Judiciário - STF / Caravana para ato em Brasília tem críticas ao STF e saudosismo do golpe	85

Poder - 07/09/2021

Judiciário - STF /

MÔNICA BERGAMO

89

Ilustrada - 07/09/2021

O Estado de S. Paulo | Nacional

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /

COLUNA DO ESTADÃO

91

Política - 07/09/2021

Judiciário - Judiciário /

Marcha à ré institucional

93

Economia - 07/09/2021

Judiciário - STF /

Moraes ordena prisões às vésperas das manifestações

95

Política - 07/09/2021

Judiciário - STF /

Atos viram aposta de alto risco do presidente

97

Política - 07/09/2021

Judiciário - STF /

Justiça livra Lula de mais uma acusação de corrupção

100

Política - 07/09/2021

O Globo | Nacional

Judiciário - STF /

Suspeito de tentar minar a democracia e o plantio da soja

102

Brasil - 07/09/2021

Judiciário - STF /

MERVAL PEREIRA - Situação-limite

104

Opinião - 07/09/2021

Judiciário - STF /

MÍRIAM LEITÃO - Bolsonaro foge para a sua bolha

106

Economia - 07/09/2021

Judiciário - STF /

IBGE inicia fase de testes do Censo na Ilha de Paquetá

108

Economia - 07/09/2021

Judiciário - STF /

Blogueiro suspenso usa canais de aliados para transmissão

110

Política - 07/09/2021

Judiciário - STF /

Justiça Federal tranca mais uma ação penal contra Lula

111

Política - 07/09/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / PF prende bolsonaristas e cumpre buscas Política - 07/09/2021	112
Judiciário - Judiciário / Presidente reduz 'expediente' e impulsiona agenda nas ruas Política - 07/09/2021	114
Agora São Paulo São Paulo Judiciário - Presos / Como ocorrem as injustiças Editorial - 06/09/2021	116
A Tarde Online Bahia Judiciário - Conciliação / Honorários para os advogados dativos Notícias - 07/09/2021	117
Diário de Cuiabá Mato Grosso Judiciário - Audiência de Custódia / Crimes de importunação sexual aumentam 28% em MT Notícias - 07/09/2021	118
Estadão Online Nacional Judiciário - Conciliação / O vírus do autoritarismo Opinião - 06/09/2021	120
Gazeta do Povo Paraná Judiciário - Audiência de Custódia / Professor que citou prêmio 'pela cabeça' de ministros do STF é preso em SC Vida e Cidadania - 06/09/2021	122
Notícias do Dia Santa Catarina Judiciário - Audiência de Custódia / Preso em SC diz que empresário grande paga 'por cabeça de Alexandre de Moraes' Notícias - 06/09/2021	123
Judiciário - Audiência de Custódia / STF mantém prisão de professor de SC investigado por ato antidemocrático Notícias - 06/09/2021	125
Poder 360 Nacional Judiciário - Audiência de Custódia / PF prende bolsonarista que relatou suposta oferta para matar Moraes Notícias - 06/09/2021	127
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte Judiciário - Conciliação / Homenagem - 06/09/2021 - Notícia	128

Notícias - 06/09/2021

CNN Online (Brasil) | Nacional

Judiciário - Conciliação /

Governo espera conter cerco e fortalecer Bolsonaro com atos de 7 de Setembro 131

Notícias - 06/09/2021

Diário do Centro do Mundo | Nacional

Judiciário - Audiência de Custódia /

Professor de Santa Catarina é preso por inquérito que apura atos antidemocráticos 133

Notícias - 06/09/2021

O São Gonçalo | Rio de Janeiro

Judiciário - Audiência de Custódia /

PF prende bolsonarista que relatou suposta oferta para matar Alexandre de Moraes 134

Notícias - 06/09/2021

O Tempo - Super Notícia | Minas Gerais

Judiciário - Covid-19 /

Pandemia como pretexto para não receber advogado 135

Últimas - 07/09/2021

TV Justiça | Rio de Janeiro

Judiciário - STF /

STF autoriza saída de ex-deputado da prisão para fazer tratamento em hospital 136

Jornal da Justiça - 06/09/2021

Judiciário - STF /

Secretário-Geral da presidência do STF fala sobre programa de combate à desinformação 137

Jornal da Justiça - 06/09/2021

Judiciário - STF /

Investigações vão apurar a incitação à prática de atos criminosos contra a democracia 138

Jornal da Justiça 2ª Edição - 06/09/2021

Judiciário - STF /

Ato que dispõe sobre a tramitação de medidas provisórias durante a pandemia é constitucional 139

Jornal da Justiça 2ª Edição - 06/09/2021

Judiciário - STF /

Lei estadual que permite a criação de municípios é inconstitucional 140

Jornal da Justiça 2ª Edição - 06/09/2021

Judiciário - STF /

Aécio Neves poderá ter acesso a mensagens apreendidas pela Operação Spoofing 141

Jornal da Justiça 2ª Edição - 06/09/2021

Para Barroso, esperança vence intolerância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: TAINÁ ANDRADE ISRAEL MEDEIROS

Na véspera dos atos pró-governo pelo país, o ministro Luís Roberto Barroso, do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fez um discurso em que pregou a esperança e falou contra a intolerância dos tempos atuais. A manifestação foi publicada em seus perfis oficiais para comemorar a chegada do ano novo judaico.

Ele não chegou a citar o presidente Jair Bolsonaro, mas fez um paralelo entre as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros e aquelas vividas pelos judeus. 'A humanidade vive tempos desafiadores, marcados pela intolerância, extremismo e por uma pandemia que já consumiu milhares de vidas. Nós precisamos, mais do que nunca, de solidariedade, fraternidade e também de alegrias', disse.

'O povo judeu é um bom exemplo para todos de superação da adversidade. Nossa história sempre foi marcada por lutas e superação. A escravidão no Egito e na Babilônia, as destruições no templo, os horrores da Inquisição e do Holocausto. Outras civilizações

pereceram por muito menos', acrescentou.

O ministro também disse que a coragem e a determinação dos judeus são um exemplo de superação.

'Haveria muitas razões para tristeza, ressentimento e amargura, mas não caímos nessa armadilha. Em lugar disso, coragem e determinação ajudaram a criar uma nação', disse Barroso no vídeo.

Ele finalizou a mensagem prestando solidariedade 'a todos que sofreram perdas afetivas nesse triste período' e disse que deseja que a sociedade possa sair do atual momento com 'pessoas melhores, comprometidas com a causa da humanidade, que são a justiça, a paz e a fraternidade'.

Barroso não chegou a falar especificamente sobre os atos de hoje. Ele é um dos principais alvos dos bolsonaristas contra o **STF** que virou um dos motes dos protestos que pedem o impeachment de ministros da Corte. Os atos são uma grande preocupação do tribunal.

Na semana passada, o presidente do Supremo, o ministro **Luiz Fux**, chegou a fazer um discurso em que disse que o **STF** estaria 'atento e vigilante neste sete de setembro em prol da plenitude democrática do Brasil'. Os ministros deverão acompanhar os desdobramentos dos atos em suas casas e não há, segundo o tribunal, um plantão especial. Na sede da Corte, a segurança já foi reforçada, em cooperação com o governo do Distrito Federal e o Congresso.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

BRASILIA-DF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ana Dubeux

Nova força política

As duas executivas nacionais do PSL e do DEM avançam firmes para se fundirem e formarem um dos maiores partidos do país. No Congresso, terão sete senadores e 81 deputados, tornando-se a maior bancada da Câmara. A força do novo partido terá um alcance nacional de peso: as duas agremiações governam quatro estados e cerca de 550 municípios. O nome da nova legenda ainda não está decidido, assim como quem o presidirá, embora a tendência seja o comando ficar com o presidente do PSL, Luciano Bivar, com ACM Neto como vice.

No quadradinho

Aqui em Brasília, o DEM é comandado por Alberto Fraga; e o PSL pela deputada federal Bia Kicis. Os dois são afinados com Bolsonaro, apesar das recentes rugas entre Fraga e o presidente.

Dinheiro na mão

Se a fusão dos partidos se confirmar, a estimativa é de que a nova agremiação disponha de algo em torno de R\$ 600 milhões de reais para a eleição do ano que vem. Na eleição municipal de 2020 o DEM e o PSL dispuseram de cerca de R\$ 330 milhões...

Bandeira imperial

O presidente do **Conselho Nacional de Justiça** e do **STF** ministro **Luiz Fux**, determinou a retirada da bandeira imperial do mastro principal do pavilhão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Fux atendeu a uma representação de integrantes do **CNJ**, contrários à conduta do presidente do TJMS, Carlos Eduardo Contar. O desembargador ordenou o hasteamento da bandeira do Brasil império entre 6 e 10 de setembro, em homenagem à Independência do Brasil. Na decisão, Fux afirma que a bandeira hasteada não se insere entre os símbolos oficiais do Poder **Judiciário** brasileiro e que o ato 'pretende diminuir os símbolos da República'.

Conectividade nas escolas

O presidente da Frente Parlamentar da Educação, Professor Israel (PV-DF), esteve com o conselheiro Emmanoel Campelo, relator do processo de ajustes do edital 5G. Na reunião, o parlamentar destacou a importância de internet de qualidade nas escolas. 'A Anatel deve incluir a política de conexão para as escolas brasileiras no edital', espera.

MP e as manifestações

Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, maior entidade do MP no Brasil e na América Latina, com 16 mil associados, o promotor de Justiça Manoel Murrieta dá a tônica de como ele e seus colegas olham para as manifestações do Sete de Setembro. 'Toda manifestação política é legítima, desde que pacífica e organizada junto às autoridades competentes, como determina a Constituição. Mas qualquer ação violenta ou que vise subjugar outras

peças não pode ser tolerada porque não está protegida pelo direito à livre manifestação'.

Casa segura

Parcela importante do eleitorado de Jair Bolsonaro, os agentes de segurança pública receberão um agrado do governo federal na próxima semana. Em evento no Palácio do Planalto, o Ministério da Justiça lançará o aguardado programa habitacional para a categoria. O Habite Seguro terá a Caixa Econômica Federal como operadora única, com linhas de crédito específicas para policiais e outros profissionais da área.

Para todo mundo

Segundo o ministério, o programa vai atender policiais federais, rodoviários federais, penais, militares e civis; bombeiros militares; agentes penitenciários; peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, medicina legal e identificação; ativos, inativos da reserva remunerada, reformados e aposentados, bem como os guardas municipais.

De olho em 2022 'Valorizar a segurança pública é uma prioridade do presidente Bolsonaro; e nós seguiremos buscando as mais diversas formas de premiar todos esses profissionais que diariamente se dedicam em prol da segurança e do bemestar da população brasileira', disse o ministro Anderson Torres, que espera colher em 2022 os benefícios distribuídos aos colegas de corporação.

Independência é paz, não guerra

Que voz merece ser ouvida? Neste 7 de setembro, Dia da Independência, o Brasil ouviu discursos dissonantes. Enquanto o presidente da República, Jair Bolsonaro, conchama seus apoiadores para protestos contra o **Judiciário** e defende claramente o armamento da população, há, por outro lado, um esforço coletivo para refundar um Brasil pacífico. Independentemente das ideologias e tendências político-partidárias, pronunciamentos diversos pedem por um 7 de Setembro que retome o sentimento patriótico de

defender os mais necessitados, as minorias, a liberdade e a democracia.

O presidente da Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Dom Walmor de Oliveira de Azevedo, defendeu a democracia, lembrou uma estatística alarmante - 20 milhões de brasileiros famintos -, pediu uma mudança de hábitos para conviver em harmonia com a natureza e rogou especialmente pelos índios, ameaçados de ter suas terras surrupiadas. O vice-governador do Distrito Federal, Paco Britto, soltou uma nota pedindo paz nas celebrações do 7 de Setembro e lembrou que a independência é resultado da não aceitação do povo brasileiro de ser colonizado.

De matizes diferentes, outros políticos também pediram paz. O ex-presidente Lula lembrou que o 7 de Setembro é um dia para levar esperança aos brasileiros. João Doria, governador de São Paulo, destacou que, no momento em que o país vive sua pior fase desde a ditadura, 'não há espaço para flertes autoritários e que precisamos de paz'. Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, chamou a população para retomar suas cores verde-amarelo e que 'essa guerra dos nós contra eles é o Brasil pequeno'. Ao que parece, o líder maior da República está isolado em sua estratégia de declarar guerra.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

» DESTAQUES

campi IESB: 609 Norte, 614 Sul e Ceilândia. Mais informações: 9 9293-7507.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Seminário internacional

» A Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio) promove, em 14 de setembro, das 10h às 12h, o seminário internacional 'Challenges of Modern Regulation - Os desafios da regulação moderna', que contará com a presença do professor Jean Tirole (Universidade de Toulouse), vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2014. Fruto de iniciativa do 'Projeto de Difusão de Conhecimentos em Direito, Economia e Justiça da FGV Direito Rio', o evento virtual será aberto pelo presidente do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro **Luiz Fux**. O seminário será transmitido pelo canal da FGV no YouTube, a partir das 10h, com tradução simultânea. Para se inscrever e saber mais informações, entre no link evento. fgv.br/modernregulation.

Solidariedade

» O lesb em Ação, programa de responsabilidade social da instituição, está arrecadando agasalhos e livros do gênero infantil ou infanto juvenil. As doações podem ser feitas até 11 de outubro, na recepção de um dos três

Auxiliares de Guedes veem ataques de Bolsonaro atrapalhar retomada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Bernardo Caram e Thiago Resende

A postura beligerante do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem gerado incômodo em integrantes do Ministério da Economia. Para eles, o mandatário atrapalha a retomada econômica.

Atritros criados com outros Poderes, antes relevados internamente sob a justificativa de que a agenda econômica tinha respaldo e caminharia paralelamente, começam a ser interpretados de forma diferente, segundo relatos à Folha.

Nos últimos dias, agentes do mercado sinalizaram que podem deixar de apoiar o governo e sua política econômica.

Auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia) entendem que o movimento está diretamente ligado à ação de Bolsonaro, que cria instabilidade na condução do governo e coloca em dúvida o funcionamento das instituições. O presidente convocou apoiadores para manifestações nesta terça-feira (7).

Segundo membros da pasta, que falaram sob condição de anonimato, o clima de incerteza que contaminou o mercado recentemente é influenciado pelo presidente, que colocou as eleições em dúvida, seguiu em atrito com governadores e intensificou embates com o **Judiciário**.

Na avaliação de uma pessoa próxima ao ministro, esse cenário afeta indicadores econômicos e impacta a vida da população.

Um auxiliar direto de Guedes afirma que, considerando os fundamentos fiscais do país e o superávit recorde na balança comercial brasileira, o valor do dólar deveria estar mais baixo.

Para ele, a falta de confiança no país vem afastando investimentos e pressionando a moeda americana.

Esse mesmo interlocutor explica que o dólar em patamar elevado pressiona a inflação, colaborando para que o preço dos alimentos nos mercados fique mais alto. O problema é tratado como uma das principais fragilidades do governo, podendo afetar a popularidade do presidente em ano eleitoral.

Esse efeito ocorre porque diversos produtos consumidos em grande escala no país são precificados em dólar, como carne, açúcar, café e óleo de soja, além de combustíveis.

O dólar mais alto também encarece o que o Brasil importa, como componentes eletrônicos e insumos agrícolas.

A turbulência gerada pelas dúvidas em relação à condução do governo ainda pressionam para cima os juros de mercado, o que encarece o crédito às famílias e o financiamento das empresas, além de ampliar o custo de administração da dívida pública pelo governo, ressalta uma das fontes.

A avaliação entre técnicos é que a agenda econômica

caminhava bem e a situação fiscal estava controlada após o arrefecimento da pandemia da Covid-19. Um episódio, porém, é tratado como excepcional pela pasta: a disparada na conta de precatórios - dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e sem possibilidade de recurso.

Após a explosão de gastos para enfrentamento da pandemia em 2020, o governo reduziu fortemente as despesas neste ano. As projeções para o rombo nas contas públicas melhoraram e as expectativas para o endividamento recuaram.

No entanto, técnicos dizem que está havendo um descolamento entre os fundamentos da economia, que vinham melhorando, e as expectativas de mercado, que pioraram.

Outro subordinado de Guedes demonstra preocupação com as ações do presidente. Ele afirmou que 'cada besteira' alardeada por Bolsonaro é sentida rapidamente na cotação do dólar.

Esse auxiliar avalia que há exagero na percepção negativa do governo, mas afirma que não há confiança na previsibilidade do mandatário.

Nos últimos meses, o presidente colocou em dúvida o sistema eleitoral do país, defendendo a adoção do voto impresso, fez ataques públicos a ministros do **STF (Supremo Tribunal Federal)** e deu declarações golpistas ao convocar apoiadores para manifestações.

Segundo um dos secretários do Ministério da Economia, soluções que precisam ser construídas na área são prejudicadas quando não há boa interlocução com outros Poderes.

Para ele, outro problema e estaria na crença de agentes do mercado de que as decisões econômicas do governo correm risco de politização - visão sem fundamento, para técnicos da pasta.

De janeiro a agosto, projeções de analistas do mercado, divulgadas pelo boletim Focus, do Banco Central, se

deterioraram.

A expectativa para o câmbio ao fim do ano subiu (de R\$ 5 para R\$ 5, 15), assim como a da Selic (de 3, 25% para 7, 5%) e de inflação (de 3, 34% para 7, 27% no IPCA).

Para o PIB em 2022 também houve recuo nas perspectivas, caindo de 2, 5% para 2%. Ainda houve queda na estimativa do investimento estrangeiro direto (de US\$ 60 bilhões para US\$ 54 bilhões).

Um dos motivos para as turbulências observadas no mercado nas últimas semanas também é atribuído à incerteza em relação ao compromisso do governo com as regras fiscais.

Com o avanço dos precatórios, não há verba para demandas eleitorais de Bolsonaro, como obras públicas e o Bolsa Família turbinado. O problema do pagamento de sentenças ainda não foi resolvido e depende de avaliação do **Judiciário**.

Na visão de outro secretário, a postura de confronto de Bolsonaro não é a única explicação para as turbulências recentes. Ele afirma que a comunicação do governo tem tido dificuldade de sensibilizar a sociedade e ressalta que a polarização política tem prejudicado os debates no país.

Em almoço com congressistas nesta semana, Guedes disse que combates são naturais nas discussões em Brasília, mas defendeu moderação nas conversas entre os Poderes.

'Todo mundo vê quem está jogando fora das quatro linhas, seja quem for, pode ser um ministro que está falando besteira, eu posso estar falando agora, tem o VAR, está gravado, todo mundo vai ver', afirmou na ocasião.

'Pode ser um juiz do Supremo que saiu das quatro linhas para prender o pipoqueiro, pode ser o presidente da República. Todo mundo que sai das quatro linhas, o VAR está lá. A beleza da democracia é essa', disse.

Os atritos provocados pelo presidente também geram efeito sobre o Congresso, que analisa propostas de interesse do governo. Para um interlocutor do governo, a Câmara tem colaborado com as medidas da equipe econômica. O cenário, porém, é muito diferente no Senado.

Sem perspectivas para avanço da agenda de Guedes e sem uma base aliada consolidada na Casa, membros do governo disseram a aliados que está em análise a necessidade de adiar o calendário da privatização dos Correios.

O plano do Ministério da Economia era obter o aval do Congresso para a operação até o início de setembro. Comisso, a venda poderia ser realizada até março de 2022.

O texto foi aprovado pela Câmara com facilidade diretamente no plenário, sem passar por comissões temáticas. No Senado, a medida deverá passar por comissões e já está atrasada.

Na avaliação de uma liderança do Congresso, parlamentares começaram a se movimentar em busca de projeção para as eleições de 2022. Por isso, em momentos nos quais Bolsonaro eleva o tom, a tendência é que o Senado reaja, o que pode prejudicar a agenda de reformas.

MDB e PSD, que têm pretensão de lançar candidatos à disputa do Palácio do Planalto no próximo ano, são as maiores pancadas na Casa.

O governo tentou ampliar a base no Senado quando nomeou Ciro Nogueira (PPPI), que se licenciou da vaga de senador, para a Casa Civil. Mas o Palácio do Planalto ainda enfrenta dificuldade na articulação.

Apesar de a Câmara já ter aprovado, estão parados no Senado projetos como mudanças nas regras de licenciamento ambiental, normas mais duras para teto salarial no serviço público, além da criação da BR do Mar, iniciativa que busca reduzir a dependência do

transporte rodoviário no país e ampliar a navegação entre portos nacionais (cabotagem).

Os atritos de Bolsonaro

9 de julho

Bolsonaro faz ameaças contra o processo democrático e, sem apresentar provas, afirma que a fraude eleitoral está no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). 'Não tenho medo de eleições, entrego a faixa para quem ganhar, no voto auditável e confiável. Dessa forma [atual], corremos o risco de não termos eleição no ano que vem''

9 de julho

Presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e do TSE, Luís Roberto Barroso, reagem a ameaças. O senador afirma que não aceitará retrocessos à democracia, enquanto Barroso diz que tentativa de impedir a eleição configura crime de responsabilidade

4 de agosto

Por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do **STF**, o presidente é incluído como investigado no inquérito das fake news na corte 5 de agosto

Bolsonaro insiste em ameaça golpista, chama Moraes de ditatorial e afirma que 'a hora dele vai chegar' "Não pretendo sair das quatro linhas para questionar essas autoridades, mas acredito que o momento está chegando", disse

5 de agosto

Presidente do **STF**, ministro **Luiz Fux** afirma que Bolsonaro não cumpre a própria palavra e anuncia cancelamento de reunião entre os chefes dos três Poderes que havia convocado 6 de agosto

Presidente xinga de 'filho da puta' o ministro Luís Roberto Barroso, do **STF**, e fala que corte quer volta da corrupção e da impunidade 13 de agosto

Bolsonaro culpa governadores ao comentar alta da inflação. 'Aquele política que os governadores adotaram, como esse 'fique em casa que a economia a gente vê depois; , a conta está chegando''

2 de setembro Presidente responsabiliza governadores pela alta nos preços de combustíveis e afirma que vai acionar **STF** para forçar mudança na forma como o ICMS é cobrado

3 de setembro Bolsonaro faz ameaça golpista e incita apoiadores contra ministros do **STF**. 'Não podemos admitir que uma ou duas pessoas que, usando da força do poder, queiram dar NOVO rumo ao Nosso país. E o recado de vocês, povo brasileiro, nas ruas, na próxima terça-feira, dia 7, será um ultimato para essas duas pessoas', disse

Fonte: Banco Central

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Os pressupostos da independência



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Hoje se comemora a Independência do Brasil. Trata-se de marco cívico importante, que registra o momento em que o País obteve sua soberania como Nação. Mais do que simplesmente recordar um acontecimento do passado, o feriado de 7 de Setembro é oportunidade de refletir sobre os pressupostos e as condições para manter e fortalecer a independência conquistada há Exatos 199 anos.

A tarefa de reflexão é especialmente necessária neste ano. Sob o pretexto de mobilizar sua base de apoio, o presidente Jair Bolsonaro vem tentando, nas últimas semanas, utilizar o 7 de Setembro não apenas para acirrar tensões e conflitos entre os Poderes, mas para atribuir uma conotação de ruptura institucional. Além de irresponsável, esse comportamento é ilegal e imoral. No dia 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro jurou cumprir e defender a Constituição.

A situação exige atenção. Deve-se reconhecer, no entanto, que, no mesmo período em que o bolsonarismo promoveu sua escalada de ameaças, houve abundantes respostas de maturidade e responsabilidade, advindas dos mais variados âmbitos. 'A democracia não pode ser

ameaçada; antes, deve ser fortalecida e aperfeiçoada', lembrou um manifesto de empresários mineiros.

Este talvez seja um dos principais pontos de reflexão a respeito da independência do Brasil. Não há autonomia, não há liberdade, sem responsabilidade. Nenhum desses elementos - a anarquia, o caos, o medo, a afronta, a desordem ou a violência - é capaz de gerar desenvolvimento social ou econômico. Nenhum deles promove soberania. Nenhum deles fortalece o princípio constitucional de que 'todo o poder emana do povo'. Ao contrário, a bagunça e a confusão favorecem os liberticidas e usurpadores do poder.

O caminho para o fortalecimento da independência não é, portanto, o do confronto ou o da paralisia das instituições democráticas. Como lembrou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a responsabilidade exige a 'construção de um ambiente de estabilidade política'.

De forma muito especial, a defesa da independência inclui também a convivência pacífica. 'Num ambiente democrático, manifestações públicas são pacíficas; por sua vez, a liberdade de expressão não comporta violências e ameaças. O exercício de nossa cidadania pressupõe respeito à integridade das instituições democráticas e de seus membros', disse o presidente do **Supremo Tribunal Federal**, ministro **Luiz Fux**, na semana passada.

A esse respeito, vale lembrar o alerta feito pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PPAL), um dos principais aliados de Jair Bolsonaro no momento. 'O presidente (Bolsonaro) sabe da responsabilidade dele com relação a isso (eventual agressão às instituições) e sabe que é o único a perder se por acaso houver tumulto na manifestação', disse Arthur Lira na quinta-feira passada.

Mais do que um recado circunstancial, o alerta sobre a responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro - que também pode ser estendido para cada autoridade, em

suas respectivas atribuições - é de fundamental importância para a maturidade institucional do País. A independência não é conceito abstrato ou mera categoria jurídica. E, deve ser, uma realidade construída todos os dias, a partir do exercício responsável do poder, que num Estado Democrático de Direito é sempre limitado pela lei e sujeito a uma série de controles independentes entre si.

'Seja nos momentos de tormenta, seja nos momentos de calma, o bem do País se garante com o estrito cumprimento da Constituição', disse **Luiz Fux**, no dia 2. O caminho de independência e liberdade passa necessariamente pelo respeito à Carta de 1988, que lista, entre os fundamentos da República, a soberania, a cidadania e o pluralismo político.

Os adversários políticos não são inimigos a serem abatidos. As instituições democráticas não são obstáculos a serem removidos. Os limites constitucionais de cada Poder não são empecilhos a serem eliminados. Na verdade, os três elementos são a garantia da vigência de um regime de liberdade e de independência.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ -
Luiz Fux

A geração que não se perdeu na pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: GABRIEL SALGADO E MARISA VILLI

A radicalização de Bolsonaro não está condicionada ao tamanho das manifestações. Serão grandes, representativas de sua base social sectária. Ainda, porém, que reunisse apenas os fantasmas pendurados em gabinetes da família, ali estaria - não mais que cem peculatos o povo ; o povo que o autoriza a radicalizar.

Radicalizará sempre. Bolsonaro é o dono deste 7 de Setembro. Tem orientado a agenda do governo à insuflação dos atos, a que convoca explicando a tendência à ruptura. Continuará amanhã.

Sei que há um déficit de valores democráticos nos setores produtivo e financeiro brasileiros, mas - que se pense no business - não há meios de a atividade econômica prosperar sob um presidente cuja geração de instabilidades abarca a alternativa ruptura. A não ser que se seja um Ciro Nogueira, ou que se tenha a estabilidade de um general Ramos, um ambiente nocivo aos negócios.

Falemos de linguagem. A violência - substrato do

golpismo - está implantada. Pode ser física. Cedo ou tarde será. Pode dar em barbárie hoje. Ou amanhã. Certamente em 2022. Falamos de linguagem. A violência é formal. E vai normalizada - no corpo da incitação ao choque - como ferramenta de campanha eleitoral. Claro que sangraremos. O golpismo de Bolsonaro é como pede votos.

A radicalização é tudo o que tem para existir competitivamente. De modo que radicalizará. Ponto. Essa é premissa fundamental, da qual se desdobra o que deveria ser obviedade: ele não modera, o que equivaleria a sua inexistência.

Ele ataca. Ataca o Supremo. Atacará. Não deveria haver surpresas. Mas o que fez o **STF**, talvez para soprar as mordidas de Alexandre de Moraes? Com **Luiz Fux** à frente, mobilizando TCU e **CNJ**, meteu-se no terreno legislativo para propor solução ao imbróglio dos precatórios. Uma solução que daria o presente - o espaço fiscal - de que a ganância pela reeleição de Bolsonaro precisará e que Guedes não soubera empacotar. Ai, oh!, o presidente - como se novidade - dispara ultimato contra o **STF**, que reage, tal qual um partido de Valdemar da Costa Neto, ameaçando encerrar as negociações.

A Corte constitucional não é um partido. Não negocia nem brinca de policial mau/bom.

E não faz chantagem. Violar prerrogativa do Parlamento, formular saída que assegure a fatura eleitoral e depois condicionar o puxadinho inconstitucional a uma baixada de bola daquele que nunca parará. E inadmissível que o Supremo se coloque numa posição em que, pautado pelo 7 de Setembro, conjugue a linguagem bolsonarista.

Falamos de linguagem. Né? A do bolsonarismo se infiltra para minar. Processo de longo prazo. Que, parece, resulta.

Considero um equívoco analisar os atos desta terça sob

a expectativa da materialização de um golpe; uma ruptura que fundaria a ditadura. Não digo que não se quisesse tomar o **STF** e fechar o Congresso. Mas o mundo real se impõe. E isso não é - por absoluta falta de instrumentos - possibilidade agora. Há uma armadilha posta para os democratas, contudo: esperar um golpe, o gesto rompedor objetivo, que não virá, e então, ante a frustração da perspectiva, não ocorrido o impossível, avaliar que as manifestações fracassaram.

Manifestações assim não fracassam. São manipuladas. Não fracassam também porque contínuas, obras de discurso, para acúmulo narrativo, difundindo medo e pautando, definindo, covardes. O 7 de Setembro é permanente. Tratamos de uma mentalidade totalitária. Não importa quanta gente haja nos atos - repito: será o povo, o soberano, o poder moderador, a quem o líder populista se entrega em nome de um desejo que ele, o autocrata, atribui ao rebanho. Falamos de um universo à parte, cuja conta Fux presidente do Poder contra o qual se gostaria de acionar a leitura doente do artigo 142 da Constituição - esforça-se para pagar.

O golpismo bolsonarista é permanente. E um estado. Regime por meio do qual - sob pregação constante antissistema - alimentam-se radicalizados. Regime que - sob pregação antissistema constante - é blindado, no entanto, pelo sistema, por Aras e Lira. Um lento cozimento de crentes num mundo paralelo - daí por que Bolsonaro não quer os sócios do Centrão nos palanques, expressões que são da realidade - e que produzem um gradual esfacelamento da fibra republicana. Tem a ver mais com a dilapidação progressiva das instituições, que não atrapalha o PP, do que com um golpe conforme estabelecido no século XX. O populismo autoritário tem outra natureza - a que articula arrebanhar ressentidos/oportunistas e corroer a musculatura da democracia liberal.

Falamos de linguagem. O 7 de Setembro factual, o de hoje, como composição - elemento - do 7 de Setembro permanente. O país ora paralisado em função de um horizonte que só chega até esta terça, como se daqui fosse haver um desenlace. Não. O que será do amanhã? Nada. Como será o 8 de setembro? Igual. Um

novo 7 de Setembro. E também o dia 9. E o 10... Este é o norte de Bolsonaro - e do governo - até a eleição de 2022: sustentar artificialmente o 7 de Setembro. A agenda do Brasil.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - CNJ, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

À espera de atos, pautas travam no STF e no Congresso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: BRUNO GOÉS, EVANDRO ÉBOLI, JULIA LINDNER E MARIANA MUNIZ

O acirramento da crise institucional provocada pelas críticas do presidente Jair Bolsonaro aos demais Poderes fez com que **Judiciário** e Congresso deixassem em compasso de espera algumas pautas de interesse do governo, redirecionando os trabalhos na Praça dos Três Poderes. Foram adiadas decisões que poderiam agravar ainda mais o cenário político diante dos atos públicos organizados para hoje por seguidores do presidente - e com o apoio dele.

Alvo principal dos ataques de Bolsonaro, o **Supremo Tribunal Federal (STF)**, mesmo mantendo de pé investigações que têm o presidente como alvo, preferiu tirar da pauta julgamentos cujos temas carregam potencial para acirrar os ânimos. A tensão gerada pelos movimentos insuflados pelo presidente para este 7 de Setembro fez com que, internamente, houvesse a avaliação de que o momento não era adequado para finalizar a análise do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, iniciado no dia 25. Os debates em torno do caso se arrastaram por três

sessões, uma medida para tentar retirar o assunto - sobre o qual o Bolsonaro fez diversas críticas - da pauta dos atos bolsonaristas.

Outro caso que estava previsto para ser analisado antes das manifestações, mas foi remarcado, diz respeito ao foro privilegiado do senador Flávio Bolsonaro no caso das 'rachadinhas' na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O julgamento chegou a ser marcado para o último dia 31 pelo ministro Nunes Marques, num aceno ao presidente da República, mas teve um pedido de adiamento concedido e foi levado para o próximo dia 14. Embora a tendência na Segunda Turma do **STF** seja favorável à tese defendida pela defesa do filho do presidente havia, nos bastidores, a avaliação de que o momento político não era propício.

O 7 de setembro também fez com que uma possível saída que seria elaborada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** para o imbróglcio dos precatórios ficasse para depois. Inicialmente estudada pelo presidente do Supremo, **Luiz Fux**, que na semana passada recebeu os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para falar sobre o assunto, a solução perdeu força nos últimos dias diante dos continuados ataques de Bolsonaro aos ministros da Corte e ao **Judiciário**. A tendência, agora, é que Fux espere uma definição sobre a PEC dos Precatórios antes de dar um passo envolvendo o **CNJ**.

ROTINA AFETADA

As contendas que Jair Bolsonaro decidiu estabelecer com os outros dois Poderes afetaram até mesmo sua própria rotina: a agenda recente de trabalho está recheada de discursos inflamados contra adversários, além de motocicletas. Na solenidade no Palácio do Planalto de apresentação de investimentos ferroviários, na última quinta-feira, Bolsonaro discursou por 22 minutos. O presidente dedicou os primeiros dois minutos para elogiar o ministro Tarcísio Freitas (Infraestrutura) e outros 18 usou para criticar Fux e o também do ministro do **STF** Alexandre de Moraes. Fez

ainda muita propaganda dos atos marcados para hoje. Para o cientista político Carlos Melo, professor do Insper, o comportamento de Bolsonaro não surpreende, pois, segundo ele, o presidente é afeito ao conflito e não mudará. - Essa postura do presidente explica a inflação alta, o aumento do desemprego, as ações sociais. Se você observar a agenda dele, é muito pouco de trabalho. A gestão do país precisa do suporte do presidente, mas não é o que temos. Em tese, é a principal liderança da Nação, o líder que segue à frente, mas não, tem obsessão pelo conflito. O homem é seu estilo, e o estilo dele é esse - conclui Melo. No Senado, as dificuldades no relacionamento ficaram ainda mais explícitas diante da indicação, desde julho, do ex advogado-geral da União André Mendonça ao **STF**. O processo de sabatina do postulante ao cargo está engavetado e não tem previsão de ser realizado. Conforme mostrou O GLOBO, o trâmite já é o mais longo entre os atuais ministros da Corte. A situação piorou após Bolsonaro insistir em encaminhar à Casa o pedido de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes. Senadores veem a demora como uma resposta direta ao presidente da República. Recentemente, lideranças das principais bancadas do Senado reclamaram da articulação com o Planalto. Mesmo com a entrada de Ciro Nogueira na Casa Civil, indicado na 'cota' da Casa, a postura de Bolsonaro não ajudou a melhorar a relação. A sensação é de que há uma indisposição cada vez maior com a pauta do Executivo, inclusive entre aqueles que fazem parte da base aliada. Na agenda da Casa, algumas propostas foram praticamente enterradas, atingindo em cheio os planos da área econômica e de infraestrutura. No caso da Medida Provisória do novo marco legal das ferrovias, por exemplo, a expectativa é que o texto seja deixado de lado ou devolvido ao Executivo. A MP foi apelidada de 'zumbi' por parlamentares. A ideia, neste caso, é priorizar projeto de lei que tramita no Senado e trata do mesmo tema.

LÍDER ISOLADO

Na semana passada, o governo saiu derrotado em pelo menos duas votações expressivas no Senado. Uma das principais apostas do Planalto para 2022, a minirreforma trabalhista foi rejeitada integralmente pelos

parlamentares na quarta-feira. Na mesma noite, os senadores aprovaram uma proposta que desfaz regras mais rígidas para planos de saúde em estatais e tem impacto de pelo menos R\$1, 5 bilhão.

No primeiro caso, chamou a atenção o fato de que apenas o líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), se manifestou a favor das pautas defendidas pelo Planalto. Na visão de governistas, o Planalto tem hoje apenas cerca de 15 votos garantidos e precisa urgentemente melhorar a relação com o Senado.

Em entrevista ao GLOBO há duas semanas, Rodrigo Pacheco pontuou que Bolsonaro age para afirmar suas próprias convicções e fez um alerta que 'inimigos' reais batem à porta do país: - E não somos nós mesmos, mas a inflação, o aumento do dólar, o desemprego, o aumento da taxa de juros e a crise hídrica e energética, que pode ser avassaladora. E importante que tenhamos um freio naquilo que não interessa para cuidar do que importa ao Brasil.

Na Câmara, a crise institucional já esteve em primeiro plano quando foi apreciada a proposta do voto impresso. Com a rejeição definitiva do texto, os parlamentares enviaram o recado de que o Legislativo não aceitaria tentativas de ruptura ou sabotagem ao pleito em 2022. Nas últimas semanas, Lira conduziu a pauta da Casa como de costume, em ritmo acelerado. Preocupado com os reflexos da instabilidade no mercado financeiro, trabalhou para tocar a sua agenda.

Conseguiu aprovar mudanças na cobrança do Imposto de Renda e começou a discutir novo Código Eleitoral. Há uma semana, em palestra para banqueiros, Lira tentou tranquilizá-los: - Pelo amor de Deus, não haverá nada no 7 de Setembro. A gente tem que se esforçar para que movimentos de Terra aconteçam e sejam pacíficos, grandes ou pequenos. Isso é irrelevante.

Pautas como marco temporal de terras indígenas e precatórios ficaram para depois

Expectativa. Os presidentes do **STF**, **Luiz Fux**; da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); e do Senado, Rodrigo

Pacheco (DEM-MG): tentativa de pacificação na crise

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Sede do Judiciário em chamas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

do Ceará (TJCE), nesta segunda-feira (6), a presidente do órgão, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, disse em comunicado por vídeo que todas as atividades continuarão de forma remota.

A desembargadora também afirma que todo o acervo processual do Tribunal de Justiça foi preservado.

"Quero aqui repassar a todos os cearenses de que o nosso acervo processual está preservado, nossas atividades continuarão acontecendo no formato remoto, e agora mesmo a tarde irei ter uma reunião com toda a minha equipe para que possamos trabalhar a reconstrução da nossa instituição", diz.

A magistrada agradece, ainda, o apoio do governador Camilo Santana e do presidente da Assembléia Legislativa, Evandro Leitão, que estiveram no local.

"Agradeço as mensagens de solidariedade, e seguiremos firmes e fortes e dentro em breve tudo estará sanado", disse.

Interdição

Ainda nesta segunda-feira (6), a Defesa Civil de Fortaleza interditou o prédio do TJCE após detectar risco de desabamento da estrutura física. Os agentes do órgão constataram os danos de forma preliminar a olho nu. No entanto, ainda serão feitos uma vistoria e um relatório técnico mediante a conclusão do trabalho do Corpo de Bombeiros.

O fogo na sede do Poder Judiciário Estadual, que fica no Centro Administrativo do Cambéa, começou por volta das 4h desta segunda-feira (6), quando apenas vigilantes estavam em expediente.

As chamas iniciaram no setor de almoxarifado, no térreo, e se espalharam por dois andares. O Corpo de Bombeiros montou uma força-tarefa para debelar o incêndio com cerca de 60 homens distribuídos em cinco caminhões Auto Bombas Tanques e Salvamento (ABTS), três guarnições de busca e salvamento, duas ambulâncias de atendimento pré-hospitalar e um caminhão pipa. Uma escada mecânica Magirus M42L-AS também auxilia os trabalhos da corporação durante o incêndio.

Danos

Segundo o comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Ronaldo Araújo, a área administrativa do TJCE



Trabalhadores do Corpo de Bombeiros atuando no combate ao incêndio na sede do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no Cambéa, em Fortaleza, que se tornou um incêndio iniciado na madrugada desta segunda-feira (6). É o prédio-sede do Poder Judiciário do Ceará. Desde novembro de 2006, o Tribunal Nacional de Justiça do Brasil funciona no edifício de arquitetura de

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após incêndio, TJCE continuará atividades em trabalho remoto, diz presidente do órgão

Presidente do STF, Luiz Fux liga para presidente do TJCE após incêndio em prédio da Corte
pós incêndio que atingiu o prédio do Tribunal de Justiça

foi a mais afetada pelo fogo. "A parte [da estrutura do local que armazena] de papel, arquivos, é bem reduzida, e os registros ficam em outro setor que não teve problema com o incêndio".

Durante visita ao Tribunal, onde acompanhou o trabalho operacional do Corpo de Bombeiros, o governador Camilo Santana esclareceu que "não houve prejuízo processual porque todos os processos hoje estão digitalizados".

A presidente do TJCE, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, e outros gestores do órgão também acompanharam o andamento do trabalho dos bombeiros.

O prédio do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no Cambé, em Fortaleza, que sofreu um incêndio iniciado na madrugada desta segunda-feira (6), é o quarto imóvel a receber o órgão máximo do Poder Judiciário do Ceará.

Desde novembro de 1986, o Tribunal funciona na edificação de arquitetura moderna localizada no Centro Administrativo, um complexo que abriga ainda outras sedes de órgãos do Poder Executivo e judiciário na Capital.

A sede do TJCE que pegou fogo foi inaugurada em 12 de novembro de 1986. Mas, a transferência total das atividades para o local ocorreu somente em janeiro de 1987.

O novo tribunal começou a ser usado pelo Poder Judiciário na gestão do ex-governador Gonzaga Mota. Conforme a assessoria do Tribunal de Justiça, o fogo foi controlado no fim da manhã desta segunda-feira (6) pelas equipes do Corpo de Bombeiros. As chamas atingiram o al-moxarifado do prédio e três andares em que está situada a área administrativa.

Reportagem do Diário do Nordeste feita à época da inauguração do prédio do TJCE, aponta que, inicialmente o edifício foi projetado ainda em 1982 para abrigar a sede da Secretaria da Fazenda, contudo, acabou sendo doado por Gonzaga Mota ao Judiciário para receber o Palácio da Justiça.

Arquitetura moderna

A edificação é considerada grandiosa com linhas arquitetônicas modernas. Quando foi construída ocupava uma área de 22 mil metros quadrados, com três andares e um subsolo para garagem. Na época, a

projeção foi de que a obra custou cerca de 26 milhões de cruzados.

A edificação teve o projeto inicial feito pelo arquiteto Roberto Martins Castelo, em parceria com o arquiteto Nercio Barroso Guedes de Araújo e a versão final contou com a colaboração da arquiteta Maria do Carmo de Lima Bezerra. A primeira foi na antiga Rua Amélia, hoje Senador Pompeu, 28, conforme registro no Memorial do próprio TJCE; A segunda foi o Sobrado Dom José Lourenço, na Rua Major Fa-cundo, 154, Centro. A família Lourenço teria alugado o prédio ao Tribunal de Relação de Fortaleza, repartição judicial correspondente ao Tribunal da Justiça do Estado; A terceira foi também no Centro, na Rua Barão do Rio Branco, 1200. Depois de lá, a sede do TJ foi para o Cambé. Em janeiro de 2020, o TJ doou ao Governo do Estado o antigo prédio do Palácio da Justiça, para que seja instalada uma nova unidade do Vapt Vupt. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, ministro Luiz Fux, ligou nesta segunda-feira (6) para a presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira.

O líder do Judiciário Nacional manifestou solidariedade diante do incêndio ocorrido na madrugada e início da manhã no prédio do TJCE e colocou o **CNJ** à disposição das autoridades judiciais locais para ajudar no que fosse preciso para a recomposição da estrutura do TJCE.

STF se solidariza

"O ministro Luiz Fux foi muito sensível a esse lamentável acontecimento e me disse que poderia contar com o todo o seu apoio. Também colocou-se à disposição para acompanhar a apuração do fato. Outros tribunais mostraram-se solidários e recebi mensagens de várias instituições", afirmou a desembargadora. Nailde Pinheiro ainda assegurou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que a Corte segue trabalhando de forma remota. Segundo ela, que não haverá prejuízos para a sociedade em relação aos processos judiciais. "Nosso acervo processual encontra-se preservado e as atividades acontecendo no formato remoto", reforçou.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional
de Justiça

FUX LIGA PARA A PRESIDENTE DO TJCE



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, ministro Luiz Fux, ligou nesta segunda-feira (6) para a presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargadora Maria Nalde Pinheiro Nogueira.

O líder do Judiciário Nacional manifestou solidariedade diante do incêndio ocorrido na madrugada e início da manhã de ontem no prédio do TJCE e colocou o **CNJ** à disposição das autoridades judiciais locais para ajudar no que fosse preciso para a recomposição da estrutura do TJCE.

A desembargadora Nailde Pinheiro se manteve, durante toda a segunda-feira, com o corpo diretivo do TJCE acompanhando os desdobramentos do incêndio que atingiu a parte administrativa do órgão.

PRESERVAR INSTITUIÇÕES

'O ministro Luiz Fux foi muito sensível a esse lamentável acontecimento e me disse que poderia contar com o todo o seu apoio. Também colocou-se à disposição para acompanhar a apuração do fato. Outros tribunais

mostraram-se solidários e recebi mensagens de várias instituições', disse a presidente em contato com esta Coluna.

HORA DE RECONSTRUÇÃO

O foco, segundo ela, é iniciar imediatamente os trabalhos de recuperação da estrutura do TJ. 'Estamos reunidos para tratar da reconstrução da nossa instituição', disse ao agradecer aos chefes dos outros poderes estaduais por terem ido acompanhar o trabalho dos bombeiros, o governador Camilo Santana e o presidente da Assembleia Legislativa, Evandro Leitão. Ambos foram ao prédio da sede do Judiciário.

TRABALHO REMOTO

A desembargadora assegurou ao ministro Fux que a Corte segue trabalhando de forma remota. Segundo ela, não haverá prejuízos para a sociedade em relação aos processos judiciais. Atualmente, a maior parte do acervo da justiça estadual, entre 90% e 95% dos processos, estão digitalizados.

ASSISTENCIA DO **CNJ**

Na conversa com Fux, a presidente do TJCE deu detalhes sobre o que se sabe sobre o incêndio e comunicou que ainda haverá investigações para saber as causas do fogo. Ainda nesta quinta-feira (6), o **Conselho Nacional de Justiça** deverá soltar uma nota lamentando o ocorrido e prestando apoio ao Judiciário cearense.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Com prédio interditado, TJCE transfere parte das atividades para o Fórum



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

CLÓVIS BEVILÁQUA | Após incêndio na madrugada de ontem, presidência do órgão funcionará provisoriamente nas instalações do Fórum

LUCIANO CESÁRIO

luciano.cesario@opovo.com.br

Após o incêndio que atingiu o prédio do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) na madrugada de ontem, 6, no Centro Administrativo do Cambeba, as atividades da presidência do órgão serão transferidas para o Fórum Clóvis Beviláqua, de forma provisória, a partir de amanhã, 8. Em virtude do incidente, as atividades administrativas presenciais foram suspensas por tempo indeterminado e passarão a funcionar de forma exclusivamente remota, segundo informou a presidente do Tribunal, Maria Nailde Pinheiro.

Ainda conforme a desembargadora, apesar das mudanças operacionais de última hora, o andamento dos processos judiciais não será prejudicado. “Mesmo com esse triste acontecimento, o trabalho do Judiciário não vai parar. Os setores atingidos pelo incêndio também passarão a atuar no Fórum ou em outras unidades da Justiça. O mais importante é garantir que a

população continue sendo assistida sem prejuízos”, pontuou a chefe do Poder Judiciário Cearense. O incêndio, segundo ela, atingiu em maior proporção as salas dos setores administrativos, onde não havia processos físicos.

Em nota, o TJCE ressaltou que quase 100% do seu acervo processual encontra-se preservado em meios digitais, o que garantiria a disponibilidade dos documentos, mesmo se o incêndio tivesse provocado danos maiores. As chamas, de acordo com o Corpo de Bombeiros, atingiram pelo menos três andares na ala administrativa do prédio. No local, estavam apenas dois profissionais da segurança, que tiveram escoriações leves.

O fogo começou por volta das 4h10min, no almoxarifado, onde havia produtos com maior potencial inflamável, e rapidamente se alastrou para as outras áreas da estrutura. As chamas foram debeladas por completo às choras. A operação contou com a participação de 60 agentes do Corpo de Bombeiros. Parte do efetivo seguirá no local até a tarde de hoje, 7, para a execução do trabalho de rescaldo. O governador Camilo Santana (PT) esteve no local do incêndio durante a manhã, presentando solidariedade. O governador chegou a oferecer o Centro de Eventos para funcionamento das atividades da Justiça. O prédio foi interditado por tempo indeterminado pela Defesa Civil de Fortaleza (DCF), que apontou risco de desabamento em decorrência dos danos causados pelo fogo. O órgão deve avaliar a segurança da estrutura por meio de uma vistoria técnica, que deve ser realizada após a conclusão do rescaldo. “A vistoria só será realizada após a liberação do Corpo de Bombeiros, mas o prédio já foi interditado por conta dos danos estruturais visualizados a olho nu”, informou a DCF. A apuração das circunstâncias e causas do incêndio será conduzida pelo 26º Distrito Policial, que instaurou procedimento investigativo ainda nesta segunda-feira, 6, segundo informou a Polícia Civil do Ceará (PC-CE) em nota enviada ao O POVO.

“Mesmo com esse triste acontecimento, o trabalho do

Judiciário não vai parar"

Nailde Pinheiro, presidente do TJCE

Luiz Fux.

Presidente do STF se solidariza e oferece apoio

Em um gesto de solidariedade, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, que também comanda o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, telefonou para a chefe do Poder Judiciário Cearense, no fim da tarde desta segunda-feira, para oferecer apoio técnico e operacional.

“O ministro Luiz Fux foi muito sensível a esse lamentável acontecimento e me disse que poderia contar com toda sua assistência. Também colocou-se à disposição para acompanhar a apuração do fato. Assegurei ao ministro Fux que o Poder Judiciário cearense continua trabalhando de forma remota. Importante trabalharmos agora na reconstrução das áreas afetadas em parte do prédio do Tribunal”, agradeceu a presidente do TJCE.

Além da suprema corte, órgãos do Sistema de Justiça do Estado, como o Ministério Público (MPCE), Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará (OAB-CE), também manifestaram solidariedade ao TJCE.

Ainda emitiram mensagens apoio a Associação Cearense de Magistrados e Magistradas (ACM), Associação dos Procuradores e Procuradoras (APEGE), Associação dos Advogados e Advogadas do Ceará (AACE), Associação dos Defensores e Defensoras Públicos do Ceará (ADPEC), Sindicato dos Oficiais de Justiça (Sindojus) e Tribunal de Defesa de Prerrogativas e Valorização da Advocacia (TDF), além de procuradorias municipais em várias cidades do Estado.

SEPLAG

A Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag) cancelou todo o expediente das secretarias e vinculadas com sede no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, localizado no Cambéba.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Por que visão de investidores estrangeiros sobre o Brasil piorou no último mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

"Se depois dessa semana você não entendeu o benefício de ter parte dos seus investimentos no exterior, eu desisto de você", postou, no último dia 21, o perfil de twitter Faria Lima Elevator, que se autodenomina "mercado financeiro raiz" e distribui sinceridades ácidas sobre motivações e decisões de investidores no Brasil aos mais de 150 mil seguidores da conta.

Os dados da economia brasileira e as avaliações de analistas ouvidos pela BBC News Brasil, no entanto, indicam que o perfil não precisará "desistir" de muitos. Isso porque a atual tendência é de que o brasileiro dono de reservas envie ao menos parte de seu dinheiro ao exterior.

"Os brasileiros estão incrivelmente negativos sobre seu próprio país. A última vez que os brasileiros trouxeram dinheiro de volta para o Brasil foi em dezembro de 2019! Desde então - com a pandemia de covid-19 - tem sido uma debandada para fora do Brasil", apontou, em 25 de agosto, o economista Robin Brooks, chefe do Institute of

International Finance (IIF).

E o pessimismo não aparece só entre os brasileiros. Brooks também notou que, na última década, o Brasil foi o único país da América Latina que não viu crescerem os investimentos estrangeiros em nenhum momento. Recursos de fora foram responsáveis por apenas 17% do Produto Interno Bruto (PIB) no período, o patamar mais baixo em 50 anos.

E não há tendência de reversão do fenômeno. De acordo com dados do IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, entre julho de 2020 e o mesmo mês de 2021, o investimento estrangeiro recuou de US\$ 67,2 bilhões para US\$ 23,8 bilhões.

"A imagem do Brasil no exterior piorou estruturalmente nos últimos dois anos. E, num ambiente já ruim, houve uma piora de expectativa nesse último mês ou 45 dias", afirmou à BBC News Brasil Christopher Garman, direto para Américas da consultoria Eurasia Group.

'É o fiscal, estúpido'

Foi mais ou menos nesse período em que ficou claro para o mercado que o governo abriria uma nova "caixa de pandora" no Orçamento. Em 29 de julho, o ministro da Economia Paulo Guedes afirmou que estava diante de um "meteoro": R\$89 bilhões de precatórios que a União terá que pagar em 2022 e que Guedes, até então, não incluía em sua conta para o orçamento do ano que vem.

O valor praticamente inviabilizaria o cumprimento de um plano que, há pouco mais de um ano das eleições, o presidente Jair Bolsonaro quer colocar em prática: criar um novo benefício social pelo menos 50% maior que o atual Bolsa Família, cujo valor médio é de R\$192. A proposta já foi inclusive enviada ao Congresso.

Diante do impasse, Guedes sugeriu um parcelamento

dos precatórios em até dez anos, e ameaçou com a paralisação do governo caso tivesse que quitar integralmente os papéis. "Devo, não nego, pagarei assim que puder", disse o ministro, apelando ao dito popular para tentar descaracterizar o calote.

"O mercado entende esse tipo de fala como uma moratória porque é uma moratória. O Guedes deveria fechar a boca, em vez de falar de empregada, de filho de porteiro, de precatório", afirma Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e economista da Brookings Institution.

Para Christopher Garman, da Eurasia, o destino do pagamento dos precatórios servirá como uma espécie de teste final para a regra do teto de gastos. Instituída na gestão Michel Temer como um anteparo no avanço da dívida pública brasileira, a regra criou um limite de crescimento para o orçamento da União, já que o total a ser gasto pelo governo a cada ano só pode aumentar o equivalente à inflação do ano anterior.

A regra já foi contornada em 2020 e 2021. A possibilidade de que ela seja burlada em 2022 também é um fator central para a redução da confiança e para a falta de disposição do investidor com o Brasil.

Sem solução provisória, na última semana, o Ministério da Economia mandou ao Congresso um orçamento para o ano que vem tido como ficcional pelo mercado, já que nele há previsão de pagamento dos R\$ 89 bilhões e zero reservado para custear o novo Bolsa Família.

"Nos próximos quatro meses vamos ver muito vai e vem no orçamento. É muito complicado conseguir encontrar espaço para aumentar o Bolsa Família e cumprir a regra do teto ao mesmo tempo. Então veremos discussões infinitas sobre como cortar. É claro que vai haver muita preocupação no mercado sobre como o país vai manter estabilidade social e responsabilidade fiscal e acreditamos que no fim haverá novamente algum gasto excepcional ao teto de gastos, mas menor do que o desse ano ou o de 2020. Esperamos que até dezembro haja uma solução que seja vista como razoável pelos investidores", afirmou à BBC Serji Lanau, vice-

economista chefe do IFF.

O 'ruído' do presidente

Enquanto isso, Guedes tem tentado costurar uma solução com o Supremo Tribunal Federal (STF) que permita custear os gastos sociais sem deixar de pagar dívidas e sem extrapolar o teto.

O presidente do STF, Ministro Luiz Fux, sinalizou que seria possível obter uma mediação junto ao **Conselho Nacional de Justiça** que reduzisse o montante a ser pago a cerca de R\$50 bilhões. Guedes já afirmou ser essa a melhor solução, mas as tratativas têm andado de modo lento por conta da dificuldade de relacionamento entre os três poderes.

Depois de pedir ao Senado o impeachment do ministro Alexandre de Moraes e ameaçar Luís Roberto Barroso com medida semelhante, Bolsonaro convocou uma manifestação popular em defesa de seu governo para o próximo dia 7. Uma das principais pautas de seus apoiadores é o ataque ao Supremo Tribunal Federal. Bolsonaro já disse que membros da Corte agem "fora das quatro linhas da Constituição". Nesta sexta, 3/9, em discurso a apoiadores, ele repetiu que os protestos farão "um ou dois que nos desafiam a voltar para o seu lugar". O Tribunal está preparado até mesmo para uma tentativa de invasão no dia 7.

"O importante pra gente é a política econômica, e esses ruídos acabam tendo impacto forte na economia. Para o investidor, interessa saber se o país respeita as regras institucionais, se tem perspectiva estável. Com esse cenário político, fica difícil pensar que reformas importantes vão passar no Congresso, até porque sabemos que esse tipo de coisa não acontece durante o ciclo eleitoral. E o ciclo eleitoral do Brasil foi antecipado", disse à BBC News Brasil, chefe da S&P Global para a América Latina.

Todos os analistas consultados afirmam que seus cenários - que preveem entre 1,5% e 2,5% de crescimento do Brasil em 2022 - tomam como cenário-base a democracia. Uma ruptura institucional

certamente forçaria a uma revisão - para pior - das expectativas. Mas a mera cogitação dessa ruptura já atrapalha, dizem os analistas.

"A questão fiscal está sendo exacerbada pelo ambiente de tensão institucional tão forte. As pessoas não sabem se no 7 de setembro vai ter violência ou não, se tem risco de ruptura. Se não tivesse o risco institucional, o estresse fiscal seria bem menor. Então, um alimenta o outro", afirma Garman.

Oportunidades e perdas

Para os analistas, o baixo volume de investimentos ajuda a explicar, por exemplo, porque o dólar segue caro, apesar de um mercado de commodities aquecido, que normalmente aumentaria o valor do real frente à moeda americana.

Como há baixa circulação de dólar no mercado nacional, no entanto, o câmbio brasileiro segue depreciado, o que empurra ainda mais a inflação para cima. Inflação alta força aumento dos juros, que, se por um lado atraem o investidor, por outro aumentam o endividamento do país, e impulsionam o problema fiscal, em um ciclo difícil de quebrar.

No horizonte, há ainda a possibilidade de que a crise hidro-energética achate ainda mais o PIB, que os especialistas notam que acumula anos de crescimento fraco. Esse cenário não está precificado pelos investidores, o que implicaria em mais um abalo nas expectativas para a economia brasileira.

Os analistas, no entanto, ressaltam que nem sempre as previsões negativas se confirmam e que o Brasil tem mostrado desempenho relativamente bom, se comparado com o restante da América Latina.

Além disso, notam a tendência de continuidade dos princípios de política econômica desde os anos 1990. "Com diferenças em matizes, jamais vimos cavalos de pau, então há uma política econômica sólida, o que atrai o investidor", afirma Garman.

Briozzo concorda: "se por um lado as reformas emperram pela necessidade de consenso político grande pra mudar a constituição, por outro o país tem uma democracia consolidada, histórico de respeito às regras e não achamos que isso virá a mudar tão rapidamente".

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube?
Inscreva-se no nosso canal!

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Operação Maria da Penha resulta na prisão de 11 e em 30 medidas protetivas de urgência



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação

A Polícia Militar e a Polícia Civil apresentaram, nesta segunda-feira, 6, o primeiro balanço das atividades da Operação Maria da Penha no Tocantins. As ações iniciaram em 20 de agosto e serão desencadeadas até o dia 20 de setembro deste ano.

A Operação Maria da Penha ocorre nacionalmente e tem como objetivo inicial obter informações precisas dos 27 estados brasileiros acerca do atendimento à mulher em situação de violência doméstica, para posteriormente trabalhar políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Segundo apontam os dados da Polícia Civil do Tocantins, no período de 15 dias foram realizadas 11 prisões de suspeitos em flagrante, 42 inquéritos policiais instaurados, 30 medidas protetivas de urgência, 32 ocorrências registradas na delegacia, em razão da condução pela PM. As ocorrências foram registradas

em sete municípios.

A ação conta com a participação de aproximadamente 117 agentes e delegados da Polícia Civil e 15 viaturas. Já a Polícia Militar do Tocantins tem empregado em todo o estado 205 policiais militares e 91 viaturas, diariamente.

Ainda de acordo com dados da Polícia Militar, durante esses 15 dias iniciais da operação foram realizadas 45 visitas/diligências policiais, 29 prisões decorrentes de violência doméstica, três prisões decorrentes de descumprimento de Medida Protetiva de Urgência e 68 Municípios com registro de atendimento. A Patrulha Maria da Penha, policiamento especializado da PM que atua na fiscalização de medidas protetivas de urgência atendeu 58 mulheres.

Além disso, a PM também quantificou nesse período as chamadas de emergência via Central 190, onde foram recebidas 128 chamadas relatando ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher, o que resultou em 121 despachos feitos pela Central 190 para atendimento da situação.

A Operação Nacional da Maria da Penha é Coordenada pela Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (Seopi/MJSP), a ação conta com a participação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; das secretarias de Segurança Pública dos estados e Distrito Federal; das Polícias Militares; do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares do Brasil (CNCG); do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**; e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Mães solo que tiveram auxílio emergencial negado vão receber assessoria gratuita para desbloqueio; saiba como participar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Faltando pouco mais de um mês para o fim do pagamento do auxílio emergencial, mães solo e famílias em situação de vulnerabilidade social continuam a esperar um posicionamento do Ministério da Cidadania e da Dataprev sobre a liberação da renda básica, que varia de R\$ 150 a R\$ 375 por família. Uma ação da Rede Brasileira de Renda Básica na comunidade de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio, visa ampliar a rede de proteção a mães que criam os filhos sozinhas e que, com a pandemia de coronavírus, viram sua renda desaparecer.

Tome nota: o atendimento em Rio das Pedras será gratuito e vai ocorrer das 12h às 17h na Rua Espada de São Jorge 62, na localidade conhecida como Areal. Essa é mais uma investida da campanha Renda Básica para que o governo federal libere o auxílio para famílias que conseguiram na Justiça o reconhecimento do direito e para aqueles que simplesmente tiveram o benefício negado mesmo tendo direito.

Para se ter uma ideia, somente no Estado do Rio, mais

de 2 milhões de pessoas tiveram o pagamento interrompido. As pessoas que quiserem entrar em contato mesmo após a ação em Rio das Pedras pode acessar a página na internet (<https://rendabasica.com.br/contato/>) e fazer seu cadastro.

É importante ter em mãos a consulta ao Ministério da Cidadania sobre o motivo da negativa do auxílio e documentos pessoais, inclusive os que comprovam que não estão no motivo alegado pelo ministério, como por exemplo: cópia do Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal, baixa de contrato de trabalho, entre outros.

Paola Carvalho, diretora de Relações Institucionais da rede explica ao EXTRA que está colhendo casos de pessoas que tenham tido o auxílio negado para embasar denúncia da Defensoria Pública da União (DPU), que tem se empenhado para resolver as pendências relativas ao auxílio emergencial.

- Nós conseguimos que 120 mil mães solo fossem reabilitadas para o recebimento do auxílio, mas sabemos que muitas outras que têm direito tiveram seus benefícios negados. Por isso vamos nos colocar à disposição de moradores de comunidades e do entorno para que tragam suas demandas até nós - diz Paola.

Leia mais: Guedes: auxílio emergencial deu 'turbina' na casa própria. Economista rebate: 'Não dá para comprar nem comida própria'

- O governo não está cumprindo as decisões judiciais que determinam o pagamento - alerta Paola, que agora conta com o apoio da Defensoria Pública da União para tentar reverter a situação destas pessoas.

Em e-mail, o defensor público federal André Ribeiro Porciúncula informa à rede que chegou a interpellar o Ministério da Cidadania sobre o atraso no pagamento

dos auxílios deferidos por decisão judicial.

- Assinamos os ofícios da nossa última reunião ontem (17 de agosto) para envio ao **Conselho Nacional de Justiça** e ao Ministério da Cidadania - acrescenta o defensor, em mensagem datada de 18 de agosto que o EXTRA teve acesso.

Viu isso? Reforma do IR deve diminuir arrecadação em R\$ 41,3 bilhões, aponta estudo

Procurados, o Ministério da Cidadania e a Dataprev não informaram quantos pedidos de auxílio emergencial ainda estão em fase de reanálise e se há expectativa de liberação de novas cotas para quem está com processo em reanálise ou contestação.

Onde conferir

A consulta para saber se foi considerado elegível ou não deverá ser realizada na plataforma <https://consultaauxilio.cidadania.gov.br/consulta/#/>.

Dada como morta

O EXTRA vem relatando casos de pessoas que tiveram o auxílio emergencial negado por estarem, segundo a Dataprev, mortas. E mesmo provando estarem vivas, a Justiça foi o caminho para que a renda básica fosse liberada. Esse foi o caso de Patrícia Raposo, de 48 anos, mãe de um menino de 10 anos, moradora de Cascadura, na Zona Norte do Rio. Ela foi um dos 1.033 casos reavaliados pela Cidadania após envio de planilha pela campanha Renda Básica.

Patrícia chegou a receber três parcelas do auxílio emergencial de 2020, mas foi dada como morta e não teve como sacar as demais. Outros casos como o de Patrícia foram revelados pelo EXTRA em 5 de maio.

- O Ministério da Cidadania e a Dataprev chegaram a contestar meu pedido afirmando terem meu registro de óbito, mas provei que estou viva - disse Patrícia, que antes da pandemia trabalhava em uma escola em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio, mas foi

dispensada.

No caso dela, os pagamentos relativos aos atrasados de 2020 foram feitos em dezembro de 2020, último mês do auxílio. E o benefício atual (2021) só foi pago após ação judicial.

- Com o dinheiro dos atrasados abri uma barraca de açaí para tentar garantir uma renda mínima e poder alimentar meu filho - diz a mãe solo.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Número de adoções cai 46% na pandemia; são mais de 650 crianças e adolescentes na espera por um lar em MG

A maior parte delas estão na região sudeste do país, veja:

Boa parte das crianças e adolescentes disponíveis estão concentradas no Sudeste do país. No Sul de Minas, pessoas já têm levantado meios para mudar essa realidade. Em Alfenas (MG), foi criado um grupo de apoio para auxiliar nas demandas dos processos adotivos.

O abrigo da cidade, além das responsabilidades municipais, também atende outras cidades da região. Por isso, devido à alta demanda de trabalho, o projeto nasceu do desejo de duas professoras idealizadoras, Thais Bento e Vanessa Giroto, em contribuir com a adoção.

O 'Grupo Lar - Laços de Amor e Reencontro' propõe um incentivo às famílias através de um trabalho voluntário. O intuito é ser um braço direito da equipe técnica que cuida da parte judiciária. O grupo promove encontros mensais virtuais com palestras de instrução aos pretendentes, pais e habilitados. Os profissionais voluntários acompanham o processo de pré e pós adoção.

"Conforme conversávamos sobre a adoção, no âmbito privado de nossas vidas e compartilhávamos sonhos e desejo de ter nossos filhos, íamos descobrindo muitas dúvidas e questionamentos que talvez pudessem ser de outras famílias também. Esse foi o momento de gestação do grupo", conta Vanessa ao G1.

"Conforme conversávamos sobre a adoção, no âmbito privado de nossas vidas e compartilhávamos sonhos e desejo de ter nossos filhos, íamos descobrindo muitas dúvidas e questionamentos que talvez pudessem ser de outras famílias também. Esse foi o momento de gestação do grupo", conta Vanessa ao G1.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Por * Bruna Mangiapelo, G1 Sul de Minas —
Alfenas, MG

Receber um novo integrante em casa muda a rotina de qualquer família. Mas de um tempo para cá, essa realidade tem ficado ainda mais distante. A pandemia impactou diretamente nos números de adoção no Brasil. Segundo o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, em 2019, foram 3.143 adoções no país. Em 2020, esse número foi para 2.184. Em 2021, para 1.517.

Ainda segundo o **CNJ**, muitos processos foram prejudicados porque fóruns ficaram fechados e rotinas que fazem parte do processo de adoção, como visitas de assistentes sociais e das famílias, não puderam acontecer.

Atualmente, mais de 4 mil crianças e adolescentes estão na fila da adoção no Brasil - a maior parte delas têm mais de 15 anos de idade. Quanto mais tempo no abrigo, menor a chance de encontrar um lar. Em Minas Gerais, são 655 deles na espera por uma família.

"A partir de algumas lives de grupos de apoio que acompanhamos na internet, tivemos a alegria de encontrar o Cláudio, que tem sido nosso orientador e assim iniciamos o parto. Nos diálogos com ele nasceu o primeiro encontro do grupo no dia 5 de junho de 2021, com a presença de 20 pessoas. Desde então, temos tido bons resultados", complementa.

Cláudio Mendonça, também fundador de um grupo de apoio em Itajubá (MG), falou ao G1 sobre a realidade atual de adoção em todo o país.

"Há prazos de dois anos para que as crianças sejam inseridas em uma família, com ajuda de adoções concentradas há cada seis meses. É triste, porque quanto mais o tempo passa, mais difícil é a adoção por causa da idade. Nosso objetivo é sempre a proteção à criança que está abrigada", finaliza.

"Há prazos de dois anos para que as crianças sejam inseridas em uma família, com ajuda de adoções concentradas há cada seis meses. É triste, porque quanto mais o tempo passa, mais difícil é a adoção por causa da idade. Nosso objetivo é sempre a proteção à criança que está abrigada", finaliza.

Clique aqui para conhecer o trabalho do grupo Lar.

Outras informações sobre adoção em Alfenas e região e outras dúvidas podem ser esclarecidas pelo contato (35) 9 8429-0484.

Ainda segundo o **CNJ**, são 29.054 crianças acolhidas no país. Dentre elas, 4.249 estão disponíveis para adoção e 4.537 estão com processos em aberto. Enquanto a maior porcentagem das crianças disponíveis são as com mais de 15 anos, esta faixa etária tem a menor procura, veja:

Entenda como funciona um processo de adoção

De acordo com o **CNJ**, o processo é gratuito e deve ser iniciado na Vara de Infância e Juventude mais próxima da residência do interessado. A idade mínima para se habilitar à adoção é 18 anos, independentemente do

estado civil, desde que exista a diferença de 16 anos entre quem deseja adotar e a criança a ser acolhida.

Após a decisão, devem ser apresentados os documentos pessoais que passarão por uma análise e, em seguida, será feita uma avaliação interprofissional. É necessária a participação do habilitado em programa um de preparação para adoção. Após esse processo, é feita a análise do requerimento pela autoridade judiciária e encaminhado para Ingresso no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.

Após este período, é feito um momento de estágio de convivência de no máximo 90 dias. E, por fim, é concluída a adoção. Momento em que a criança/adolescente passa a ter todos os direitos de um filho.

(*) Estagiária, sob supervisão de Lucas Soares

VÍDEOS: Veja tudo sobre o Sul de Minas

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Fux manda TJ de Mato Grosso do Sul retirar bandeira do Brasil Império hasteada na sede do tribunal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, determinou nesta segunda-feira (6) a retirada da bandeira do Brasil Império da sede do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS).

O hasteamento foi determinado pelo presidente do TJMS, desembargador Carlos Eduardo Contar. Segundo nota do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, a bandeira histórica foi hasteada como uma homenagem aos 200 anos da Independência do Brasil, que será comemorado em 2022.

A decisão atendeu a um pedido de integrantes do conselho. As informações sobre a conduta do desembargador também serão enviadas à **Corregedoria Nacional de Justiça**, para a apuração de eventuais infrações disciplinares.

De acordo com a decisão, a bandeira não está entre os símbolos oficiais do Poder Judiciário brasileiro. Também não é compatível com a manutenção da neutralidade e

imparcialidade por parte do tribunal local.

'A manutenção da situação relatada tende a causar confusão na população acerca do papel constitucional e institucional do Poder Judiciário, na medida em que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul pretende diminuir os símbolos da República Federativa do Brasil', escreveu Fux.

Segundo a nota do TJMS, a bandeira do Brasil Império traz significados relacionados com o período monárquico.

"O verde remete à Casa de Bragança, dinastia de Dom Pedro I, primeiro imperador do Brasil. Já o amarelo remete à Casa de Habsburgo, dinastia da primeira esposa de Dom Pedro, Imperatriz Dona Leopoldina", diz o comunicado.

A exibição, segundo o comunicado do TJMS, faz alusão ao dia 7 de setembro de 1822, data da declaração de independência do Brasil, e foi colocada "como sinal de reconhecimento ao ideais libertários e de respeito à Constituição".

VÍDEOS: notícias sobre política

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça

TJMS hasteia bandeira do Brasil Império: 'Celebração da Independência'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Thayná Schuquel

A bandeira do Brasil Império foi hasteada temporariamente na sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), em Campo Grande, na manhã desta segunda-feira (6/9). A ação foi determinada pelo presidente do órgão, desembargador Carlos Eduardo Contar.

Segundo nota do tribunal, a bandeira histórica foi hasteada como uma homenagem ao ducentésimo aniversário de Independência do Brasil, que vai se comemorar em 7 de setembro de 2022.

Na sede do tribunal, a atual bandeira do país foi substituída pela do Brasil Império, que será mantida até o dia 10 de setembro deste ano. A exibição, conforme nota do TJMS, faz alusão ao dia 7 de setembro de 1822, data da declaração de independência do Brasil, 'como sinal de reconhecimento aos ideais libertários e de respeito à Constituição', disseram.

Ainda conforme o comunicado do TJMS, a bandeira do Brasil Império traz significados relacionados com o

período monárquico. 'O verde remete à Casa de Bragança, dinastia de Dom Pedro I, primeiro imperador do Brasil. Já o amarelo remete à Casa de Habsburgo, dinastia da primeira esposa de Dom Pedro, Imperatriz Dona Leopoldina'.

O Metrôpoles questionou o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** se alguma providência será tomada, mas o órgão informou que ainda está apurando o caso.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Fux manda TJMS retirar bandeira do Império de sua sede



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Nathalia Kuhl

A retirada da bandeira imperial do mastro principal do pavilhão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) foi determinada, nesta segunda-feira (6/9), pelo presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux.

Como noticiado pelo Metrôpoles, a bandeira do Brasil Império foi hasteada temporariamente na sede do TJMS, em Campo Grande, na manhã desta segunda-feira (6/9). A ação foi determinada pelo presidente do órgão, desembargador Carlos Eduardo Contar, com previsão de ser mantida até o dia 10.

'A deliberação atende ao pedido em representação de membros do **CNJ** diante da conduta do presidente do TJMS, desembargador Carlos Eduardo Contar, que, ordenou o hasteamento da bandeira do Brasil império entre os dias 6 e 10 de setembro e divulgou o ato como celebração ao Dia da Independência', diz o **CNJ** em nota.

De acordo com a decisão, a bandeira hasteada não se

insere entre os símbolos oficiais do Poder Judiciário brasileiro. Fux também defendeu a necessidade de manutenção da neutralidade e imparcialidade do tribunal local.

'A manutenção da situação relatada tende a causar confusão na população acerca do papel constitucional e institucional do Poder Judiciário, na medida em que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul pretende diminuir os símbolos da República Federativa do Brasil', afirma Fux em sua decisão.

O **CNJ** também afirma que a Constituição Federal estabelece a República como forma de governo no Brasil e o presidencialismo como sistema de governo. Além disso, a representação cita reiteradas manifestações públicas do magistrado com motivações político-partidárias, como na solenidade de sua posse na presidência do TJMS, no início do ano.

Por fim, é informado que os autos serão encaminhados à **Corregedoria Nacional de Justiça** para apuração de eventual responsabilidade disciplinar.

O que diz o tribunal

De acordo com nota do tribunal, a bandeira histórica foi hasteada como uma homenagem ao ducentésimo aniversário de Independência do Brasil, que vai se comemorar em 7 de setembro de 2022.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça

Fux manda presidente do TJMS retirar bandeira do Brasil Império



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do **Conselho Nacional de Justiça** e do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, determinou a retirada da bandeira imperial do mastro principal do pavilhão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS).

A decisão foi tomada após representação de membros do **CNJ** contra a conduta do presidente do TJMS, desembargador Carlos Eduardo Contar, que ordenou mais cedo o hasteamento da bandeira do Brasil Império.

'A decisão considera que a bandeira hasteada não se insere entre os símbolos oficiais do Poder Judiciário brasileiro e, ainda, a necessidade de manutenção da neutralidade e imparcialidade do tribunal local. A manutenção da situação relatada tende a causar confusão na população acerca do papel constitucional e institucional do Poder Judiciário, na medida em que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul pretende diminuir os símbolos da República Federativa do Brasil', afirmou Fux, em sua decisão.

A Constituição Federal estabelece a República como forma de governo no Brasil e o presidencialismo como

sistema de governo. Além disso, a representação cita reiteradas manifestações públicas do magistrado com motivações político-partidárias, como na solenidade de sua posse na presidência do TJMS, no início do ano.

Os autos serão encaminhados à **Corregedoria Nacional de Justiça** para apuração de eventual responsabilidade disciplinar.

É justamente por isso que você precisa assinar o Antagonista+ e a Revista Crusoé. Por menos de R\$ 0,50 por dia, você tem acesso exclusivo às nossas matérias, análises, entrevistas, crônicas, podcasts, ebooks e programas. E tudo isso sem anúncios! Você pode optar pela assinatura individual ou pegar o nosso COMBO e acessar agora mesmo a todo o conteúdo premium. Experimente por 7 dias e fique por dentro das melhores informações sobre os bastidores da política.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça

Apesar de mais denúncias de agressões a crianças, abrigos se esvaziam na pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Aline Ribeiro e Gustavo Schmitt

A adolescente Maria* perdeu o pai quando tinha 3 anos e a mãe aos 9. A família decidiu que a menina passaria a viver com um casal de tios e o filho deles em Campo Largo (PR). Passados mais quatro anos, Maria relatou a outra tia ter sido abusada sexualmente pelo tio. Os abusos, segundo ela, ocorreram ao longo do último ano, sempre quando a tia e o primo saíam.

Constelação familiar: mulheres denunciam que Justiça reabre feridas com método que reencena agressões para solucionar conflitos

- Fui ao conselho tutelar, que me orientou a fazer um boletim de ocorrência. A família toda me julgou, não acreditou (na denúncia). Minha sobrinha está morando com a gente e até agora não conseguiu atendimento psicológico - diz a tia, uma professora de 29 anos que pediu anonimato.

No último ano, o número de crianças e adolescentes

acolhidos em abrigos teve uma redução de 15%, segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social. Passou de 29.998 acolhimentos, em 2019, para 25.534, em 2020. Em tempos normais, a queda seria uma ótima notícia, sinal de que há menos violações de direitos e de que a rede de proteção está funcionando. Mas não é nisso que acreditam especialistas.

Entrevista: 'Há absoluta ineficácia do estado brasileiro em responder à violência sexual', diz fundadora do #MeTooBrasil

Integrantes do Judiciário e da rede pública de proteção a menores de idade avaliam que não foi a redução da violência que esvaziou os abrigos, mas sim o abafamento dos casos. Presas em casa com seus agressores e longe da escola, principal canal de identificação de violações, crianças e adolescentes como Maria sofrem em silêncio. O funcionamento parcial de equipamentos da assistência social e de saúde durante a pandemia, com regimes de plantão ou trabalho remoto, foi outro agravante.

A raspa e o resto: pratos da fome no Brasil são feitos com alimentos doados ou encontrados no lixo

A promotora de Justiça Renata Rivitti, assessora do Centro de Apoio Operacional da Infância do Ministério Público de São Paulo, explica que num primeiro momento da pandemia houve um empenho maior da Justiça para encaminhar crianças e adolescentes acolhidos em abrigos. Em abril do ano passado, na tentativa de protegê-los do coronavírus, o **Conselho Nacional de Justiça** aprovou um documento com recomendações para agilizar processos de adoção ou até mesmo a reintegração às famílias de origem.

- Conforme a situação mais alarmante foi passando, surgiu uma nova situação: escolas fechadas e equipamentos de assistência social trabalhando em horários alternativos. Reduziram-se as formas de a

notícia da violência chegar - diz Renata.

Pedidos anônimos

Se os abrigos ficaram mais vazios, os pedidos de socorro não pararam de chegar. Em 2020, as denúncias por telefone de violações contra crianças e adolescentes no Brasil cresceram quase 10%, de acordo com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Caíram os registros policiais - estupro de vulneráveis, por exemplo, teve queda de 11%, segundo o mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Mas de acordo com especialistas, em muitos casos, responsáveis pelas vítimas, além de terem medo, não conseguem se desvencilhar dos agressores para ir à delegacia.

No fim de agosto, o GLOBO esteve em dois abrigos no estado de São Paulo. Segundo funcionários, as unidades não conseguiram preencher nem mesmo metade das 30 vagas oferecidas nos últimos meses.

Em um dos abrigos, apesar da estrutura com quatro dormitórios, brinquedoteca, balanço e espaço para pintar e desenhar, havia apenas três crianças. Uma delas era a recém-nascida Vitória*, abandonada pela mãe, usuária de drogas, ainda no hospital.

Integrante do Instituto Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel Castro diz que é urgente a retomada dos serviços presenciais nas varas de Infância e Juventude, conselhos tutelares e serviços de assistência.

- Fazer atendimento de crianças em situação de risco e de violência não funciona por videochamada. O agressor está ao lado da vítima, que se sente constrangida de falar - diz o advogado.

O Serviço de Acolhimento Aldeia São José, em Campo Largo (PR), tem capacidade para abrigar 20 crianças e adolescentes. Na série histórica, registrou média de atendimento de 15 a 18 abrigados. Segundo a coordenadora do serviço, a socióloga Maria Cristina Pieruccini, o espaço está hoje com seis abrigados:

- Isso significa que há uma importante redução na violação de direitos de crianças e adolescentes? Infelizmente, não. Com a recente retomada das aulas presenciais, já recebemos uma criança, cuja violação de direito foi percebida pela professora - conta.

Atenção aos sinais

Em março, depois de quase um ano sem frequentar aulas presenciais, Vera*, de 12 anos e também do Paraná, foi chamada pela escola para um teste de aprendizagem. Quando a pedagoga perguntou como tinham sido os meses de pandemia em casa, a menina desandou a chorar. A profissional estranhou e a encaminhou para uma unidade de saúde. Lá, descobriram que ela estava sendo assediada, manipulada e abusada sexualmente por um homem de 52 anos.

Para conquistar seus pais e ficar próximo da menina, ele dava presentes à família. O caso está sendo investigado pelo Ministério Público. Se ficar comprovado que o acusado enganava a família, ela permanecerá em sua casa. Caso contrário, poderá ser mandada a um abrigo.

A promotora Renata Rivitti reforça que a escola precisa estar ainda atenta para identificar as comunicações não verbais das crianças, porque nem sempre elas se expressam dentro da lógica dos adultos, como Vera.

- As crianças não necessariamente falam, mas demonstram, seja por comportamento agressivo, disperso, depressivo. O que precisamos nos preocupar é: estamos preparados para ouvir a criança, dar credibilidade para o que ela fala e dar atendimento? - indaga a promotora.

(*Nomes fictícios)

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Fux determina retirada de bandeira imperial hasteada por presidente do Tribunal de Justiça do MS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Eliane Oliveira

BRASÍLIA - O presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, determinou, nesta segunda-feira, a retirada da bandeira imperial do mastro principal do pavilhão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS). Fux atendeu a pedido de membros do **CNJ**, que entraram com representação contra o ato.

Partiu do desembargador Carlos Eudardo Contar, presidente do TJMS, a ordem pra o hasteamento da bandeira do Brasil da época do Império entre os dias 6 e 10 de setembro. Contar informou que a medida havia sido tomada em celebração ao Dia da Independência.

Segundo Luiz Fux, a bandeira imperial hasteada não se insere entre os símbolos oficiais do Poder Judiciário brasileiro. Ele também defendeu a necessidade de manutenção da neutralidade e da imparcialidade do tribunal local.

'A manutenção da situação relatada tende a causar confusão na população acerca do papel constitucional e institucional do Poder Judiciário, na medida em que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul pretende diminuir os símbolos da República Federativa do Brasil', afirma Fux em sua decisão.

A Constituição Federal estabelece a República como forma de governo no Brasil e o presidencialismo como sistema de governo. Os autos serão encaminhados à **Corregedoria Nacional de Justiça** para apuração de "eventual responsabilidade disciplinar".

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça

Foro privilegiado

O foro especial por prerrogativa de função, ou simplesmente foro privilegiado, voltou a ser notícia depois que o senador Flávio Bolsonaro a ele recorreu no inquérito que investiga as 'rachadinhas', de que é acusado quando era deputado estadual do Rio de Janeiro.

A prática, também conhecida como 'little crack in the cabinet'. (rachadinhas no gabinete), significa que o salário do servidor público é dividido entre ele e o agente que o nomeou.

Tal ato é considerado por muitos como improbidade administrativa, tratada no artigo 37, § 4º da CF/88, punindo o autor com a suspensão dos direitos políticos, a perda da função, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível. Nesse campo, a Lei nº 8.428/92 trata esse tipo penal como crime de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, emprego ou função pública. Seus praticantes, no exercício de determinadas funções, possuem foro privilegiado, conforme o disposto no art. 53, § 1º, de nossa Lei Maior, que afirma que deputados e senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

No art. 102, nossa Carta Magna delega à Corte Suprema a competência para processar e julgar, originalmente, o presidente da República, o vice, os membros do Congresso Nacional, seus próprios ministros e o procurador-geral da República nas infrações penais comuns, bem como os ministros de Estado e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nas mesmas infrações e nos crimes de responsabilidade, isso se não tiver indício de crime conexo com o presidente da República.

Outras autoridades possuem esse mesmo privilégio, como os ministros dos tribunais superiores, do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para julgar o presidente da República, o vice, os ministros do STF, os conselheiros

do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, os membros do Conselho do Ministério Público (CNMP), o Procurador-geral da República e o Advogado-geral da União, nos crimes de responsabilidade, a competência é do Senado Federal.

Na Constituição de 1824 não havia foro especial nem comissões especiais nas causas cíveis e criminais, conforme seu artigo 179, inciso XVIII. As constituições que vieram em seguida se mantiveram na mesma linha. Já a CF/88, com a proibição de juízo ou tribunal de exceção (art. 5º, XXXVII), abriu brecha para a criação do foro especial por prerrogativa de função, uma das modalidades de se estabelecer a competência penal para julgamento de determinados crimes. Esse privilégio é muito utilizado nos ordenamentos jurídicos de vários países de tradição romano-germânica, a exemplo do Brasil.

Não é sem razão, pois, o acionamento do STF pelo senador Flávio Bolsonaro para que a Corte suspenda as apurações do Ministério Público do Rio de Janeiro sobre as rachadinhas de que é acusado, haja vista a prerrogativa do cargo de senador, apesar de o STF ter restringido as regras sobre foro privilegiado aos crimes relacionados com os mandatos federais.

O pedido surtiu efeito. O ministro Gilmar Mendes suspendeu o julgamento pela 2ª Turma da Corte no caso em que se discute se o senador tem o foro privilegiado na prática das rachadinhas quando integrava a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O STF já mandou para a primeira instância ao menos duas ações penais de parlamentares investigados por irregularidades na época em que eram deputados estaduais, mas isso pode mudar.

O foro privilegiado impõe que todos os inquéritos policiais contra congressista sejam instaurados perante o STF. O termo inicial da prerrogativa desse foro é a diplomação, e o termo final é o término do mandato. Considerado um privilégio que beneficia apenas os poderosos, foi apresentada uma proposta de emenda

constitucional (PEC 130/07) - já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça-, acabando com o foro especial para autoridade de todos os níveis. A proposta está parada desde 2007.

Difícilmente a proposta será aprovada. Quando a CF/88 estabeleceu o foro privilegiado, os inimigos da democracia lembraram o poema de Pablo Neruda (Canto Geral), no qual consta que 'Por fim levaram ao Congresso a Lei Suprema, a famosa, a respeitada, a intocável Lei da Trapaça'. Fatta la legge, trovato l'inganno.

*Luiz Holanda é advogado e professor universitário

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNJ acorda para o descalabro das prisões por reconhecimento errado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rubens Valente

Não se sabe o número total, mas o noticiário está repleto de casos do gênero, que já ganharam uma normalidade apavorante. Brasileiros têm sido **presos**, processados e condenados a partir de sessões de reconhecimento que não seguem os padrões mínimos estabelecidos no Código de Processo Penal. É uma sucessão de prisões incorretas marcadas por um mesmo erro de origem.

Pessoas supostamente reconhecidas, inclusive por fotografias em redes sociais, um dia são intimadas a depor numa delegacia e no dia seguinte acordam num presídio, sob ordem judicial. São encarceradas sem outra prova adicional que reforce o alegado reconhecimento. Às vezes apenas com base na palavra de uma pessoa que, no calor dos eventos, foi induzida a apontar com convicção algo que nunca aconteceu.

A população negra é a mais atingida. Um levantamento feito em âmbito nacional pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro concluiu que houve decretação de prisão preventiva em 60% dos casos de

reconhecimento fotográfico equivocado nas delegacias de polícia. Nos casos de reconhecimento errado, 83% vitimaram negros.

Um levantamento da "Folha de S. Paulo" em cem casos de prisões injustas no país indicou que 42% dos erros ocorreram por reconhecimentos mal conduzidos. Nesse conjunto de casos, 71,5% dos prejudicados foram pessoas negras.

Em junho passado, a organização não governamental Innocence Project Brasil, que atua na defesa de réus principalmente pobres para reverter condenações injustas, e dois parceiros peticionaram ao **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)** a fim de solicitar a instalação de um grupo de trabalho que possa definir "regulamentação, parametrização, critérios de realização e valoração" de reconhecimento de pessoa sob suspeita de crime.

O pedido foi subscrito pela diretora do Innocence, Dora Cavalcanti, por Hugo Leonardo, presidente do IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa), e por Mauricio Dieter, professor de criminologia e coordenador do Centro de Pesquisa e Extensão em Ciências Criminais da USP (Universidade de São Paulo).

As entidades citaram que, nos Estados Unidos, o reconhecimento equivocado correspondeu a quase 30% de todas as condenações de inocentes revertidas naquele país de 1989 a 2019, "proporção que supera os 75% quando se consideram apenas condenações injustas pelo crime de roubo". Apontaram ainda o Brasil não dispõe de protocolos que orientem o reconhecimento, "ficando a sua normatização a cargo exclusivo do CPP".

A boa notícia veio no último dia 31. O **presidente do CNJ** e do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, acolheu a sugestão e determinou a instalação de um grupo de trabalho "com vistas a evitar condenação de pessoas inocentes". Será chamado de "GT

Reconhecimento Pessoal" e terá prazo de 180 dias.

"Uma das principais causas de erro judiciário", escreveu Fux

Fux listou três atribuições do novo GT: "realizar estudos necessários ao diagnóstico dos elementos catalisadores da condenação de inocentes no sistema de justiça criminal brasileiro, por meio da atuação integrada entre a magistratura e parceiros estratégicos; II - sugerir proposta de regulamentação de diretrizes e procedimentos para o reconhecimento pessoal no país e a sua aplicação no âmbito do Poder Judiciário; e III - organizar publicação destinada ao aperfeiçoamento e à aplicação em ações de formação na temática".

O **presidente do CNJ** escreveu ainda - em um reconhecimento público surpreendente - que "o reconhecimento pessoal equivocado tem sido uma das principais causas de erro judiciário, que faz com que inocentes sejam indevidamente levados ao cárcere".

É um passo importante do **CNJ** no sentido de reconhecer e dar visibilidade ao problema e apontar soluções. O Judiciário já vinha dando sinais nesse sentido, sobretudo no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Em outubro e dezembro de 2020, a Sexta Turma do tribunal e o ministro do STJ Rogério Schietti Cruz reafirmaram - o ponto de inflexão terá sido o julgamento do habeas corpus número 598.886/SC - que os atos de reconhecimento de suspeitos de crimes em todo o país passarão a ser anulados se não respeitarem as normas contidas no CPP (artigos 226 e 228). A decisão foi entendida por especialistas como uma advertência a delegados de polícia, promotores e juizes em todo o país.

Schietti também alertou que os reconhecimentos de suspeitos por fotografia não podem ser usados como prova no processo e são apenas atos antecedentes do reconhecimento pessoal. O ministro escreveu ainda que as observações contidas no CPP não são "mera recomendação" e devem sim ser seguidas à risca.

O CPP cita cinco passos para as sessões de

reconhecimento, entre os quais: a pessoa que tiver que fazer o reconhecimento será, antes de qualquer ato, "convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida"; a partir daí, a autoridade policial reunirá pessoas que tiverem "qualquer semelhança" com o suspeito descrito pela vítima e as colocará lado a lado para o reconhecimento.

O ministro fez o alerta ao mandar suspender o processo contra o pedreiro Robert Medeiros da Silva Santos, assistido pelo Innocence Project Brasil, que apontou erros no reconhecimento do acusado, conforme relatado pela coluna em dezembro de 2020. Na véspera do Natal, o STJ determinou a soltura de Robert, que estava preso desde novembro de 2018 em Dracena (SP).

Pela portaria do dia 31, Fux nomeou Schietti como o coordenador do GT, que será formado por juizes, membros do Ministério Público, integrantes do **CNJ**, um delegado, um policial militar e os autores do pedido de instalação do grupo.

Procedimentos policiais podem induzir vítima e testemunha a criar memórias

No ofício enviado a Fux em junho, as entidades disseram que a decisão tomada pela Sexta Turma do STJ no julgamento do habeas corpus 598.886 "engendrou uma transformação paradigmática na jurisprudência brasileira: seis meses após o seu julgamento, o precedente já havia sido acolhido por ambas as turmas responsáveis pelo julgamento de matéria processual penal no STJ, e foi expressamente invocado em 59 novos processos que chegaram àquela Corte vindos de 16 das 27 federativas do país. Entre esses casos, a enorme maioria (80%) das decisões da Corte que enfrentaram o mérito do reconhecimento seguiram o precedente em sua integralidade".

O ofício citou ainda uma pesquisa do Ministério da Justiça feita em 2015 sob coordenação da psicóloga Sílvia Stein, segundo a qual "tanto na fase pré-investigativa (atuação da polícia assim que um crime é comunicado) quanto na investigativa, a prática de reconhecimento de uso mais comum no Brasil é a

exibição unipessoal, que consiste na apresentação de um único suspeito para ser reconhecido pela vítima ou testemunha".

A prática, segundo as entidades, é "criticada massivamente por especialistas, por seu caráter intrinsecamente indutivo e seu comprovado potencial de produzir reconhecimentos equivocados".

"Além de esquecerem alguns detalhes do evento, vítimas e testemunhas de um crime podem lembrar-se de fatos que nunca ocorreram ou de pessoas que nunca viram, atribuindo a elas, de forma absolutamente não intencional, crimes que não cometeram. A inclusão de elementos inverídicos na memória original das vítimas e testemunhas pode ocorrer quando elas são expostas a informações divulgadas pela mídia, submetidas a procedimentos policiais indutivos - inclusive e especialmente reconhecimentos mal feitos - ou ainda por terem, espontânea e involuntariamente, criado memórias sobre coisas que nunca ocorreram", escreveram as entidades.

Essa constatação, segundo as entidades, não está restrita à realidade brasileira. No mundo todo, agentes do sistema de Justiça hoje se preocupam com a "falibilidade da memória humana e seus impactos na produção de provas". Países têm criado protocolos sobre o assunto.

"Os objetivos desses protocolos são 1) identificar as condições reais em que o reconhecedor teve contato com o autor do crime, a fim de avaliar os limites e possibilidades de sua colaboração para a elucidação da autoria delitiva; 2) identificar a ocorrência de possíveis induções (propositais ou acidentais) que tenham ocorrido no curso de um procedimento de reconhecimento; 3) avaliar a confiabilidade de um reconhecimento, permitindo que essa prova seja sopesada diante de outros elementos probatórios", diz o ofício enviado a Fux pelo Innocence Project Brasil, IDDD e Dieter, da USP.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Presidente do CNJ, Judiciário - Presos

ONU se diz preocupada com ameaças contra STF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Colunista do UOL

O Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos afirma estar preocupado com as ameaças dirigidas contra o Supremo Tribunal Federal e informa que está "acompanhando de perto" a situação do país diante da convocação de atos para o dia 7 de setembro.

De acordo com a entidade, seu Escritório Regional para a América do Sul "reitera a importância de proteger o direito à liberdade de reunião pacífica, bem como suas preocupações com casos de discurso de ódio contra povos indígenas e ameaças contra instituições como o Supremo Tribunal Federal".

A ONU revelou que não poderá enviar uma missão de observação ao Brasil. Mas garante que está "acompanhando a situação de perto".

A reação ocorre no mesmo dia em que ex-presidentes e parlamentares de mais de 20 países assinaram uma carta conjunta denunciando a ameaça à democracia no Brasil. A data brasileira despertou um alerta internacional, ameaçando aprofundar o isolamento do

país no palco mundial.

Os comentários da ONU ainda ocorrem às vésperas da viagem do presidente Jair Bolsonaro para Nova Iorque, onde irá fazer o tradicional discurso de abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Na semana passada, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos solicitou que a ONU fosse acionada, assim como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) é um órgão colegiado que tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil. A entidade é formada por 11 representantes da sociedade civil e 11 do poder público, incluindo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos estados e da União (CNPGE) e o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Em cartas obtidas pela coluna e enviadas para as Nações Unidas e para o órgão americano, o Conselho pediu que o monitoramento internacional ocorresse principalmente nas cidades de São Paulo e Brasília e alerta que a ameaça à democracia é "iminente".

O objetivo dos observadores seria relatar violações aos direitos humanos de quem defende a democracia brasileira. Pelo curto prazo até o 7 de setembro e pelos protocolos por conta da **covid-19** e as negociações necessárias com os governos, a CIDH tampouco conseguirá destacar um grupo internacional ao país.

Mas, segundo fontes em Washington, o clima no Brasil vem deixando entidades alarmadas com o risco de uma desestabilização política.

Um acompanhamento internacional não significa nenhum tipo de ingerência externa no país. Mas amplia o constrangimento sobre o governo de Jair Bolsonaro, com sua reputação pelo mundo já profundamente afetada.

Também chamou a atenção dos organismos o fato de que, no material convocando os atos, a ala mais radical do bolsonarismo preparou vídeos em inglês, explicando aos estrangeiros o objetivo das manifestações.

Na carta, o Conselho indica que, «além de ameaçarem que não haverá eleições presidenciais em 2022, ao passo em que se aproxima a data comemorativa da Independência do Brasil, 7 de setembro, setores antidemocráticos amparados pelo presidente da República têm propagado ameaças de um golpe de Estado".

"Por esse motivo, à medida que crescem em intensidade e magnitude as ameaças de um golpe em 7 de setembro, o CNDH dirige-se ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos solicitando que sejam designados observadores externos, especialmente às cidades de Brasília e de São Paulo, para relatar violações aos direitos humanos dos que defendem a democracia brasileira", solicita.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

Incertezas dificultam a recuperação do Ibovespa

Autor: Gabriel Roca e Felipe Saturnino

A piora no cenário doméstico ficou novamente refletida no aumento da cautela dos agentes financeiros nos últimos dias. Com riscos fiscais, políticos, inflacionários e hidrológicos crescendo, o Ibovespa recuou 3,10% na semana passada - a terceira pior para o índice em 2021.

E, apesar da queda expressiva, analistas não veem muito espaço para uma recuperação, ao menos até que se dissipem os temores relacionados às manifestações do dia 7 de Setembro.

'No mercado local, o que está atrapalhando principalmente no curtíssimo prazo é a expectativa do 7 de Setembro. Muito vem se falando em cima do que pode acontecer. Haverá pessoas pró-governo e contra governo nas ruas, o que pode gerar conflitos', diz o gestor da Infinity Asset, Victor Hasegawa, para quem o cenário tende a criar um ambiente pouco propício para os negócios.

O foco dos investidores se voltou definitivamente para Brasília, de onde vieram sinais, na semana passada, que faltam lideranças políticas capazes de organizar a agenda de pautas que o mercado considera positiva.

A aprovação rápida de uma reforma do Imposto de Renda (IR) mal avaliada pelos investidores na Câmara dos Deputados e as derrotas sofridas pelo governo no Senado nas matérias da minirreforma trabalhista e da contratação de planos de saúde por estatais expuseram novamente a fragilidade e a falta de prioridades na articulação política do governo.

'A proposta [do IR] teve um impacto negativo no mercado, com a queda da bolsa, principalmente pelas empresas pagadoras de dividendos, e também pela preocupação com uma possível piora fiscal, com estimativas iniciais que apontam para uma perda de arrecadação para 2022 de cerca de R\$ 30 bilhões', afirma equipe de estratégia do Banco Inter.

Ao mesmo tempo, declarações feitas na sexta-feira pelo

presidente Jair Bolsonaro tratando os atos do feriado como um ultimato para 'uma ou duas pessoas' - referências veladas aos ministros do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes - não contribuem, na avaliação de especialistas, para um ambiente favorável à tomada de risco.

'Falas como essa ajudam a entornar o caldo com um Poder necessário para que se resolva a questão dos precatórios', diz Patricia Pereira, estrategista-chefe da Mongeral Investimentos. Segundo ela, o mercado, na semana passada, até havia apresentado melhora com a solução dos precatórios proposta pelo **Conselho Nacional de Justiça**, que não envolveria uma Proposta de Emenda à Constituição.

Na visão de Isabel Lemos, gestora de renda variável da Fator Administração de Recursos, a volatilidade mais alta observada recentemente se deve a incertezas internas e externas. 'Uma inflação mais alta do que a esperada, portanto, juros mais altos do que estavam sendo previstos anteriormente, risco de racionamento, questões políticas, e revisões de PIB ligeiramente para baixo em 2022', enumera.

Contudo, afirma que a volatilidade é uma característica inerente ao mercado de renda variável e que a queda expressiva do índice - que já acumula perdas de 10,52% desde a máxima registrada em junho - faz surgir oportunidades no médio e longo prazo. 'Há empresas no mercado doméstico que têm muito potencial de ganhos. Uma parte dessas incertezas já foi precificada. Há setores no mercado local que ficaram atrativos, como o de varejo e o industrial', diz Isabel Lemos.

Para Hasegawa, da Infinity, dado o aumento de juros e a inflação pressionada, um setor que pode ter destaque é o bancário. 'No cenário, pode sair melhor do que a bolsa', afirmou o gestor.

Vale ressaltar que não há negócios nos mercados americanos hoje devido ao feriado do Dia do Trabalho, o que deve reduzir a liquidez do pregão local que

antecede o feriado da Independência do Brasil.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional
de Justiça

Fux determina retirada de bandeira imperial do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

Autor: Valor

Fux determina retirada de bandeira imperial do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

Por Valor, Valor — São Paulo

06/09/2021 23h08

O presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, determinou nesta segunda-feira (6) a retirada da bandeira imperial do mastro principal do pavilhão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), segundo nota divulgada pelo **CNJ**.

“A deliberação atende ao pedido em representação de membros do **CNJ** diante da conduta do presidente do TJMS, desembargador Carlos Eduardo Contar, que, ordenou o hasteamento da bandeira do Brasil império entre os dias 6 e 10 de setembro e divulgou o ato como celebração ao Dia da Independência”, diz a decisão de Fux.

Fux considerou que a bandeira imperial não está entre os símbolos oficiais do Poder Judiciário brasileiro e que não vai ao encontro da necessidade de manutenção da neutralidade e imparcialidade do tribunal local.

“A manutenção da situação relatada tende a causar confusão na população acerca do papel constitucional e institucional do Poder Judiciário, na medida em que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul pretende diminuir os símbolos da República Federativa do Brasil”, afirma Fux em sua decisão.

A Constituição Federal estabelece a República como forma de governo no Brasil, e o presidencialismo como sistema de governo.

Fux também citou no despacho “ reiteradas manifestações públicas do magistrado com motivações político-partidárias”, como em solenidade de sua posse na presidência do TJMS, no início deste ano.

A nota do **CNJ** diz que os autos serão encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça para apuração de eventual responsabilidade disciplinar.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Guedes entre novo confronto e a dependência do STF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Victor Irajá

Ao mesmo tempo que conta com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, para uma solução jurídica que abra espaço dos precatórios no orçamento, o Ministério da Economia arranhou mais uma frente de disputa com a Suprema Corte, tudo isso em um momento de instabilidade do executivo com o outro poder. Guedes sugeriu ao presidente Bolsonaro a edição de uma medida provisória para extinguir o adicional de 0,2% sobre a folha de salários das empresas urbanas e rurais, destinado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra. Alíquota essa que recentemente fora tratada como constitucional pelo Supremo.

Em 7 de abril, o STF decidiu que a cobrança era constitucional e deveria ser mantida. Na ocasião, o relator, ministro Dias Toffoli, decidiu que, como o Incra teria como objetivo a defesa da reforma agrária e da função social da propriedade, além da mitigação das desigualdades regionais e sociais, a cobrança tinha razão de ser. A votação foi decidida por 7 votos a 4. Guedes, portanto, tenta reverter por medida provisória

algo que está pacificado como constitucional pela Suprema Corte, enquanto espera de Fux, que também é presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** uma solução para tornar os gastos com precatórios mais previsíveis. O ministro da Economia vem repetindo que os precatórios tornam inexecuível o Orçamento do ano que vem, com a conta de 90 bilhões de reais para pagamento.

No caso da MP que trata do Incra, o Ministério da Economia calculou o valor de 1,5 trilhão de reais de custos adicionais, equivalente a 22% do Produto Interno Bruto (PIB), incorridos pelas empresas brasileiras em virtude de disparidades e assimetrias do ambiente de negócios nacional, em comparação com a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE. 'O adicional de 0,2% incidente sobre o total de remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos trabalhadores segurados, nos setores urbano e rural contribui para encarecer o custo da contratação de mão-de-obra', defende a minuta, ainda inacabada, assinada por Guedes. É uma aposta em algo premente na gestão de Guedes: baratear os custos de contratação e manutenção de funcionários para fomentar a criação de vagas e o combate ao desemprego.

Não há momento pior, portanto, para um movimento nessa linha, como o que necessita da contrapartida do judiciário para resolver o problema do Orçamento de 2022. O texto, vale dizer, ainda não saiu das gavetas do Ministério da Economia. Mas não conta com um momento oportuno.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

STF manda tribunal de Mato Grosso do Sul retirar bandeira do Brasil Império



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, determinou nesta segunda-feira (6) que seja retirada a bandeira imperial do mastro principal do pavilhão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS).

A decisão considera que a bandeira não se insere entre os símbolos oficiais do Poder Judiciário brasileiro e, ainda destaca a necessidade de 'manutenção da neutralidade e imparcialidade do tribunal local.'

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Os desnecessários pedidos de informações em HC na era dos processos eletrônicos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Fabrício Reis Costa André Ramos Rocha e Silva

Muito se escreve sobre os limites de cognição do magistrado, hipóteses de cabimento e teses a serem desenvolvidas no Habeas Corpus. No entanto, pouco ou quase nada tem sido falado sobre a prática procedimental desse tão importante remédio constitucional, principalmente à luz das inovações tecnológicas que permeiam o Direito atualmente.

Não é de hoje que os advogados, juízes e membros do Ministério Público se deparam com questões relativas à desmaterialização dos autos processuais. Se em meados da década de 1990 a utilização de computadores passou a ser amplamente difundida para o público em geral, os anos 2010 trouxeram ao cotidiano forense os processos eletrônicos ou digitais, nas mais variadas plataformas utilizadas pelos sistemas de Justiça brasileiros (PJe, E-saj, SEEU, Eproc e outros).

Essas inovações, na maioria das vezes, trazem maior

tranquilidade aos atores do sistema processual e, sobretudo, maior celeridade na tramitação dos processos. Basta observar os números do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** para concluir pelo aumento da agilidade judiciária com os processos eletrônicos [1]. No entanto, não se pode fazer vista grossa a uma estagnação que ainda hoje existe principalmente na prática da marcha processual dos Habeas Corpus: o eloquente e nada eficaz despacho dizendo "requisitem-se informações à autoridade coatora".

É justamente disso que se pretende tratar: a injustificada imposição de morosidade à análise dos writs ocasionada pela requisição de informações ao juízo a quo.

A prática de requisição de informações é antiga em nosso ordenamento jurídico, mormente quando tratamos das ações constitucionais, como é o caso do mandado de segurança e do próprio Habeas Corpus aqui discutido.

Veja que esse hábito fazia sentido em um contexto de procedimento físico, no qual o encarte da integralidade dos autos em acompanhamento à inicial do Habeas Corpus era atividade bastante dificultosa. Tratava-se, assim, de uma garantia do julgador, para que se inteirasse efetivamente da situação dos autos, resguardando-se contra eventuais exageros ou imprecisões contidas no remédio constitucional.

Entretanto, é importante dizer que o embasamento legal desse instituto está posto de forma indireta no Código de Processo Penal (CPP). Pois, em um primeiro momento, tem-se o artigo 656, que traz ao julgador a faculdade de determinar a apresentação do paciente - medida em absoluto desuso e que, na prática, dificultaria o cotidiano forense. Ainda, em seus artigos 662 e 664, o mesmo diploma legal ressalta a facultatividade da requisição do pedido de informações [2].

Percebe-se, assim, que o instituto já nasce como uma opção excepcional, a todo o tempo tratada como mera faculdade, e não como uma regra procedimental a ser seguida em todo julgamento, conforme se observa na prática.

Aliás, a desnecessidade das informações prestadas em sede de Habeas Corpus é ressaltada pelo fato de que o ato coator, em regra, deveria bastar em si mesmo. Em outras palavras, a fundamentação utilizada pelo magistrado que proferiu a decisão combatida deve seguir os limites de cognição e exposição de motivos dispostos no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal e no artigo 315, §2º, do Código de Processo Penal.

A pergunta retórica aqui é bem-vinda: se a decisão não possui em si própria todos os requisitos necessários a se colocar em pé sozinha, para o que serviriam as informações prestadas ao órgão ad quem? Seria isso uma espécie de emenda à decisão ou contestação - redigida pelo juízo a quo - à inicial de impetração do Habeas Corpus? Veja que, em ambos os casos, estaríamos diante de uma atuação indevida do Judiciário.

Nota-se, assim, que aquilo em outros tempos se tratou como "método de aferição de veracidade" nas alegações ventiladas pelos impetrantes do remédio constitucional, atualmente se trata apenas de burocracia ou vício procedimental.

Isso fica ainda mais claro quando pensamos na realidade atual do processo eletrônico. Ora, na medida em que o acesso aos autos pelo julgador do Habeas Corpus pode ocorrer das mais diversas maneiras, e de forma instantânea (dinamicidade muito bem trazida pelos processos com tramitação virtual), a requisição e consequente prestação de informações se torna desnecessária.

A título ilustrativo, suponha-se o desembargador de um Tribunal de Justiça que se veja diante de um mandamus impetrado com o fito de obter a revogação de prisão

preventiva decretada por força de decisão de juiz de primeiro grau, o mais banal e corriqueiro exemplo do manejo de Habeas Corpus nos tribunais brasileiros. Pois bem, nesse caso, para apreciar com a acuidade necessária a tão importante pleito, diante dos processos eletrônicos modernos, para que preenchesse o fim último do pedido de informações, bastaria que o magistrado ad quem: a) verificasse a possível juntada da íntegra dos autos originários à ação constitucional como se um documento fosse, fato esse que comumente realizado, ainda que por diligência e liberalidade do impetrante; ou b) acessasse a íntegra dos autos da ação originária por meio do sistema informatizado utilizado pelo referido tribunal, posto que possui as ferramentas e senhas necessárias para o acesso ao grau a quo.

Diante das duas possibilidades acima referidas - sendo certo que a primeira depende da iniciativa do impetrante e a segunda da presteza do magistrado -, conclui-se pela desnecessidade do mencionado pedido de informações. Aliás, e para fazer coro a esse entendimento, é fundamental reconhecer que a aferição da veracidade dos fatos ventilados na inicial de impetração se daria de forma muito mais efetiva com o uso dos mencionados expedientes - afinal, a autoridade coatora, evidentemente, discorda das razões da impetração do Habeas Corpus e prestará informações enquanto tal.

É de se apontar que a mencionada "aferição de veracidade" se dá por via da atuação ministerial. No procedimento dos Habeas Corpus, há a ampla possibilidade de manifestação do Ministério Público, que poderá contestar os fatos trazidos pelos impetrantes, sendo método mais efetivo que afasta a atuação do magistrado como "parte".

Nessa toada, acrescenta-se que a simples adoção dos expedientes mencionados evitaria, inclusive, a situação excepcional - criticável, porém ainda existente - de quando a autoridade impetrada vai além da mera discordância e decide "advogar" sua própria decisão perante o juízo que solicitou informações, apontando razões, novas ou não, para manutenção daquele

decisum mitigador da liberdade. Como mencionado anteriormente, havendo os pressupostos de fundamentação na decisão original, não há motivos para que a autoridade coatora torne a revolvê-los ou tente dar maior força a eles.

À guisa de conclusão, tem-se a premente necessidade de atenção dos advogados para incluírem em todas as suas peças de Habeas Corpus dois elementos: a) a íntegra dos autos da ação originária, com destaque para o ato coator; e b) o pedido expresso de dispensa de informações, dado o caráter digital dos autos originários e a disponibilidade de qualquer das informações que venham a ser prestadas já nas cópias juntadas, sempre em homenagem à celeridade que o feito impõe.

Por parte do magistrado, esperam-se também duas providências: a) o acatamento do pedido defensivo com a consulta aos autos eventualmente juntados pelo impetrante; e b) em caso de falha defensiva na juntada dos documentos, que o próprio magistrado diligencie aos autos virtuais disponíveis no sistema informatizado, obtendo ali todas as informações que poderia, possivelmente, reputar importantes.

Não se pode supor a entrada do mundo do Direito na era digital de maneira fragmentada. Ou se utilizam todas as ferramentas disponíveis para o célere andamento dos feitos - notadamente aquelas que beneficiem as garantias individuais e a liberdade humana - ou se estará diante de um uso oportunista e enviesado das novas tecnologias.

A ausência de previsão legal para a tomada dos cuidados aqui referidos, seja por parte do impetrante, seja por parte do magistrado, não os exime da cooperação processual enquanto atores processuais, nos termos do que dispõe o artigo 6º do Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicável aos feitos penais. Fica, ainda, a lição ao legislador para, em momento oportuno, balizar os limites do inútil pedido de explicações, dando às partes a obrigação de criar um ambiente propiciador de decisões mais céleres. Afinal, no auge da era da informática e das comunicações instantâneas, não se pode admitir que a cognição de um

pedido da urgência de um Habeas Corpus seja atrasado em dias - ou, em alguns casos, até semanas -, pela morosidade no envio de informações que já se encontram perfeitamente disponíveis ao magistrado ad quem.

[1] O tempo de tramitação em cartório, por exemplo, foi reduzido em 48%, cf. OTONI, Luciana. Processo Eletrônico (**PJe**) tem tramitação mais rápida no Judiciário. Agência **CNJ** de Notícias, 14/03/2018, disponível em <https://www.cnj.jus.br/processo-eletronico-pje-tem-tramitacao-mais-rapida-no-judiciario/>.

[2] Cf. afirma também BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal - 4ª edição ver. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, pp. 961-962.

Fabrcio Reis Costa é mestrando em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Largo São Francisco, advogado no escritório Alamiro Velludo Salvador Netto Advogados Associados.

André Ramos Rocha e Silva é pós-graduando em Criminologia pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais/ ESA-OAB, advogado no escritório Alamiro Velludo Salvador Netto Advogados Associados.

Revista Consultor Jurídico, 6 de setembro de 2021, 19h15

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - PJE, Judiciário - SEEU

Luiz Fux manda retirar bandeira imperial hasteada no TJ-MS antes de 7 de setembro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do Supremo Tribunal Federal e do **Conselho Nacional de Justiça**, ministro Luiz Fux, mandou o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul retirar a bandeira imperial hasteada no mastro principal da corte até esta segunda-feira (6/9), véspera do feriado de 7 de setembro, que celebra a independência do Brasil.

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul hasteou bandeira imperial em homenagem ao dia da independência

Divulgação/TJ-MS

A ordem foi dada em resposta a representação de membros do **CNJ** contra o ato do presidente do TJ-MS, desembargador Carlos Eduardo Contar, que determinou o hasteamento da bandeira entre 6 e 10 de setembro e divulgou o ato como celebração ao Dia da Independência.

A bandeira imperial vigorou de 1822, quando a família

real portuguesa chegou ao Brasil em fuga das invasões napoleônicas, e 1889, quando foi declarada a República. Teve duas versões, ambas semelhantes ao formato atual: fundo verde, losango amarelo e, apenas, a ausência do círculo azul. O centro era ocupado pelo brasão da casa imperial do Brasil.

'A manutenção da situação relatada tende a causar confusão na população acerca do papel constitucional e institucional do Poder Judiciário, na medida em que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul pretende diminuir os símbolos da República Federativa do Brasil', afirmou Fux em sua decisão.

Com a decisão, o ministro determinou o encaminhamento do caso à **Corregedoria Nacional de Justiça**, para apurar eventual responsabilidade disciplinar por parte do presidente do TJ-MS. A representação ainda cita reiteradas manifestações públicas do magistrado com motivações político-partidárias.

Em janeiro de 2021, quando foi empossado para presidir o tribunal sul-mato-grossense, ele declarou que quem recomenda isolamento social durante a epidemia é irresponsável, covarde e picareta.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça

Audiência discutirá atuação do oficial de Justiça nas causas de violência doméstica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília - A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados realiza audiência pública na sexta-feira (10) para discutir a atuação do oficial de Justiça nas causas de violência doméstica.

Oficial de Justiça é o responsável por comunicar uma ordem judicial. (Foto: Gil Ferreira / Agência **CNJ**)

A reunião foi sugerida pela deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), que ressalta a importância desse agente público para a efetividade das decisões judiciais, em especial das medidas protetivas às vítimas. Ela afirma, no entanto, que é necessário garantir treinamento e aparato de proteção aos oficiais de Justiça no seu exercício profissional.

'Esses agentes públicos personificam o Poder Judiciário na casa do cidadão, com a missão de efetivar concretamente a justiça, levando, além da ordem judicial, palavras e gestos que contribuem para a pacificação do lar', diz a deputada. 'A audiência pública terá um papel fundamental na busca de políticas amplas

para uma resposta mais rápida no combate à violência doméstica', afirma.

Entre os convidados para o debate estão representantes do Poder Judiciário, do Ministério da Justiça, do **Conselho Nacional de Justiça**, de sindicatos dos oficiais de Justiça e a secretária nacional de Políticas para as Mulheres, Cristiane Brito.

Confira a lista de convidados para o debate

A audiência será realizada a partir das 9h30, no plenário 14. Os internautas poderão encaminhar perguntas aos debatedores e acompanhar a reunião ao vivo no site e-Democracia.

atuação

audiência

oficial de Justiça

violência doméstica

Receba as principais notícias do D24am no Telegram!
Clique e participe do nosso grupo!

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Supremo manda tribunal de Mato Grosso do Sul retirar a bandeira do Brasil Império

'No período de 6 a 10 de setembro, a entrada do Tribunal de Justiça de MS exibirá a bandeira do Brasil Império, hasteada em seu mastro principal, em alusão ao 7 de setembro de 1822, data da declaração de independência do Brasil, como sinal de reconhecimento aos ideais libertários e de respeito à Constituição', divulgou o TJMS.

A representação do STF cita 'reiteradas manifestações públicas do magistrado com motivações político-partidárias, como na solenidade de sua posse na presidência do TJMS, no início do ano'. Os autos serão encaminhados à **Corregedoria Nacional de Justiça** para apuração de eventual responsabilidade disciplinar.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Presidente do CNJ, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)** e do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Luiz Fux, determinou nesta segunda-feira (06) que seja retirada a bandeira imperial do mastro principal do pavilhão do TJMS (Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul).

A decisão considera que a bandeira não se insere entre os símbolos oficiais do Poder Judiciário brasileiro e, ainda destaca a necessidade de 'manutenção da neutralidade e imparcialidade do tribunal local.'

'A manutenção da situação relatada tende a causar confusão na população acerca do papel constitucional e institucional do Poder Judiciário, na medida em que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul pretende diminuir os símbolos da República Federativa do Brasil', diz Fux na decisão.

O desembargador Carlos Eduardo Contar ordenou o hasteamento da bandeira do Brasil império, entre os dias 6 e 10 de setembro, e divulgou o ato como celebração ao Dia da Independência.

STJ quer cumprimento de decisão internacional no complexo de Bangu

O Tribunal pediu apoio do **CNJ** para que a Justiça do Rio de Janeiro cumpra decisão internacional sobre o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

PODER / Poucos dias depois de sair da pasta do Meio Ambiente, ex-ministro se junta à ala mais radical de bolsonaristas,



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

PODER / Poucos dias depois de sair da pasta do Meio Ambiente, ex-ministro se junta à ala mais radical de bolsonaristas,

com ataques a ONGs e pesquisadores 'comunistas'. Ele é investigado por supostamente favorecer comércio de madeira ilegal

CORREIO BRAZILIENSE ? Brasília, segunda-feira, 6 de setembro de 2021 ? Política ? 3

... para a direção-geral e que eles cumpram mandatos com prazos que não coincidam com o presidencial. 'Só minha gestão, são quatro anos aqui na associação, eu estou no quinto diretor-geral. Imagina, um órgão com importância da PF, mudar o tempo todo. Não há um critério definido. Eu preciso que essas pessoas adotem um critério para isso e quem propõe critério à PF somos nós, delegados'. Henrique Machado afirma que Ricardo Salles corre risco de ser preso, mas as investigações ainda estão em fase preliminar. 'Ele pode ser preso, desde que se reúna os elementos de

autoria e materialidade. Para provar que ele realmente tenha participado como autor e coautor de exportação de madeira ilegal. O caso está em fase embrionária, as investi-

Para Cláudio Couto, cientista

Odontólogo em Direito Penal Luiz

político e coordenador do mestrado em gestão de políticas públicas da FGV, o comportamento discreto de Salles após sair do ministério é típico de alguém que está prestes a ser preso. 'Essa saída agora da toca tem a ver com o que o Sete de Setembro virou para os bolsonaristas, virou algo de tudo ou nada. É um governo que se inviabilizou no processo eleitoral e não veu processo de recuperação. Até porque a economia não mostra uma evolução, uma recuperação, continua se deteriorando e o PIB está ruim. O Sete de Setembro virou um ultimato', analisa. Tido no comportamento de Salles se comparado ao do presidente Bolsonaro, que resolveu entrar em rota de colisão com o **Judiciário**. 'Eu hoje começo a achar que ele não vai para a eleição. A declaração sobre a Constituição é muito séria. Quando ele fala em ultimato do 7 de setembro, se é um ultimato, não há o que fazer depois. Se o **STF** não acatar suas determinações, se os ministros não fizerem o que ele acha, aí é um ato de força. Se ele tem um ato de força e decidiu jogar fora do jogo institucional, o que pode fazer é não disputar a eleição e tentar outra coisa para se manter no poder. Pelo que parece, ele decidiu seguir esse caminho', concluiu.

O especialista diz que vê sen-

... ações. Foram expedidos mandados de busca e apreensão, sigilos de quebra fiscal e só a partir de agora eles vão tentar reunir elementos para as denúncias contra o Salles', explicou.

Noúltimodia 26, odelegadoda

corpo ração, Paulo Ma iu rino. Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Evandir Paiva, afirma que trocas no comando'são comuns'quando se assume um novo diretor-geral. No entanto, ele afirmou que há interferência política na PF e revelou que a classe fez diversos pedidos de independência administrativa ao Congresso Nacional. minadodelegadoé indicado para ocupar uma chefia e o governo não aprova e ele não assume. Isso é uma intervenção política. É algo que senós tivéssemos autonomia administrativa para nomear interinamente os cargos na polícia federal, nós estaríamos mais protegidos', diz ele. um desejo da categoria é que possa se fazer uma lista de indiO presidente da Associação 'Temos casos em que deterO delegado afirma ainda que

Salles reaparece da sombra

» ISRAEL MEDEIROS » RAPHAEL FELICE

D evitado os holofotes. Parte disso ocorre porque e lees tácoma Justiça e aPolícia Federal emseuencialço. Pesamcontra eles inquéritos que apontamrelações ilícitas entre Salles emadeireiros ilegais e tentativas de atrapalhar as investigações. ministério, Salles voltou à ativa na última semana, depois que o presidente Jair Bolsonaro (sempartido) intensificou a convocação de apoiadores para semanifestarem no feriado da Independência. O ex-ministro do Meio Ambiente também convocou manifestantes, encontrou-se comoministro daCultura fora da agenda e participou deum a conferência conservadora emBrasília organizadapelo filho do presidente, Eduardo Bolsonaro. defendia 'passar a boiada' na legislação ambiental adotou um discurso agressivo, com ataques a ONG e pesquisadores. 'Bioeconomia a gente tem que trazer o setor privado. Tem que investir em livre iniciativa, em capital. Tem que ter investimento, não pegar essa grana toda internacional e dar para ONG e dar para acadêmico, um bando de comunista que fica fazendo pesquisa sobre nada e o dinheiro público indo embora', atacou. éumacortinade fumaçaparaa situação do ex-ministro perante a Justiça. Enquanto chefe da pasta,

Sallespassouaser investigadopor suposta venda demadeira ilegal esde que saiu do comando doMinistério doMeio Ambiente, hámais dedois meses, Ricardo Salles tem na operação Akuanduba, comandada pelo então superintendente da Polícia Federal de Amazonas, Alexandre Saraiva.Odelegado enviou notícia-crime ao **STF**, sobre Salles, suspeito de favorecer empresas em um esquema ilegal de comércio da matéria prima. anunciar sua demissão doMeio Ambiente, em 23 de junho, a defesa do ex-ministro avisou ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** que as investigações que corriam contra ele já não eram mais de competência do Supremo. Sem a titularidade da pasta, o aliado de Bolsonaro passou à primeira instância do **Judiciário** - o que foi entendido por especialistas como umamanobra para escapar do julgamento do **STF** e do ministro Alexandre deMoraes. concluir o inquérito, já que foi transferido para Volta Redonda (RJ) por PauloMaiurino, nomeado comodiretor-geral daPolícia Federal cerca deum mês antes. Quando os delegados federais trocamdedelegacia, eles podemcontinuar com investigações emandamento.No entanto, o ex-superintendente no Amazonas foi impedido de seguir investigando Salles. foramretiradosde seuscargos, ou perderama investiga çãoa pós mirar Salles. FrancoPerazzoni foi indicado emmaio para assumir a Delegacia Regional de Combate ao CrimeOrganizado, noDistrito Federal, pelo superintendente da PF, Hugo Correia. Ao prosseguir o inquérito da Akuanduba, o delegado foi exonerado da chefia e perdeuo comandodaoperação. Polícia Federal respondeu que 'não comenta inquéritos em anHoras depois deRicardo Salles Saraiva, no entanto, não pôde ApósSaraiva, outrosdelegados damento, tampouco antecipa informações sobre possíveis deflagrações de operações'. Na última semana, a possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro (sempartido) ter interferido nas investigações contra o ex-membro do governo para tentar blindá-lo voltou a ser temadediscussão.

Interferência

PF Felipe Leal foi afastado das investigações sobre suposta interferência política de Bolsonaro naPolíciaFede ral, por Alexandre de Moraes, que

entendeu que os atos extrapolam o escopo do inquérito, montado com base em acusações do ex-ministro da Justiça, Sergio Moro. O ministro do **STF** também anulou os pedidos de informações, feitos por Leal à PF, de atos administrativos do atual diretor-geral da Recolhido desde que saiu do No evento, o ex-ministro que O discurso inflamado de Salles Questionada pelo Correio, a

Salles discursa em evento conservador realizado em Brasília na semana passada: de volta à ala ideológica

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

MP para garantir a militância na internet



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: AUGUSTO FERNANDES

O presidente Jair Bolsonaro assinou, ontem, uma medida provisória (MP) que altera dispositivos do Marco Civil da Internet e dificulta a exclusão de perfis nas redes sociais e a remoção de conteúdos na internet. Nos últimos dias, o ministro Alexandre de Moraes, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, determinou o bloqueio - a pedido da Procuradoria-Geral da República - de vários perfis de bolsonaristas que vêm incitando a violência contra as instituições de Estado e seus integrantes. Bolsonaro vem atacando seguidamente o **STF** por causa dos bloqueios de perfis e contas que disseminam mentiras e provocam agitação na internet. Ele também reclama do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que determinou que algumas plataformas digitais suspendessem repasses financeiros a sites que propagam desinformação, a maioria deles chefiados por apoiadores do presidente. Defensores de Bolsonaro tiveram prisão decretada por pregarem, nas redes sociais, que o prédio do Supremo fosse invadido e os magistrados da Corte fossem agredidos durante a manifestação a favor do governo federal, hoje, em Brasília.

Sobre a MP a Secretaria-Geral da Presidência da República destacou que 'a urgência e a relevância da medida decorrem do fato de que a remoção arbitrária e imotivada de contas, perfis e conteúdos por provedores de redes sociais, além de prejudicar o debate público de ideias e o exercício da cidadania, resulta em um quadro de violação em massa de direitos e garantias fundamentais como a liberdade de expressão e o exercício do contraditório e da ampla defesa'.

'A medida busca estabelecer balizas para que os provedores de redes sociais de amplo alcance, com mais de 10 milhões de usuários no Brasil, possam realizar a moderação do conteúdo de suas redes sociais de modo que não implique em indevido cerceamento dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros'.

A pasta explicou que serão acrescentados à lei do Marco Civil 'dispositivos para tratar de maneira específica, por exemplo, do direito a informações claras, públicas e objetivas sobre as políticas, procedimentos, medidas e instrumentos utilizados para efeitos de eventual moderação de conteúdo, bem como do direito ao exercício do contraditório, ampla defesa e recurso nas hipóteses de moderação de conteúdo pelo provedor de rede social'. Reações

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) anunciou, no Twitter: Informo que a OAB já estuda remédios legais contra a MP que altera o Marco Civil da Internet. Não vamos permitir retrocessos que favoreçam notícias falsas e desinformação'.

Líder da oposição na Câmara, o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) anunciou que pedirá ao presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que devolva a MP Relator do Marco Civil da Internet na Câmara, ele diz

que 'o objetivo, no fundo, não é proteger a liberdade de

expressão. O que ele está querendo fazer é impedir as redes sociais de remover conteúdo que desinforma ou que promove discurso de ódio'.

Professor de Direito Digital e advogado constitucionalista, Camilo Onoda Caldas destacou que, ao contrário do que afirmou a Secretaria-Geral da Presidência, a MP não atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância necessários para uma MP. 'Parece ter sido criada por um capricho do presidente, como uma forma de tentar agradar os seus apoiadores. A MP acaba limitando esse controle, que hoje é feito, via de regra, sem abusos e é bem-sucedido', disse.

'Bolsonaro sabe que essa MP não vai parar de pé. O que ele consegue é criar mais tensão entre os poderes, caso a MP seja devolvida pelo Senado ou suspensa pelo **STF**', explicou Juliana Vieira dos Santos, mestra em Direito pela Harvard Law School e doutora em Teoria do Estado pela Universidade de São Paulo (USP).

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Proteção a grupo indígena



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) reforçou a segurança do acampamento Luta Pela Vida, que concentra centenas de indígenas próximos à Esplanada dos Ministérios, para evitar que manifestantes acessem a área. No local há 15 dias, os nativos aguardam o julgamento da tese de marco temporal das demarcações pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Antes de testemunharem o resultado da votação e retornarem às suas casas, os indígenas estarão no centro das manifestações do 7 de setembro: o grupo está no setor cultural do Plano Piloto, a pouca distância da Esplanada, onde os apoiadores de Jair Bolsonaro estarão em apoio ao governo.

O presidente é a favor da fixação da tese de marco temporal, que prevê a data da promulgação da Constituição de 1988 como data limite para que indígenas reivindiquem posse sobre as terras tradicionalmente ocupadas. À tese é rechaçada por povos originários. A possibilidade de o encontro entre manifestantes e indígenas descambar para confrontos não é descartada, por isso as medidas são articuladas.

Segundo a PMDF o acampamento Luta Pela Vida é

patrulado desde o início pelas forças policiais. Os indígenas estão localizados próximos à Torre de TV, local escolhido pela oposição para realizar um ato neste 7 de setembro.

Em 23 de agosto, o governador de São Paulo, João Doria, alertou 24 governadores sobre a possibilidade de policiais militares irem com armas às ruas para atentar contra a democracia. Tropas especiais da PMDF estão escaladas para proteger a área e, caso seja necessário, devem reprimir ataques.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Bolsonaro quer impedir 'passaporte da vacina'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: INGRID SOARES LUIZA VICTORINO

O presidente Jair Bolsonaro anunciou que revogará o trecho da Lei nº 13. 979/2020, que trata

de medidas compulsórias para o combate à pandemia, como a possibilidade de vacinação obrigatória como estratégia de contenção do novo coronavírus. Especialistas apontam que, se for levada a cabo, a decisão será um retrocesso nas políticas de imunização.

A legislação foi proposta pelo próprio governo federal e sancionada por Bolsonaro em fevereiro do ano passado. O presidente argumentou que a lei que obriga a vacinação deveria ter vigência apenas até o fim de 2020, mas acabou sendo prorrogada pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)**.

'Aquela lei nossa era para valer até o final de 2020, prorrogou, mas lá não está escrito passaporte. Quem prorrogou a lei foi o Supremo. Era até 2020, que nem vacina tinha. Vou ver se eu consigo, por MP revogar esse dispositivo de vacina aí', disse Bolsonaro, ontem, na saída do Palácio da Alvorada, a uma apoiadora que

reclamou da medida. A simpatizante do presidente afirmou ter receio de não conseguir frequentar certos lugares por conta de uma espécie de passaporte de vacinação que vem sendo exigido em algumas cidades para a entrada em determinados locais.

Em São Paulo, por exemplo, o comprovante de imunização com pelo menos a primeira dose é exigido em eventos de grande porte, como feiras, shows, congressos e jogos com público superior a 500 pessoas.

Em dezembro do ano passado, o ministro Ricardo Lewandowski, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, prorrogou a vigência de 10 artigos da lei sem prazo definido. Com a decisão, além do trecho que versa sobre a obrigatoriedade da vacina, os estados e municípios puderam, ainda, continuar tomando decisões sobre medidas de combate à pandemia, como isolamento e quarentena. Segurança

Mesmo tendo sancionado a lei, Bolsonaro sempre foi contra o dispositivo. Desde o começo da pandemia, ao adotar um tom crítico aos imunizantes, o presidente já declarava que a vacinação no país não seria obrigatória.

Segundo o epidemiologista Jonas Brant, o passaporte vacinal é uma medida questionável, mas que incentiva a busca pela vacinação. 'A pessoa que não está vacinada perde oportunidades, a sociedade a limita por expor outras pessoas a risco. Esse passaporte começa a garantir a segurança para quem se vacinou', afirma.

Ele ressalta ainda que, mesmo que a revogação do trecho da lei não ocorra, os impactos dessas afirmações já são sentidos pelo Programa Nacional de Imunização. 'Essa lógica de mensagens contraditórias vem gerando impacto extremamente negativo nas coberturas vacinais e no programa nacional de imunização. Já é uma ação de marketing de uma mensagem que coloca em cheque todo o programa de imunização', observou.

Apesar das constantes declarações negativas do

presidente a respeito dos imunizantes, o infectologista Julival Ribeiro afirma que a postura da população brasileira merece ser celebrada. 'Nós temos que usar toda a nossa capacidade, por meio da mídia, para convencer as pessoas de que a vacina é a melhor arma para nos prevenirmos contra a covid. A vacina não é 100% eficaz, nenhuma vacina no mundo é, mas o grande mérito dela é, justamente, prevenir casos graves, mortes e hospitalizações. Associada a medidas preventivas ela é ainda mais efetiva', concluiu. *

Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Essa lógica de mensagens contraditórias vem gerando impacto extremamente negativo nas coberturas vacinais. Já é uma ação de marketing de uma mensagem que coloca em cheque todo o programa de imunização" Jonas Brant,

epidemiologista

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

A democracia é inegociável



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A democracia brasileira é barulhenta, mas tem dado importantes sinais de solidez. Arroubos autoritários não empurrarão o país novamente para o atraso. A população, no geral, não abre mão dos direitos previstos na Constituição. As conquistas obtidas desde que o Brasil se livrou de seu último período de ditadura são inalienáveis. Aqueles que se aventurarem a apoiar um regime de exceção terão de prestar contas à Justiça.

Neste Sete de Setembro, portanto, todos devem celebrar a democracia. Os brasileiros que optarem por sair às ruas precisam ter em mente que hoje é um dia de alegria, de pacificação, não de divisão e intolerância. O Brasil necessita de equilíbrio, não de radicalização. Há problemas demais a serem atacados para o bem-estar da população, sobretudo a mais pobre. Não será numa nação conflagrada que se combaterá o desemprego, a inflação, o baixo crescimento econômico, o custo da energia.

Nos últimos dias, o país assistiu, atônito, a um acirramento político. Manifestos de todos os lados pediram serenidade. Representantes do Produto Interno

Bruto (PIB), que, normalmente, preferem não se expôr, posicionarem-se publicamente em favor da pacificação. Há o temor de que todo o esforço feito até agora para recuperar a economia seja perdido. Não se pode esquecer que o

Brasil não cresce desde 2014. A pobreza atinge quase 30% da população. E há uma pandemia assustadora.

A notícia alvissareira em meio às ameaças de rompimento democrático é que as instituições brasileiras têm se mostrado fortes o suficiente para barrar aventuras. Ativo, o **Judiciário** vem contendo todos os movimentos que tentam sair das quatro linhas da Constituição. O Congresso, ainda que omissivo em pontos importantes, não está disposto, em sua maioria, a endossar o populismo e o autoritarismo. O Brasil é muito maior do que aqueles que se acham acima do bem e do mal.

Sendo assim, o Sete de Setembro não pode se resumir ao culto de uma personalidade. Muito pelo contrário. É de todos os brasileiros, da liberdade de se expressar e do respeito ao contraditório. É aí que reside a força da democracia. Não há dúvidas de que, passado o turbilhão provocado por aqueles que prezam o confronto, o país estará mais forte. Vencerá o Brasil real, não as bolhas das redes sociais que pregam o ódio.

Que todos coloquem a mão na consciência e façam deste Sete de Setembro um dia para se orgulhar, para ficar do lado bom da história. Basta de tanto sofrimento, de tantas vidas perdidas para a covid, de negacionismo, de miséria. O Brasil é grande demais para abarcar a todos, mesmo que de posições políticas diferentes. Um viva à democracia.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Golpe não é mais delírio paranoico, diz Gustavo Franco



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lucas Bombana

Em meio às expectativas quanto aos atos de raiz golpista marcados para esta terça-feira (7), já há no mercado financeiro quem veja a possibilidade de um golpe de Estado como algo factível.

Em carta aos investidores, Gustavo Franco, sócio da gestora Rio Bravo e ex-presidente do Banco Central, escreve que a atmosfera política pesada, reflexo das tensões provocadas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) contra ministros do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, prejudica a economia.

'Fala-se até de golpe, o que, infelizmente, já não é mais tomado como delírio paranoico', escreve Franco.

O executivo aponta ainda que as tensões entre os Poderes devem se estender até as manifestações a favor do governo. Há certa apreensão sobre a presença maciça de policiais armados entre os manifestantes, e não tanto entre os que vão reprimir os excessos dos manifestantes, diz o ex-presidente do BC.

'Não é claro se isso estava nos cálculos do presidente, se é que existe esse cálculo', afirma o economista no documento.

O ex-presidente do BC considera como uma 'irresponsabilidade absoluta' o escalonamento recente das tensões. 'A economia sofre, os mercados apanham e a ansiedade é tão generalizada quanto desnecessária'

Franco diz ainda que os resultados dos atos desta terça e do próximo domingo (12), quando está marcado protesto contra o governo, são importantes para dar o tom do restante do mandato presidencial.

'Parece ter se antecipado a já esperada paralisação das agendas econômicas reformadoras em consequência das divisões decorrentes, em última instância, da eleição presidencial que se aproxima. '

Segundo o sócio da Rio Bravo, enquanto o país e o mercado esperam a sequência de iniciativas capaz de promover um recuo coordenado, a política econômica vai perdendo qualquer lógica e a funcionalidade

Franco lembra ainda que as sinalizações recentes que vêm do exterior são positivas, com a continuidade do ambiente estimulativo por mais algum tempo. 'O problema é local, e político'

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

PAINEL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Fábio Zanini (interino) com Fabio Serapião e GuilhermeSeto ??

Ninguém recua

As prisões, buscas e bloqueios de contas autorizados pelo ministro do **STF** Alexandre de Moraes e cumpridos às vésperas do 7 de Setembro mostram como os atos convocados por Jair Bolsonaro vão ocorrer no momento de maior tensão entre os Poderes. As medidas indicam que as investigações que envolvem o presidente e seus apoiadores não dão sinais de retrocesso e devem gerar mais crises com o **STF** em caso de sucesso ou fracasso dos atos bolsonaristas convocados para esta terça (7).

ORIGEM

As prisões de um professor e de um PM por atacar Moraes, o bloqueio de saques nas contas da Associação Nacional dos Produtores de Soja e a busca na casa de um prefeito do RS realizadas nos últimos dias foram solicitadas pela Procuradoria-Geral da República e fazem parteda apuração que mira Sérgio Reis e organizadores dos atos.

LISTA

Bolsonaro não é alvo deste caso, mas está na mira da PF em dois inquéritos, um eleitoral e outro criminal, sobre a realização da live em 29 de julho em que atacou sem provas as urnas, e também nas investigações sobre fake news e atos antidemocráticos.

REAÇÃO

A Comissão Dom Paulo Evaristo Arns afirmou em nota divulgada nesta segunda (6) que cidadãos e entidades devem]levantara voz contra os ataques às instituições nos atos bolsonaristas de raiz golpista do 7 de Setembro.

LIMITE

"Ir às ruas para pregar a violência, o uso de armas, o fechamento do Parlamento e do **STF**, a intervenção das Forças Armadas e a rebelião nas polícias militares, a destituição de autoridades, a provocação e ofensa aos contrários, enfim, fazer a apologia da intolerância raivosa, não pode ser tolerado", diz a nota.

TURBA

Por sua vez, o grupo Prerrogativas, formado por advogados e outros profissionais do direito, elaborou texto em que pede união pela preservação das instituições democráticas, que estão sendo 'desafiadas de modo criminoso por uma horda de extremistas.'

ALIADO

Na nota, o grupo destaca mensagem publicada por Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo Bolsonaro na Câmara, que escreveu que estava indo para Brasília para 'autorizar o presidente Bolsonaro' a liderar 'patriótica missão'.

COMO O É

O Prerrogativas diz que ele 'sinaliza uma transgressão de índole autoritária' e terá de responder por isso às instâncias éticas pertinentes.

NO MEIO

Em vídeo gravado por ocasião do 7 de Setembro, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), fala em colocar o Brasil de volta no centro, para além das polarizações políticas.

CORDÃO

O tucano, que tenta se viabilizar como candidato presidencial do PSDB, cita o petista Chico Buarque e o bolsonarista Sérgio Reis na peça, que foi elaborada pelo publicitário Nizan Guanaes e produzida por Paulo Dantas. Leite defende que se veja que Buarque e Reis são 'duas belezas musicais, e não só duas escolhas políticas'

ANO...

Um dos principais organizadores do ato de 12 de setembro pelo impeachment de Jair Bolsonaro, o MBL decidiu usar o branco como cor símbolo na manifestação. À ideia é procurar um tom que fuja do vermelho da esquerda e do verde-amarelo dos apoiadores do presidente.

...NOVO

Em atos anteriores de que participava, o movimento usava amarelo, mas desde então busca marcar diferença com o bolsonarismo.

SAFÁRI

O cancelamento da viagem de Donald Trump Jr. ao Brasil à para a conferência conservadora Cpac, por problemas com seu voo, frustrou o desejo do filho do ex-presidente dos Estados Unidos de tirar uns dias de folga no país. Ele tinha planos de caçar.

PRECISA...

Em nota técnica, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) apontou problemas e pediu mudanças profundas no projeto de lei contra ações terroristas, do deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), em tramitação na Câmara.

...MELHORAR

A ANPR avalia que o projeto abre espaço para a concentração de poderes nas mãos do Presidente da República, para a disseminação de uma atuação violenta por parte de agentes públicos e para a perseguição a movimentos sociais e defensores dos direitos humanos.

TIROTEIO

"Do jeito como foi sancionada por Bolsonaro, a lei que liberaria patentes para a Covid-19 liga nada a lugar nenhum"

De Pedro Villardi, coordenador do Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual, sobre sanção de lei que autoriza quebra de patentes

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Isolado, Jair Bolsonaro parte para o tudo ou nada em atos de raiz golpista



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Renato Machado, Marianna Holanda e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA - Principal estrela das manifestações de raiz golpista convocadas para 7 de Setembro, o presidente Jair Bolsonaro chega politicamente isolado ao feriado da Independência e precisando projetar força após sucessivas notícias negativas para o governo.

Ao mesmo tempo em que perde capital político com a crise entre os Poderes, intensificada por seus ataques ao **Judiciário**, a alta da inflação e a crise energética se colocam como novos obstáculos para o projeto de sua reeleição em 2022. Nesse quadro, de acor do com auxiliares, os protestos de 7 de Setembro se converteram na oportunidade para Bolsonaro tentar mostrar que ainda consegue mobilizar as ruas.

Na noite desta segunda-feira (6), bolsonaristas furaram o bloqueio da Polícia Militar do Distrito Federal e ingressaram na Esplanada dos Ministérios. A região estava fechada para carros desde a noite de domingo

(5), mas após pressão dos manifestantes a PM liberou o bloqueio, permitindo que carros descessem em direção ao prédio do **STF (Supremo Tribunal Federal)**.

Em vídeos publicados nas redes sociais, é possível ouvir um homem gritando: 'Acabamos de invadir, a polícia não deu conta de segurar o povo'. Ele ainda completa: 'E nós vamos invadir o **STF** amanhã'.

Entre aliados, há quem diga que os atos devem marcar um 'tudo ou nada' para o presidente. Um comparecimento aquém do desejado, dizem interlocutores, reforçaria a percepção de que Bolsonaro tem cada vez menos condições de viabilizar sua campanha para 2022, o que poderia impulsionar atos da oposição.

À Folha um dirigente partidário de centro comparou esse hipotético cenário ao do ex-presidente Fernando Collor. Ao convocar manifestações em seu apoio em 1992, acabou provando que tinha poucos apoiadores, facilitando o caminho para o impeachment.

Por outro lado, caso seja bem-sucedido em se apresentar como um líder de massas, Bolsonaro espera sair das cor das diante do desgaste que se acumula no **Judiciário**, no Senado e, mais recentemente, entre líderes empresariais.

Seria uma forma de ele tentar se recuperar da queda de braço com as demais instituições, hoje desfavorável para o Planalto. Na véspera do ato pró-governo, o presidente se reuniu com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada durante a manhã. Segundo autoridades do governo, Bolsonaro sobrevoou de helicóptero a capital federal e observou grupos de apoiadores que vão participar das manifestações. O Palácio do Planalto não confirma o passeio.

Apoiadores também levaram à Esplanada cartazes de apoio ao governo e com frases contrárias aos outros

Poderes.

Uma das faixas que chegou a ficar em frente ao Supremo e ao Planalto cobrava um golpe: 'Presidente Bolsonaro, acione o Exército para destituir o STF e o Congresso'.

No começo da tarde, Bolsonaro provocou aglomeração com apoiadores em frente ao Palácio do Planalto.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), mais cedo, também desceu rapidamente a rampa do Planalto para encontrar os manifestantes, que gritavam 'Supremo é o povo'. O filho do presidente simulou segurar armas com as mãos e voltou para o palácio.

Um apoiador levou uma estátua de madeira de Bolsonaro. A peça foi colocada no segundo andar do Planalto.

De acordo com aliados, o 7 de Setembro também é um caminho para que o presidente recupere o status de líder anti-sistema que marcou sua vitória na campanha de 2018.

Além do tamanho do público, as expectativas se concentram no teor do discurso de Bolsonaro. No dia, ele deve falar em duas ocasiões: primeiro em Brasília e, depois, na avenida Paulista, em São Paulo.

O conteúdo da fala de Bolsonaro tem sido tratado com sigilo por interlocutores, mas há uma expectativa de que 'independência' seja um tema da declaração em Brasília.

A previsão no Planalto é que, em São Paulo, o discurso dele seja mais radical. Apesar dos apelos por moderação, aliados estão céticos quanto a isso.

Um deles disse à Folha que apoiadores do presidente não estão indo às ruas ouvir uma fala de Bolsonaro sobre pacificação -querem um discurso que contemple suas reivindicações radicais. Embora exista o receio de que o presidente faça um pronunciamento de cunho golpista, aliados pontuam que ele não reúne no

momento as condições políticas para promover guinada autoritária.

O presidente quer ainda usar a data para mostrar a unidade de seu gabinete. Na manhã desta terça há previsão de café da manhã no Palácio do Alvorada, seguido de solenidade de hasteamento da bandeira nacional.

Se o presidente discursar após essa cerimônia, quer contar com a imagem de políticos ao seu lado.

Ministros e líderes no Congresso foram convidados, mas muitos devem faltar, seja por que estarão viajando, seja por que querem evitar a exposição numa manifestação com bandeiras antidemocráticas.

Diante da necessidade de mostrar força nas ruas, Bolsonaro transformou o 7 de Setembro no principal mote de suas declarações recentes, com falas em tom de ameaça a integrantes do **STF (Supremo Tribunal Federal)**. Ele também aproveitou viagens para tentar ampliar o máximo possível o chamamento.

'Nós não criticamos instituições ou Poderes. Somos pontuais. Não podemos admitir que uma ou duas pessoas que usando da força do poder queiram dar novo rumo ao nosso país', disse na sexta (3), durante agenda em Tanhaçu (BA).

'Essas uma ou duas pessoas têm que entender o seu lugar. E o recado de vocês, povo brasileiro, nas ruas, na próxima terça-feira, dia 7, será um ultimato para essas duas pessoas', acrescentou, referindo-se aos ministros do **STF** Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso.

Auxiliares tentam minimizar a escalada no discurso golpista nos últimos dias. Dizem se tratar mais de um chamamento para as manifestações, uma forma de animar a militância. As manifestações do feriado eram apreensão entre auxiliares da ala política do governo, que nas últimas semanas viram frustradas todas as tentativas de moderar a retórica do presidente.

A avaliação desse grupo - do qual fazem parte os

ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Flávia Arruda (Secretaria de Governo)- é que a confrontação de Bolsonaro como **Judiciário** está contaminando a relação do Planalto como Senado e também ameaça minar o apoio ao governo no empresariado.

É no Senado que o governo tem sofrido derrotas, sendo a mais amarga delas a rejeição de uma minirreforma trabalhista. A indicação de André Mendonça ao Supremo já bate recordes de espera para sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa e segue sem previsão.

Sob condição de anonimato, interlocutores do governo disseram não acreditar em grandes mudanças após o 7 de Setembro. Como Bolsonaro dificilmente fará um pronunciamento sem provocações contra o **STF**, a tendência é que a confrontação institucional se arraste.

"Não podemos admitir que uma ou duas pessoas que usando da força do poder queiram dar novo rumo ao nosso país. Essas uma ou duas pessoas têm que entender o seu lugar. E o recado de vocês, povo brasileiro, nas ruas, na próxima terça-feira, dia 7, será um ultimato para essas duas pessoas"

Jair Bolsonaro presidente, durante discurso em Tanhaçu (BA), na sexta (3)

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

PF prende 2 por ameaças a Moraes, do STF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Marcelo Rocha

BRASÍLIA - Nos últimos três dias, o ministro Alexandre de Moraes, do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, determinou à Polícia Federal várias ações contra apoiadores de Jair Bolsonaro, sob a justificativa de garantir a ordem pública.

Entre as diligências solicitadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República), Moraes mandou bloquear chaves Pix e contas bancárias da Aprosoja (Associação Nacional dos Produtores de Soja) e sua representação em Mato Grosso.

Os saques estão bloqueados até esta quarta (8).

Ordenou ainda que sejam identificados e informados valores transferidos a partir das contas bancárias dessas associações a terceiros desde o dia 10 de agosto.

Nesta segunda-feira (6), a PF prendeu em Santa Catarina Márcio Giovani Niquelatti, conhecido nas redes como professor Marcinho, simpatizante do presidente

que divulgou em rede social uma ameaça de morte a Moraes.

Pelo mesmo motivo foi preso preventivamente o ex-policia militar Cássio Rodrigues Costa Souza, de Minas Gerais.

Com Reuters

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Ação de robôs pró-Bolsonaro cresce nas redes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Nathália Afonso

AGÊNCIA LUPA - As manifestações em defesa do governo Jair Bolsonaro (sem partido) convocadas para 7 de Setembro foram impulsionadas no Twitter por perfis com alta probabilidade de serem automatizados, os bots.

Dois relatórios produzidos pelo Pegabot, projeto desenvolvido pelo ITS Rio (Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio), indicam uso intensivo dessa ferramenta para impulsionar esse tema, o que vai contra as regras da rede social.

Os dados também revelam que o número de bots publicando hashtags em apoio às manifestações cresceu 14% à medida que a data dos protestos se aproximava.

O primeiro relatório do Pegabot identificou 2.295 contas com alta probabilidade de serem automatizadas entre os dias 12 e 20 de agosto. O levantamento seguinte mostrou que esse número cresceu para 2.621 bots entre 22 e 30 de agosto.

De acordo com o relatório mais recente, esses perfis automatizados defenderam as manifestações do dia 7 publicando 81 mil posts, o que representa 23% de todo o conteúdo analisado pelo Pegabot nesse período - aproximadamente 1 a cada 4 postagens.

A equipe identificou ainda que, em 78,3% dos casos, o tuíte era, na realidade, um RT, ou seja, o compartilhamento de algum post feito por outro usuário na plataforma.

Os bots são utilizados como estratégia para disseminar uma informação de forma artificial pelas redes sociais.

No último relatório, os dados colhidos pela equipe do ITS Rio mostram que a atuação desses perfis aumentou ao longo dos últimos dias, chegando ao seu ápice em 30 de agosto, data final da análise.

Os pesquisadores também identificaram vários perfis não automatizados, de usuários reais, que estavam, de fato, postando sobre o assunto. A conclusão é que os bots foram empregados para impulsionar o debate.

'Os bots dão a fagulha e mantêm a energia para a roda girar', diz Thayane Guimarães, pesquisadora do ITS Rio.

Em agosto, o cantor sertanejo Sérgio Reis anunciou que estava organizando uma manifestação no início de setembro em favor de Bolsonaro.

Esse ato também teria como objetivo derrubar os ministros do **STF (Supremo Tribunal Federal)** e exigir a utilização do voto impresso nas próximas eleições presidenciais.

Após o comunicado do cantor, que acabou sendo alvo de mandado de busca e apreensão em inquérito que investiga atos antidemocráticos, vários perfis no Twitter começaram a divulgar o evento.

Ao produzir os relatórios, a equipe do Pegabot também identificou contas com alta probabilidade de serem automatizadas disseminando conteúdos falsos.

Um perfil com 99% de probabilidade de ser bot publicou um vídeo que mostra policiais comemorando e cantando juntos. A legenda afirma que os agentes estariam se preparando para as manifestações do 7 de Setembro.

Na realidade, o registro foi produzido durante a formatura de novos soldados da Polícia Militar do Rio de Janeiro -não tendo qualquer relação com as manifestações do 7 de Setembro.

Outro vídeo muito semelhante -que mostra um grupo de policiais cantando a mesma música, iniciada pela frase 'escuta a terra tremer'- foi desmentido recentemente pela Lupa.

O registro também era de uma formatura de soldados do Rio, mas circulou com o logotipo da PM de São Paulo e a frase '7/9 eu vou pra Paulista'.

Além de propagar conteúdos falsos, os bots também foram programados para atacar o **STF** ou os seus ministros. 'O **STF** interferiu 123 vezes no executivo! ??', publicou um perfil, que, além de mencionar uma hashtag em apoio à manifestação, também utilizou o termo #RenunciaAlexandreDeMoraes -referência ao ministro do **STF**.

Os relatórios do Pegabot analisaram mais de 508 mil posts publicados no Twitter que mencionaram ao menos uma das seguintes hashtags: #Dia7VaiSerGigante, #Dia7VaiSerGigante, #Dia7VaiSerMaior e #Dia7VaiSerMaior.

Foram verificados 29 mil perfis no primeiro levantamento e 48,5 mil, no segundo. A ferramenta do ITS Rio permite verificar a probabilidade de uma conta ser automatizada.

O Pegabot analisa os dados de cada perfil público disponível nas APIs do Twitter (forma como programas trocam informações entre si), como o nome de usuário,

a descrição e o número de postagens realizadas.

Essas informações servem como base para que o Pegabot classifique as contas usando quatro critérios -temporal,

usuário, rede e sentimento. Juntos, esses elementos indicam a probabilidade de comportamento automatizado de uma conta, dentro de uma pontuação de 0 a 100. Quanto mais alto o valor, maior a chance de o perfil ser automatizado. Os dados levantados pelo ITS Rio referem-se a usuários que pontuaram com valor de, no mínimo, 70% de probabilidade de automatização na análise total do Pegabot.

Em nota, o Twitter disse que 'não teve acesso ao levantamento e tampouco teve tempo de investigar o assunto de forma apropriada', e, portanto, não iria comentar. 'Ainda assim, nosso time está analisando as conversas em torno das hashtags e, caso encontrarmos alguma conta em violação às regras, tomaremos as medidas cabíveis'. Edição Maurício Moraes

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Presidente estimula confrontos em vez de soluções, afirma Lula



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: José Marques

SÃO PAULO - Um dia antes dos atos de raiz golpista organizados por apoiadores do governo federal, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) estimula confrontos em vez de anunciar soluções ao país.

Em discurso transmitido nas redes sociais na noite desta segunda-feira (6), com estética de pronunciamento presidencial, Lula disse que Bolsonaro nunca respeitou a democracia e convoca atos contra os Poderes da República.

'Ao invés de somar ele estimula a divisão, o ódio e a violência. Definitivamente não é isso o que o Brasil espera de um presidente', disse.

Em seu discurso, Lula, que pretende se candidatar à Presidência, fez anúncios de plataformas de uma eventual campanha, como a venda de gasolina pela Petrobras 'não mais pelo preço do dólar' e redução do custo de alimentos.

'Era de se esperar dele [Bolsonaro] um plano para gerar empregos, que desse um alento aos trabalhadores, que viesse dizer que a Petrobras vai voltar a vender gasolina pelo custo real e não mais pelo preço em dólar, porque foi essa política errada que fez disparar o preço dos combustíveis', afirmou.

'Que apresentasse medidas para baixar o preço dos alimentos para garantir um mínimo de dignidade a quem está na fila do osso'

Nas exta (3), o petista obteve uma nova vitória na Justiça. O juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 10ª Vara Federal de Brasília, determinou o trancamento de uma ação penal a que o ex-presidente respondia sob acusação de corrupção passiva por supostamente ter aceitado R\$ 64 milhões da empreiteira Odebrecht em 2010.

O Ministério Público Federal dizia que a propina teria sido recebida em troca de aumento da linha de crédito para financiamento da exportação de bens e serviços do Brasil a Angola, que teria à época o valor de R\$1 bilhão.

Na decisão, o juiz determina o trancamento sob o argumento de que devem ser desconsideradas provas usadas na denúncia, já que o **STF (Supremo Tribunal Federal)** reconheceu a suspeição do ex-juiz Sergio Moro em casos relacionados a Lula e anulou as provas colhidas nas investigações da Lava Jato.

O cerne da acusação, segundo ele, era baseada em provas contidas na ação do triplex de Guarujá. Além disso, essa ação era baseada em outra, conhecida como a do 'Quadrilhão do PT', na qual o ex-presidente foi absolvido.

O magistrado afirma, no entanto, que a ação penal foi baseada inicialmente 'em múltiplos elementos que, de maneira conjunta e em tese, teriam a capacidade de demonstrar a existência de efetiva conduta criminosa por parte dos réus'.

Em nota, advogados do ex-presidente dizem que essa é a 18ª decisão obtida em favor de Lula para encerrar ações e investigações, 'diante da inexistência de qualquer prova de culpa e da apresentação de provas de sua inocência'.

'Com o trancamento desta ação penal, resta uma única ação penal aberta contra Lula do conjunto de acusações que foram indevidamente assacadas contra o ex-presidente na onda de lawfare oriunda da 'lava jato', afirmaram Cristiano Zanin Martins e Valeska Martins.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Caravana para ato em Brasília tem críticas ao STF e saudosismo do golpe



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Fábio Zanini e Vinicius Martins

BRASÍLIA - A agitação na caravana de Lucinha Ramiro, 60, começou bem antes da partida do ônibus de São Paulo a Brasília, para o ato de 7 de Setembro em defesa do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

'Bom dia. Lembrando que é preciso máscara, mas para as paradas, viu? No ônibus, podem ficar à vontade', foi uma das recomendações que ela enviou na semana passada ao grupo. 'Quem faz uso de ivermectina eu aconselho tomar, apenas por precaução'

A Folha acompanhou a viagem dos bolsonaristas, que saiu da região do terminal Tietê, em São Paulo, no domingo (5) por volta das 15h15 e chegou à capital federal 20 horas depois, pouco antes do meio-dia desta segunda-feira (6).

Foram 90 militantes em dois veículos que seguiram em comboio. A trupe era um pequeno resumo do bolsonarismo atual: havia evangélicos, ex-esquerdistas,

empresários vociferando contra a corrupção, defensores do tratamento precoce contra a Covid-19 e saudosistas da ditadura.

Lucinha, de Guarulhos (SP), é a alma do grupo. 'O Bolsonaro me chama de Lucinha Pitbull', conta, orgulhosa.

O apelido se justifica pelo estilo direto ao ponto. Numa parada da viagem em Pirassununga (SP), chamou um funcionário para exigir que mudasse o canal de dois aparelhos de TV que exibiam a Rede Globo. 'A Globolixo não nos representa', justificou ao funcionário, que disse não poder atender o pedido.

Ela vem promovendo caravanas desde dezembro de 2018, ao ritmo de ao menos uma por mês.

'Sempre que tem algum evento ou votação importante agente vai', diz ela, também uma das coordenadoras do Movimento Pró-Armas. 'Não é sobre armas, é sobre liberdade', dizia a estampa da camisa que usou na viagem.

Como todos na caravana, ela reclama do que vê como um ataque cada vez mais duro contra a liberdade de expressão, capitaneado pelo ministro do **STF (Supremo Tribunal Federal)** Alexandre de Moraes, de longe a figura mais 'homenageada' pelo grupo.

'Fiquei 15 dias bloqueada pelo TikTok porque postei foto do Leo Índio [sobrinho de Bolsonaro] com uma arma. E olha que ele é CAC [atirador registrado]' disse, indignada.

Sentado no fundo do ônibus, Jair Barroso, 70, passou grande parte da vida como esquerdista, militando em sindicatos, movimento sem-terra e até no PC do B.

'Chega uma hora que a gente para de ser burro' O hoje direitista tem uma instituição em que cuida de 108

jovens carentes em Guarulhos. Viajou com um deles, David, 17, em quem identificou o dom de cantar. 'Eu sou bolsonarista, ele agora virou um também'.

Com um alto-falante portátil e um violão, Jair e David providenciaram grande parte da animação musical da viagem, que não tardou a começar.

Com uma hora de estrada, o corredor já havia se tornado uma pista de dança improvisada, num setlist que misturou cancionário brega, músicas sertanejas e hinos da pátria. Um dos mais populares, o da Independência, gerava coro inflamado no trecho que diz 'ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil'.

Outros hits foram 'Menino da Porteira', de Sérgio Reis, 'Funk do Bolsonaro', do MC Reaça, e 'Eu Te Amo Meu Brasil', canção de exaltação à ditadura do grupo Os Incríveis.

Grande parte da caravana era de 'tias do zap', mulheres em geral com mais de 50 anos, que assumem com orgulho essa denominação.

A diarista Salomé Matos, 63, diz ter virado madrugadas na eleição de 2018 administrando redes sociais em defesa de Bolsonaro. Hoje cuida de nove grupos de WhatsApp, além de um contano Facebook com 14 mil membros.

Intervencionista, diz que o Supremo 'ultrapassou a régua da Constituição', especialmente o 'cabeça de ovo', referência a Moraes. Afirmo que Bolsonaro tem que agir. 'O que o presidente fez o povo tem que aceitar', afirma ela, com unhas pintadas de verde.

Outra da bancada das tias, Dora Lopes diz que, apesar do apoio ao presidente, não tem político de estimação. 'Eu tenho meu país de estimação.'

O amor por Bolsonaro só rivaliza com o que tem pelo Palmeiras -uma de suas atividades é organizar eventos para torcedores do clube alviverde.

Já a repulsa por Moraes é quase igualada pela que

nutre pelo governador João Doria (PSDB), que ela considera mais nocivo até do que Luiz Inácio Lula da Silva (PT). 'Doria é mais perigoso por que sentou na cadeira para estudar', diz.

Embora não exatamente um 'tio do zap', o engenheiro mecânico Adailton Carvalho, 47, de Piracicaba (SP), gabarita nas demonstrações de apreço pelo presidente.

Na campanha de 2018, adesivou seu Hyundai Elantra com um enorme 'Bolsonaro' cobrindo toda a lataria lateral do carro, e 'Mito' na parte de trás. Além de ser CAC, é também motociclista e participou da motociata com Bolsonaro em São Paulo, em junho.

'O que me admira nele é o pulso firme de Bolsonaro, de não arredar pé do que acredita, de não desistir de acabar com a corrupção', afirma.

Repetindo um discurso comum de bolsonaristas, ele afirma que o presidente está jogando dentro da Constituição e que o problema está nos outros Poderes. 'Creio que nós teremos um novo 64. Não é só o Bolsonaro, tem uma cúpula de generais por trás dele', diz.

Ex-segurança de boate com um físico musculoso que chama a atenção, Thiago Ferreira, 35, aproveitava a viagem para fazer negócios.

Antes de embarcar, investiu R\$ 2.000 em máscaras, bandanas, bonés e outros apetrechos com referências ao presidente. Seu plano era vendê-los na Esplanada dos Ministérios e faturar alto com o evento.

Nos últimos meses, sua vida tem sido viajar com seus produtos para onde Bolsonaro for. Esteve em Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina, entre outros locais.

Apesar disso, garante que seu interesse não é só mercantil. 'Eu gosto da sinceridade dele [Bolsonaro]. Não tá nem aí pra o que a mídia diz.'

Ex-eleitor do PT, disse que se decepcionou com a

corrupção sob Lula. Em tom mais baixo, fez uma confidência. 'No governo Dilma, eu vim numa caravana pra Brasília paga por sindicatos. Recebi R\$200, mais um lanche, suco e Toddyinho para agitar bandeiras'.

Outro empreendedor a bor do era Osvaldo Cassiano, 74, que relatou outras dificuldades de outro tipo. Ex-metalúrgico, conheceu Lula nos anos 1960, mas nunca aceitou as ideias da esquerda.

Ele tem uma empresa de fabricação de selos mecânicos (peças que impedem o vazamento de fluidos em máquinas) que empregou mais de 500 pessoas no auge.

A firma agora está parada, com uma dívida de R\$ 5 milhões. Fruto, segundo ele, da destruição pelo PT do setor petrolífero, de onde vinha grande parte de sua clientela. 'Estou com o saco cheio de pagar ladrão', diz ele.

O empresário diz que apoia fechar o Congresso e trocar os ministros do **STF**, mas não está otimista. 'Luto pela pauta intervencionista, mas acho que os militares não vão entrar'

A viagem inclui deslocamento de ida e volta mais hospedagem num hotel na região central de Brasília. A Folha pagou R\$ 410 por pessoa, embora tenha utilizado apenas a viagem de ida.

O ônibus fez pausas pelo trajeto, pegando passageiros que embarcam no interior de São Paulo. Também houve longos intervalos em restaurantes de beira de estrada.

Uma das paradas foi em Araguari (MG), que virou uma balada: o ônibus chegou à 1h30 e saiu perto das 4h. Houve música, cerveja e gritos de guerra pró-Bolsonaro. Como o local estava semideserto, quase todos dispensaram a máscara.

As 7h, após uma noite maldormida, todos já estavam de pé de novo, desta vez em uma lanchonete em Cristalina (GO), para o café da manhã. Na beira da estrada, todos

agitavam bandeiras e gritavam para motoristas de caminhão que buzinassem ao passar. Os que se recusavam eram chamados de petistas ou comunistas.

Uma das mais animadas era a corretora de imóveis Vana Mariozi, de Sorocaba (SP). Ela celebrava também o fato de ter se curado da Covid-19, contraída em março.

'Passei 10 dias no hospital, sendo 4 recebendo oxigênio, mas não precisei ser intubada, graças ao tratamento precoce', afirma ela, que toma cloroquina diariamente e ivermectina semanalmente.

Nenhum dos dois remédios tem eficácia comprovada, mas ela diz não acreditar nisso. Também não se vacinou. 'Essas vacinas são todas experimentais', diz. Todos os imunizantes utilizados no Brasil foram autorizados pela Anvisa.

Com ela, viajava uma amiga médica que receitou os remédios. 'Essa mulher aqui salvou minha vida', afirma Vana.

A médica trabalha num hospital estadual na zona leste de São Paulo e pediu para não ter o nome publicado. Disse que tem sofrido pressão para assinar um documento reconhecendo a ineficácia do tratamento precoce, mas se recusa.

De acordo com a médica, nenhum dos mil pacientes com Covid que ela tratou morreu, justamente por causa do tratamento precoce, que defende também para crianças. Segundo ela, crianças com Covid, depois de meia hora que tomam cloroquina, já estão brincando e com fome de novo.

No final da manhã, em um dia típico da seca brasiliense, o ônibus chegou a uma churrascaria na Vila Planalto, bairro da capital perto da Esplanada dos Ministérios.

Em meio a um almoço ao ar livre, houve tempo para mais uma rodada de discursos com críticas ao **STF** e aos que 'não deixam o presidente governar'. Depois, os bolsonaristas rumaram ao hotel para um descanso e preparação para o grande ato do dia seguinte.

Foi a deixa para a reportagem da Folha, que não sofreu hostilidade durante o trajeto (embora tenha se apresentado abertamente como tal), desligar-se do grupo.

"O que me admira nele é o pulso firme de Bolsonaro, de não arredar pé do que acredita, de não desistir de acabar com a corrupção"

Adailton Carvalho

engenheiro mecânico de Piracicaba (SP)

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

MÔNICA BERGAMO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: com Bruno B. Soraggi, Bianka Vieira e Victoria Azevedo

RADAR LIGADO

A Universidade de São Paulo (USP) já começa a identificar casos de professores, funcionários e alunos que se recusam a tomar a vacina contra a Covid-19. A instituição planeja voltar com as aulas presenciais em 4 de outubro para os alunos e professores que tiverem recebido as duas doses do imunizante.

CONTANDO

Ao menos seis unidades da USP registraram casos de pessoas que ainda não tomaram a primeira dose ou que apresentam resistência: a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), o Instituto de Matemática e Estatística (IME), o Instituto de Física (IF), o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena) e o Instituto de Ciências Biomédicas (ICB).

MEU JEITO

Tanto a FFLCH quanto o IME registram três casos cada de pessoas resistentes ao imunizante. Neste último, segundo a instituição, um professor considera que não precisa ser vacinado porque já teve contato com o novo coronavírus e, à revelia da ciência, sustenta que já desenvolveu anticorpos.

AQUI, NÃO

Além dele, um funcionário diz que não quer tomara vacina, sem apresentar justificativa, e outro atesta ser naturalista, o que o leva a considerar 'indesejável uma estrutura estranha' em seu corpo.

ESCRITO

O Cena, por sua vez, contabiliza 2% de técnico-administrativos e docentes que ainda não receberam a primeira dose. Já o IEB identificou dois casos, mas que foram revertidos após a publicação pela USP de normas para o retorno presencial. E o ICB registra até agora apenas um caso de pós-graduando que não se vacinou e não apresenta justificativa.

TUDO CERTO

O Instituto de Física afirma que teve casos pontuais, mas que foram resolvidos facilmente com diálogo.

NADA SEI

Questionada pela coluna sobre o número total de professores e funcionários que se recusam a tomar a vacina, a reitoria da USP diz que 'as unidades ainda não devem dispor dessas informações'.

ELE NÃO

O empresário bolsonarista e presidente do PTB-SP, Otávio Fakhoury, avalia que se há alguém violando a Constituição, essa pessoa não é o presidente Jair Bolsonaro. 'Tem gente que já violou a Constituição

dentro dos Três Poderes. Esses caras é que estão dando golpe', afirma ele, que prefere não citar nomes.

CARTEIRA

'Não adianta acusar Bolsonaro de um golpe que pode dar um dia. Se ele quisesse, já tinha dado', segue o Fakhoury que afirma que 'dessa vez' não bancará caminhões de som para o ato desta terça (7) em SP. 'Vivaquinhas, mas não vou ajudar', diz ele, que foi investigado no inquérito das fake news do **STF** 'Todo mundo acha que pago tudo no Brasil'

TELA

O combate ao bullying virtual e o enfrentamento de crimes cibernéticos são abordados em quatro projetos de lei protocolados na Câmara. Um deles propõe alteração no Código Penal para prisão em caso de práticas do tipo. Os projetos são do deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT).

CORRIDA

Ao menos três representantes da Cultura do governo Bolsonaro estudam deixar seus cargos para concorrer a deputado em 2022. São eles: o titular da pasta, Mario Frias, o subsecretário de Fomento e Incentivo à Cultura e ex-policia militar, André Porciúncula, e o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo.

ESTANTE

O carnavalesco Milton Cunha prepara um livro de crônicas que reunirá reflexões suas geradas a partir da pandemia da Covid-19, além de textos de nomes como padre Fábio de Melo, Fátima Bernardes e Miguel Falabella. A obra, do selo Faro Editorial, será ilustrada com aquarelas de Marcelo de César e terá uma tiragem inicial de 20 mil exemplares.

PROCURA

Mais de 1.500 profissionais de todos os estados brasileiros se inscreveram em um programa de bolsa de

estudo em compliance oferecido pela J&F Investimentos. Trata-se da primeira edição do Sementes de Compliance, que vai oferecer 30 bolsas de curso oferecido pela LEC, escola especializada no tema. Os selecionados serão anunciados em outubro.

SOM

O pianista baiano Marcelo Galter, que integra o Quinteto Letieres Leite, vai lançar seu primeiro disco solo, 'Bacia do Cobre', pela gravadora Rocinante. O álbum ficará disponível a partir do dia 24.

NAS REDES

A apresentadora Giovanna Ewbank postou foto acompanhada do marido, Bruno Gagliasso, dos apresentadores Rodrigo Hilbert e Fernanda Lima, do ator Ricardo Pereira e de sua mulher, Francisca Pereira, em um hotel em Portugal.

O cantor Felipe Araújo compartilhou imagem na arquibancada do jogo entre Brasil e Argentina, em SP

A atriz Gal Gadot publicou uma imagem sua

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

COLUNA DO ESTADÃO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: ALBERTO BOMBIG COM MATHEUS LARA

Justiça é o 1º alvo de autocratas pelo poder'

A insistência bolsonarista no discurso de que o Brasil vive sob uma 'ditadura do **STF**' faz o cientista político americano Steven Levitsky, coautor do celebrado best seller Como as Democracias Morrem (Zahar), deixar um alerta ao País neste 7 de Setembro: 'Ataques ao **Judiciário** costumam ser o primeiro passo de autocratas para tentar ficar no poder'. Em conversa com a Coluna, ele compara as investidas de Jair Bolsonaro contra instituições democráticas a táticas de outras figuras, como o venezuelano Hugo Chávez e o atual líder turco Recep Erdogan.

» Método. 'Autocratas usam a violência, às vezes até fictícia, como desculpa para tentar destruir pouco a pouco a democracia', diz. » Será? Ainda que riscos existam e que seja importante estar vigilante, Levitsky põe em dúvida o quanto Bolsonaro tem de força e apoio para apostar em aventuras golpistas.

» Lá fora. Para o pesquisador, o 7 de Setembro tende a

ser mais um capítulo ruim para a imagem do País no exterior. 'A imagem do Brasil como uma democracia de sucesso foi manchada.' » Aqui dentro. Levitsky vê o sistema político presidencialista brasileiro na raiz das instabilidades por aqui. 'Sistemas parlamentaristas como os da Europa têm mecanismos institucionais para mudar os governos com maior facilidade', diz.

» Tome nota. 'O presidencialismo de coalizão de 1993 a 2012 funcionou relativamente bem, mas a crise iniciada com Dilma Rousseff trouxe um retorno à instabilidade presidencial', afirma o pesquisador.

» Urnas. Para Levitsky, a resposta ideal do mundo democrático a Bolsonaro seria impor a ele uma derrota acachapante já no primeiro turno na próxima eleição presidencial. Mas ele mesmo aponta os entraves.

» Urnas 2. 'Para garantir a sobrevivência da democracia, deveria se formar uma ampla coalizão, do PT à centro-direita, por um candidato. Mas sei que é pedir muito. Lula e o PT teriam de fazer concessões significativas, na economia e na Justiça. Deveriam ter feito isso na eleição de 2018 e não fizeram. Vimos as consequências', diz Levitsky.

» CLICK. Ricardo Barros (à esq.), em vídeo publicado nas redes sociais, diz que em Brasília participará dos atos para 'autorizar' Bolsonaro em sua missão pelo País.

» Contradição. Postagem do deputado Ricardo Barros (PP-PR) em favor dos atos chocou ministros do **STF**, que consideram inacreditável o líder do governo estimular esse tipo de manifestação após ter recorrido recentemente à Corte em busca de seus direitos.

» Contradição 2. Ou seja, quando se sentiu acuado pela CPI da Covid, Barros correu até o **STF** em busca de salvaguardas. Agora, mais à vontade, conclama os brasileiros a atacarem essa mesma Corte. Os ministros estão de olho. . .

» Redes. . . Estudo encomendado pelo PSDB nacional, -) concluído às vésperas deste 7 de Setembro pela Vox Radar, identificou que 87, 6% das menções a Bolsonaro nas redes foram críticas. As publicações de apoio somaram 11, 6%.

» ...contra. Posts sobre os atos de hoje mostraram uma diferença menor. 57, 3% dos usuários condenavam as marchas e 42, 6% as endossavam. 'O bolsonarismo é eficaz em mobilizar militantes para causas específicas. Mas perde, inclusive nas redes, quando precisa enfrentar o Brasil real', conclui a direção do PSDB.

» SINAIS PARTICULARES. Antonio Barra Torres, diretor-presidente da Anvisa

PRONTO, FALEI!

Chico Alencar

Vereador do Rio de Janeiro (PSOL)

'A barra tá estranha: Barra Torres barra o jogo 'dentro das quatro linhas'. PF não barrou ninguém. É o Brasil de hoje: gols contra e furadas sobrando. '

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Marcha à ré institucional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: SÉRGIO LAZZARINI

Em artigo no Estado de S. Paulo em abril de 2016, à luz dos eventos em curso na época (como a Lava Jato, os protestos nas ruas e as propostas de reforma do sistema estatal), havia sugerido dois possíveis resultados diametralmente opostos para o Brasil: 'No desfecho ruim, a pressão popular descamba para violência e viés partidário; decisões apressadas e sem amparo em provas minam a legitimidade das investigações em curso; políticos com histórico duvidoso e discurso fácil ganham espaço e tentam minar as investigações; e a economia degringola com medidas populistas e irresponsáveis. No desfecho bom, as investigações seguem firmes com serenidade e rigor processual; desvios comprovados são punidos de forma exemplar, independentemente de partidos ou orientações políticas; surge um governo mais orientado para as necessárias reformas; e novas eleições recompensam os melhores e colocam os corruptos no ostracismo'.

Lamentavelmente, não só descambamos para o pior desfecho, como também fragilizamos avanços antes

tomados como certos. Ao invés de discutir medidas de combate à corrupção ou efetividade dos gastos públicos, agora questionamos se a democracia prevalecerá ante sucessivos ataques e conflitos entre Poderes.

Dos acontecimentos, ficam algumas lições. Foi na melhor das hipóteses um grosseiro autoengano acreditar que um candidato com histórico de repentes autoritários iria se curvar ao liberalismo econômico. As suas convicções pessoais e sanha intervencionista são antagônicas aos mercados. Nada é mais danoso ao investimento privado do que ameaças de conflito e incerteza sobre regras do jogo básicas. Ignorando esse risco, ao aderir à campanha de Bolsonaro, Paulo Guedes declarou: 'Ah, mas ele xinga isso, xinga aquilo... Amansa o cara!'. Pois é.

Além disso, diferentemente do que foi alardeado na eleição de 2018, tivemos pouca renovação política. Muitos dos novatos que se elegeram denunciando a corrupção dos governos anteriores agora fazem vista grossa a arroubos autoritários e evidências de improbidade e interferência em órgãos de Estado. Os arrependidos por terem embarcado na onda radical agora não conseguem mobilizar a população para uma nova agenda. E há a tradicional massa parlamentar que dança conforme a música dos interesses corporativos que representam. O capitalismo de laços segue recebendo benesses à custa de dinheiro público.

Ainda é comum dizer que temos um sistema de freios e contrapesos a investidas antidemocráticas, incluindo, nesse âmbito, um **Judiciário** independente e atento às normas constitucionais. Mas esse mesmo **Judiciário**, que antes se capitalizou com esforços de combate à corrupção, agora joga fora o bebê junto com a água do banho ao demonizar esforços passados de investigação e punição a desvios. Em um país institucionalmente maduro, haveria agora um esforço concentrado para aprender com os erros e construir sobre os acertos passados. Virar as costas para esse processo também fragiliza o **Judiciário** perante a opinião pública, abrindo

flancos para marchas golpistas.

Nessa terra quase arrasada, o País precisa de foco para preservar as mínimas conquistas que obteve nas últimas décadas. A prioridade máxima é pacificar o debate público e normalizar a democracia. Mas não se descarta o risco de ainda mais retrocesso; não ousou sequer aqui pensar o que seria um novo desfecho ruim. Dentro do jogo eleitoral, será preciso afastar grupos radicais do poder e compor uma ampla aliança de reconstrução. O que virá depois será outra história. Se o Brasil tiver sorte, será uma história construída sobre renovadas fundações institucionais que irresponsavelmente desgastamos nos últimos anos.

O Brasil precisa de foco para preservar as mínimas conquistas obtidas nas últimas décadas

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Moraes ordena prisões às vésperas das manifestações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Pepita Ortega Fausto Macedo

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** Alexandre de Moraes determinou uma série de medidas contra investigados por ameaças às instituições e pelo financiamento de manifestações antidemocráticas previstas para

hoje, no Dia da Independência. Além de determinar a prisão preventiva de dois suspeitos, Moraes ordenou buscas e o bloqueio de saques de contas bancárias e de chaves Pix ligadas a duas entidades de produtores rurais alvo da investigação. O ministro atendeu a pedido da Procuradoria-Geral da República.

A Polícia Federal cumpre as diligências desde sexta-feira. Um dos presos foi o bolsonarista Marcio Giovani Niquelatti, detido anteontem, em Santa Catarina. Conhecido como 'professor Marcinho', ele afirmou, em uma transmissão ao vivo nas redes sociais, que um empresário 'grande' está oferecendo dinheiro pela 'cabeça' de Moraes, 'vivo ou morto'. 'Agora no Brasil vai ser assim, vai ter prêmio pela cabeça deles (ministros do Supremo)', disse Niquelatti durante a live.

O outro investigado alvo de mandado de prisão é Cassio Rodrigues de Souza, que, em postagens nas redes, fez ameaças de morte a Moraes e à família do ministro. Souza foi preso ontem, em Minas. Ele se apresenta como policial militar. Nesta mesma investigação, a PF capturou na sexta-feira, o blogueiro bolsonarista Wellington Macedo de Souza. A corporação ainda busca cumprir uma ordem de prisão expedida contra o caminhoneiro Marcos Antônio Pereira Gomes, o 'Zé Trovão'.

Suspeitas de financiar atos antidemocráticos neste 7 de Setembro, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja e a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso tiveram saques bloqueados e foram alvo de buscas. Moraes ordenou que sejam identificadas todas as transferências, a partir de R\$ 10 mil, que saíam das contas das associações para outras entidades ou terceiros, desde o dia 10 de agosto.

Prefeito. Também ontem, na mesma investigação sobre atos antidemocráticos, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão na residência e no gabinete do prefeito de Cerro Grande do Sul (RS), Gilmar João Alba. Conhecido como 'Gringo', ele foi flagrado no último dia 26 levando R\$ 505 mil em dinheiro vivo no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Cerro Grande do Sul tem 12 mil habitantes e fica a 117 quilômetros de Porto Alegre.

O dinheiro foi encontrado armazenado em caixas de papelão durante a inspeção por raio X. De acordo com a PF, ao ser abordado no aeroporto, o prefeito, que é apoiador do presidente Jair Bolsonaro, disse, inicialmente, que não sabia o valor total transportado. Na sequência, afirmou que carregava R\$ 1,4 milhão em espécie.

A apreensão acabou entrando na mira da CPI da Covid, que quer saber se o prefeito de Cerro Grande do Sul está envolvido no financiamento de manifestações antidemocráticas e se o dinheiro apreendido foi usado

para essa finalidade. Na quarta-feira passada, a cúpula da comissão manifestou a intenção de comunicar o caso a Moraes.

'Incitação'. O inquérito sobre a 'ilícita incitação da população, por meio das redes sociais, a praticar atos criminosos, violentos e atentatórios ao estado democrático de direito e às suas instituições' durante o feriado de hoje foi aberto pela PF após Moraes atender a pedido da PGR. Na mesma decisão em que determinou a abertura da investigação, no último dia 20, o ministro ainda determinou a realização de buscas contra o deputado bolsonarista Otoni de Paula (PSC-RJ) e o cantor Sérgio Reis, além de impor medidas como a proibição de os investigados chegarem perto da Praça dos Três Poderes.

Os pedidos de buscas foram feitos pela subprocuradora Lindôra Araújo. Na ocasião, ela argumentou que a articulação do grupo não se resumia à 'mera retórica política'. A manifestação poderia 'atentar contra a democracia'. Seria, de acordo com a PGR, um 'levante'.

'O objetivo dos investigados é 'dar um ultimato no presidente do Senado', 'invadir o prédio do **STF**', 'quebrar tudo' e retirar os magistrados dos respectivos cargos na 'marra' ', relatou o ministro do **STF**, na decisão. De acordo com a PGR, o movimento começou a tomar forma em 25 de julho. Pelas redes sociais o movimento se organizava em busca de recursos e de adeptos.

O prefeito de Cerro Grande do Sul negou irregularidades. As defesas dos outros citados não se manifestaram até a conclusão desta edição.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Atos viram aposta de alto risco do presidente



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O feriado de 7 de Setembro se tornou a mais elevada aposta política de Jair Bolsonaro desde que assumiu o Palácio do Planalto. Em um momento de isolamento, o presidente acirrou as tensões institucionais ao convocar manifestações de apoio a seu governo e ataques a ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Essa é a opinião majoritária de analistas e políticos ouvidos pelo Estadão.

Os organizadores preveem atos em centenas de cidades do País. Bolsonaro disse que vai participar dos eventos em São Paulo e Brasília, onde ele deve discursar. No sentido oposto, grupos de esquerda também programam atos em quase 200 municípios contra o governo, o que motivou autoridades da segurança pública a criarem esquemas inéditos de policiamento para evitar embates entre os manifestantes, especialmente no transporte público.

Bolsonaro e apoiadores intensificaram a convocação para os atos nos últimos 30 dias após a rejeição da PEC do voto impresso na Câmara dos Deputados. O **STF** decretou a prisão de bolsonaristas que ameaçaram ministros da Corte (mais informações na página ao

lado). A Procuradoria-Geral da República viu 'levantar' em atos convocados por apoiadores de Bolsonaro, que chegou a comparar as manifestações a um 'ultimato' contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso.

Ontem, apoiadores do presidente começaram a se dirigir para a Esplanada dos Ministérios levando cartazes com pedidos de fechamento do Supremo e do Congresso. O presidente sobrevoou o local.

O movimento ocorre num cenário de inflação próxima dos dois dígitos, crise hídrica e risco de racionamento energético, avanço de investigações contra filhos do presidente na Justiça Federal e no Rio, e o Brasil perto da marca de 600 mil mortos pela covid-19. 'Numa dinâmica de apostas, o presidente tem poucas opções no campo da institucionalidade. A não ser que tenha ases nas mangas, que não conseguimos enxergar, sua estratégia é ameaçar virar a mesa. A sociedade parece disposta a pagar para ver', disse o cientista político Carlos Melo.

Em São Paulo, na Avenida Paulista, são esperadas caravanas de apoiadores vindas do interior e de outros Estados. Desde sábado vídeos sobre a organização de comitativas são publicados nas redes sociais. Pelo WhatsApp, caminhoneiros bolsonaristas prometem interromper o trabalho em solidariedade às manifestações. A Corregedoria da PM deve pôr mil homens nas ruas para evitar a participação de policiais da ativa no comício do presidente - a categoria é uma das bases eleitorais de Bolsonaro (mais informações nesta página).

Tornar o ato 'gigantesco', como está sendo convocado pelos aliados do presidente, é o ponto central na estratégia de confronto adotada por Bolsonaro. O real impacto da convocação nas ruas em todo o País ainda é incerto. Dados de monitoramento das redes sociais indicam que o assunto está concentrado em determinados perfis, com baixo engajamento fora do campo bolsonarista mais fiel.

Nos últimos dias, líderes bolsonaristas, diante da tensão no País, começaram a fazer alertas sobre supostos 'esquerdistas infiltrados' que poderiam radicalizar propositalmente para prejudicá-los. Aversão é semelhante à usada pela extrema-direita americana para tentar, sem sucesso, transferir para a oposição a responsabilidade pela invasão do Capitólio. O ataque, em janeiro, foi incentivado por pessoas ligadas ao ex-presidente Donald Trump. O senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) mencionou o esse suposto risco. 'Possíveis infiltrados serão repelidos. Vai ser gigante e pacífico. '

Cientistas políticos veem os atos de hoje como parte de uma estratégia de sobrevivência de Bolsonaro, diante da falta de agenda e de propostas para reverter o contexto negativo. 'Sem poder agir da maneira que ele gostaria, ele radicaliza', avalia Carolina Botelho, pesquisadora do Laboratório de Neurociência Cognitiva e Social/Mackenzie. José Alvaro Moisés, da USP, afirmou que não foram episódios, como a prisão do ex-deputado Roberto Jefferson e a rejeição do impeachment do ministro Alexandre de Moraes, que construíram o contexto dos atos, mas sim, uma forma de fazer política que combina atos, gestos e proclamações públicas que 'corroem a democracia por dentro'. 'Ao mesmo tempo, em que mobiliza segmentos da sociedade a favor de suas posições para pressionar as instituições democráticas legais e constitucionais, ele pressiona as Forças Armadas para, eventualmente, terem um tipo de participação que extrapole as suas funções constitucionais. '

Dirigentes partidários de centro-direita ouvidos pelo Estadão relativizam eventuais ganhos eleitorais do presidente com a aposta no 7 de Setembro. 'Não muda nada. Existe uma diferença entre torcedor e eleitor. Quem vai para a rua entrar em uma linha de discurso igual é torcedor', afirmou o presidente do DEM, ACM Neto.

'A população não quer saber quem coloca mais gente na rua. Ela quer saber quem vai resolver o problema do preço do arroz, feijão, da luz, quem vai resolver a

vacina, quem vai apresentar as políticas públicas', disse Gilberto Kassab, presidente do PSD.

Oposição. O Grito dos Excluídos, evento ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e os protestos contra o presidente estão programados para ocorrer em todas as capitais. O PT, partido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participa das convocações dos atos ao lado de outros grupos de esquerda. As manifestações devem ter como alvo a falta de políticas para o controle da inflação e aumento da fome, além de pedir a saída de Bolsonaro. /BRUNO RIBEIRO, CÁSSIA MIRANDA, MATHEUS LARA, LAURIBERTO POMPEU, MATHEUS DE SOUZA e VINÍCIUS VALFRÉ

ANÁLISE: Rafael Cortez

'Ultimato' testa limites dos atores políticos

As democracias presidencialistas deveriam guardar dois atributos essenciais: 1) alguma proteção ao mandato presidencial e 2) o exercício do bom governo como caminho para políticos permanecerem no poder. A manutenção do poder por meio da construção de políticas eficientes evita a tentação de mudanças nas regras do jogo como estratégia para sua sobrevivência eleitoral. Assim, as democracias produziriam não apenas efeito corretivo nas decisões de governo, mas garantiriam estabilidade institucional e a percepção de regras que mantêm baixo o 'custo de tolerância', em níveis que preservariam a alternância de poder combinada como conjunto de regras para evitar a tirania da maioria (ou minoria) que ocupa provisoriamente o poder da caneta.

Esses requisitos básicos do regime representativo estão em falta no atual equilíbrio político. As manifestações pelo aniversário da Independência são mais um capítulo de um enredo que passa pelo comportamento do chefe de governo em mobilizar o tensionamento institucional, com a possibilidade de um comportamento fora das 'quatro linhas da Constituição'. A convocação do povo

para dar o 'ultimato' a 'aquele um ou dois' que supostamente jogariam fora da Constituição combinado com o uso das forças militares como parte da barganha entre os Poderes é mais uma ação que, no limite, aumenta o custo de tolerância dos atores políticos e institucionais com o comportamento do presidente.

A ênfase nas manifestações do 7 de Setembro é resultado do abandono do bom governo como mecanismo para vencer as eleições. Na verdade, o jogo parece ser menos a eleição de 2022 e mais a preservação do mandato, diante das possíveis restrições formais seja pela continuidade do governo, mas especialmente em uma nova candidatura. Daí, a ênfase na polarização com ministros do **STF** buscando afetar decisões futuras que impactam a condição jurídica do núcleo político governista. As manifestações têm olhos menos para a ruptura e mais para constrangimentos futuros.

*

SÓCIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA. DOUTOR
EM CIÊNCIA POLÍTICA (USP)

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Justiça livra Lula de mais uma acusação de corrupção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se livrou de mais uma ação na Justiça. O juiz federal Frederico Botelho de Barros Viana, da 10.ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, ordenou na sexta-feira o trancamento da ação penal em que o ex-presidente era acusado de suposta corrupção em troca do aumento do limite da linha de crédito da Odebrecht junto ao BNDES para financiamento da exportação de bens e serviços entre Brasil e Angola.

A decisão foi divulgada ontem e atinge os outros réus do processo, entre eles o empresário Marcelo Odebrecht e os ex-ministros Antonio Palocci e Paulo Bernardo de Souza. Na decisão, Viana argumentou que, apesar de a ação ser baseada em elementos que teriam a capacidade de indicar eventuais condutas criminosas atribuídas aos réus, devem ser desconsideradas todas as provas que subsidiavam a denúncia e foram atingidas pela decisão da 2ª Turma do **Supremo Tribunal Federal**, que declarou a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro para julgar o caso do triplex do Guarujá - anulando as provas contidas naquele processo.

Na noite de ontem, o ex-presidente fez um

pronunciamento sobre as manifestações de hoje, convocadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, 'o papel de um presidente da República é mostrar que é possível superar os obstáculos'. Lula disse que Bolsonaro estimula a divisão, o ódio e a violência. 'Ele nunca respeitou a democracia'. Lula não citou os processos que enfrenta na Justiça.

Texto. Na véspera das manifestações de 7 de Setembro, parlamentares e ministros de 26 países alertam para o risco de os atos criarem 'uma possível insurreição' que 'colocará em perigo a democracia no Brasil'. A preocupação com 'um golpe de Estado' está formalizada em uma carta divulgada ontem.

'Neste momento, o presidente Jair Bolsonaro e seus aliados - incluindo grupos supremacistas brancos, a polícia militar e funcionários públicos em todos os níveis de governo - estão preparando uma marcha nacional contra o **Supremo Tribunal Federal** e o Congresso em 7 de setembro, aumentando os temores de um golpe de Estado na terceira maior democracia do mundo', diz o documento divulgado pelo grupo Progressive International.

O texto é assinado por políticos e intelectuais ligados à esquerda, como o ex-primeiro ministro da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero; Fernando Lugo, ex-presidente do Paraguai; Ernesto Samper, ex-presidente da Colômbia e os intelectuais Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel argentino, e o norte-americano Noam Chomsky. /BRUNO RIBEIRO, CÁSSIA MIRANDA, PEPITA ORTEGA e WESLEY GALZO

Decisão

'A continuidade do presente processo, que de fato deve ser um caminhar para frente, como bem destacado pelo Ministério Público Federal, foi prejudicada. '

Frederico de Barros Viana

JUIZ FEDERAL

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Suspeito de tentar minar a democracia e o plantio da soja



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: ADRIANA MENDES adriana&bsb. oglobo. com. br BRASÍLIA

Suspeito de planejar atos violentos contra ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o presidente da Aprosoja Brasil, Antônio Galvan, é acusado pelo Ministério Público de Mato Grosso de 'plantio experimental' de soja, fora do período permitido. Galvan responde na Justiça a uma ação civil pública, mas a entidade que ele presidia anteriormente, a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso, também foi alvo de 14 ações por essa mesma irregularidade.

A Aprosoja de Mato Grosso foi alvo de diligências da Polícia Federal ontem, por ordem do ministro do **STF** Alexandre de Moraes. A entidade mato-grossense e a Aprosoja Brasil também tiveram as contas bloqueadas por ordem de Moraes.

A Justiça estadual condenou a associação e Galvan na maior parte das ações apresentadas pelo Ministério Público contra o plantio experimental e considerou que os produtores não tinham autorização necessária para a

prática, que contraria as medidas de prevenção e controle do fungo causador da ferrugem asiática, doença que mais ameaça a soja produzida no Brasil. Foram impetrados recursos contra todas as condenações, que, se somadas, ultrapassam R\$ 3 milhões.

Em uma das sentenças, a Justiça determinou que a colheita do plantio experimental fosse armazenada em silos a serem indicados pelo Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea). À apreensão do produto foi determinada para impedir que os produtores usassem as sementes oriundas do plantio ilegal. O processo foi parar no **STF**, que deixou de analisar o caso por entender que a competência era estadual.

Conforme levantamento do Ministério Público, o carregamento de soja colhida no plantio experimental chega a quase uma tonelada. A promotora Ana Luíza Ávila Peterlini de Souza explicou que as ações do Ministério Público se basearam em estudos científicos. O plantio extemporâneo pode ter contribuído para o aumento da resistência do fungo, explica Ana Luíza.

O MP pediu a destruição da safra do plantio excepcional, além da responsabilização dos envolvidos. Antes de recorrer à Justiça, a promotoria notificou a Aprosoja, recomendando a suspensão do experimento. Procurado por meio da Aprosoja, Galvan não se manifestou.

AO LADO DE SÉRGIO REIS

Galvan já foi alvo de busca e apreensão determinada por Moraes por aparecer em um vídeo em Brasília, com o cantor e ex-deputado Sérgio Reis, discursando pela mobilização de manifestações de hoje. O produtor é suspeito de ter patrocinado o movimento.

Galvan esteve em uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro no dia 12 de agosto com representantes da indústria agropecuária. Em depoimento à Polícia

Federal na semana passada, o dirigente afirmou aos investigadores que não apoiou atos violentos contra o **STF**.

O presidente da Aprosoja entrou ontem com um pedido de habeas corpus para revogar as restrições de Moraes que o impediriam de participar dos atos de hoje em Brasília. À Aprosoja de Mato Grosso negou patrocinar atos violentos.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

MERVAL PEREIRA - Situação-limite



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MERVAL PEREIRA

Não é normal chegarmos ao ponto de ter data marcada com antecedência para um golpe de Estado. E, quando o dia chega, como hoje, não se sabe o que pode acontecer. É perigoso que se considere normal que um presidente da República faça ameaças aos componentes do **Supremo Tribunal Federal**, ao Congresso e que isso não seja motivo imediato para um processo de impeachment.

Ainda estamos na fase de ver no que vai dar o discurso antidemocrático de Bolsonaro, de achar que ele ainda não atravessou nosso Rubicão. Às vésperas dos 200 anos de Independência - hoje é o 199º aniversário - , já deveríamos ter superado essa instabilidade política.

Pela movimentação que vem sendo feita há tanto tempo e pelo engajamento do próprio presidente, os atos de hoje serão grandiosos, não no sentido de admiráveis, mas no de tamanho. Embora esteja caindo em popularidade, Bolsonaro mantém ainda um núcleo de apoiadores muito importante, cerca de 20%, 25%, e, se mantiver esse tamanho, tem lugar garantido no segundo

turno da eleição presidencial do ano que vem.

Importante é saber se esses números se manterão. Durante a campanha, ele pode se desidratar mais, mas, no momento, tem muita gente ainda que segue seus pensamentos e acredita nele. Minha dúvida e meu temor são quanto à possibilidade de violência e arruaças, e esses sentimentos têm sobretudo uma responsável, a retórica agressiva do presidente Bolsonaro. Receio que, diante de uma multidão ensandecida, ele não se controle e incite o povo contra o Estado de Direito e as instituições democráticas, o que poderá ter consequências.

Bolsonaro avança contra marcos democráticos como liberdade de expressão e direitos humanos alegando estar defendendo essas mesmas liberdades, desconstruindo as palavras numa novilíngua que pretende transformar o indefensável em palatável, a anormalidade em novo normal.

O governo jogou tanta força da sua capacidade de mobilização nas manifestações que pode haver uma realidade contrária. Estão esperando muita gente - Bolsonaro chegou a falar em 2 milhões de pessoas nas ruas -, o que deve ser decepcionante para ele. Esse exagero numérico já o coloca como perdedor, pois, pelas modernas técnicas de medição do número de pessoas por metro quadrado, muitos eventos monumentais já foram desmoralizados.

Então a situação de Bolsonaro começará a ficar insustentável. Mas nada disso é admissível numa verdadeira democracia. Não é aceitável que se tenha de medir forças nas ruas para saber que rumo o país terá, fora do resultado de eleições diretas. O que Bolsonaro está fazendo é querer levar o resultado das urnas em 2022 para um plebiscito antecipado.

A intenção declarada é ter uma foto da multidão para mostrar ao mundo sua força popular, como se essa suposta força fosse suficiente para autorizá-lo a transgredir a lei. A minoria barulhenta e arruaqueira que

apoia Bolsonaro é o oposto da maioria nem tão silenciosa que se opõe a seu desgoverno. E também oposta à maioria que irá às ruas hoje, querendo participar de manifestação pacífica que pode se transformar em tragédia insuflada por radicais. Essa minoria quer impor sua vontade como se majoritária fosse, transformar a democracia. representativa em letra morta.

Nem que fosse maioria, poderia impor sua vontade, pois a democracia tem mecanismos para proteger as minorias. Mas não as minorias que querem tomar o poder à força. Esse é o paradoxo que temos de enfrentar, uma minoria antidemocrática que não aceita os poderes que impõem a ela os limites democráticos.

O engano vem de longe, de quando Bolsonaro foi eleito com quase 58 milhões de votos e incorporou a seus apoiadores todos os que votaram nele, mesmo sem gostar. Ser antipetista não significa ser bolsonarista, e tanto um grupo quanto o outro têm de respeitara regra democrática. Estamos numa situação-limite. Depois das manifestações, teremos uma visão clara do que pode acontecer no país.

Não é aceitável que se tenha de medir forças nas ruas para saber que rumo o país terá, fora do resultado de eleições diretas

COLUMNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

MÍRIAM LEITÃO - Bolsonaro foge para a sua bolha



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MÍRIAM LEITÃO

O recado de Gilberto Kassab foi claro. Ele disse na entrevista que me concedeu ontem que o PSD pode apoiar o impeachment do presidente Bolsonaro, se ele continuar a atual escalada contra a democracia. O que leva o líder de um partido de centro a fazer tal ameaça a um presidente em momento em que ele enche as ruas de apoiadores? É que no evento que Bolsonaro convocou para hoje ele parecerá forte, porque a manifestação será grande, mas estará, na verdade, mais isolado. Bolsonaro fugiu para a sua bolha, porque a sua popularidade está em queda. 'Ele não vencerá nas urnas porque está mal avaliado e está mal avaliado porque faz um mau governo', resume Kassab.

- Não tenho o menor constrangimento de defender o impeachment, o presidente está chegando no limite com essas manifestações que atentam contra a democracia. Se ele subir mais alguns degraus, defenderei o impeachment e entendo que ele está subindo esses degraus - disse Kassab em entrevista no meu programa na Globonews.

Na semana passada, em longa conversa com um político do centro, ouvi o mesmo diagnóstico: Bolsonaro pode não chegar no segundo turno, pela má gestão da pandemia, pela crise econômica, pela queda da sua aprovação.

- Eu acho que ele não estará (no segundo turno). Comparando o resultado da eleição cidade por cidade, conversando com analistas, e eu mesmo analisando os dados, o que vejo é que ele cai a cada dia -afirmou Kassab.

Na opinião do presidente do PSD, o evento deste 7 de setembro, a maneira como foi organizado diretamente pelo presidente, decorre do seu declínio nas pesquisas. Bolsonaro radicaliza porque está acuado diante da possibilidade de perda nas urnas ou de enfrentar um processo de impeachment. O problema é que para se defender ele acabou ameaçando ainda mais a democracia. Hoje ele fará seu espetáculo, mas contraditoriamente vai se isolar um pouco mais. Até porque à mortandade na pandemia se soma agora a inflação e a crise hídrica. Ele tentará culpar governadores pelo preço da gasolina, culpará o **STF** pelo seu mau desempenho, procura culpado pela falta de chuvas, mas a inflação corrói renda, e o eleitor sempre conclui, com razão, que é culpa do governo. Já falei aqui do efeito bumerangue: sua histeria autoritária afeta a economia, o que agrava a crise, que tira popularidade do seu governo.

Bolsonaro ontem atacou diretamente o arcabouço legal do país ao baixar uma Medida Provisória que altera o Marco Civil da Internet, que levou sete anos sendo discutido. A MP limita o combate às fake news. O deputado Alessandro - Molon (PSB-RJ), que foi relator do marco civil, disse em entrevista a Alvaro Gribel, no meu blog, que os advogados do partido já estavam preparando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para entrar no **STF**. A MP é inconstitucional. Outro caminho pode ser a devolução da MP por não atender aos critérios de relevância e urgência. O doutor em Direito Francisco Brito Cruz, diretor do InternetLab,

disse que 'se as redes não puderem tirar do ar spam, discurso de ódio, assédio, bullying, desinformação, elas serão só ruído e não espaço de liberdade'. Para proteger seus seguidores, fortalecer sua máquina de mentiras e estimular atos contra a democracia, Bolsonaro fez uma MP inconstitucional e arbitrária. Fechou-se mais em sua bolha.

- É lamentável. O Brasil é o único país do mundo em que o governo não dá importância aos temas mais relevantes, a pandemia e a crise econômica. O presidente só se preocupa com motocicletas. Gasta energia, a equipe de governo e o custo de transporte para isso. Nas últimas semanas, concentrou-se na organização e na mobilização para esse verdadeiro comício. A democracia pressupõe manifestação, mas não é isso que ele quer. O que está por trás é uma mobilização com outros interesses, ele está ameaçando as eleições. Nunca pensei que eu estaria em 2021 discutindo a sobrevivência da democracia, por conta de uma postura totalmente equivocada de um governo. Ele questiona esta eleição porque sabe que corre sério risco - disse Kassab.

Será um triste 7 de setembro. Em vez de data nacional a ser celebrada por todos, será o dia em que Bolsonaro tentará amedrontar o país convocando os seus radicais para as ruas e usando o aparato do Estado brasileiro, inclusive policiais militares. Isso para parecer forte, quando sabe que está cada vez mais fraco.

"Bolsonaro lidera ato contra a democracia para parecer forte, mas está isolado. Até partido de centro começou a falar de impeachment"

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

IBGE inicia fase de testes do Censo na Ilha de Paquetá



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: CAROLINA NALIN carolina.nalin@Moglobo.com.br

O primeiro dia de trabalho dos agentes recenseadores da etapa preparatória para o Censo Demográfico do IBGE, que será realizado ano que vem, foi marcado pela adaptação aos protocolos sanitários exigidos pela pandemia. Os testes para o levantamento começaram ontem, na Ilha de Paquetá, no Rio.

De acordo com o IBGE, o local foi o escolhido porque conta com mais de 85% da população imunizada com as duas doses da vacina contra a Covid-19, segundo dados da prefeitura.

Cerca de 1,3 mil domicílios da ilha serão visitados até o dia 24 de setembro. Diferentemente das edições anteriores, o teste para o Censo 2022 segue uma série de protocolos, incluindo uso de máscara e protetor facial.

Serão realizados 27 testes de ambientação para operação censitária em tempos de pandemia. Um em cada estado, além do DF, antes da realização do

Censo.

O objetivo é avaliar os aplicativos do sistema a fim de corrigir possíveis falhas na aplicação da pesquisa. O GLOBO acompanhou o trabalho de uma recenseadora sem ter acesso aos dados, que são sigilosos.

SEGURANÇA PARA SAÚDE

Ao lado dos netos, o casal Lucy Linhares e Bernardo Karam, de 67 e 74 anos, receberam, de máscara, a recenseadora Bárbara Lopes, de 28 anos, que estava munida de álcool gel, face shield e máscara.

'Querem uma água, um café?' perguntou Lucy. Antropóloga, ela e o marido, professor de Economia da UFRJ, destacaram a importância do Censo.

- Você não faz investimento se não tiver dados. É um pressuposto. Sem dados você não conhece o país. Só aposto naquilo de que estou sendo informado - ressaltou Bernardo Karam.

A tijuicana Adriana Mattos, de 56 anos, antecipou os planos de ir morar com a mãe em Paquetá por causa da pandemia. De máscara, ela recebeu a recenseadora e frisou a importância de participar da pesquisa, mesmo com algum receio no que se refere à segurança, o que também acontecia quando morava na Zona Norte do Rio.

- Já recebi o Censo em 2010, na Tijuca, e recebo novamente. As pessoas não têm muita noção de para que serve o Censo. Serve para que o governo saiba quem nós somos, o que queremos, o que precisamos. Muita gente não tem a dimensão do que é. Se não tiver Censo, nada funciona. Acho que falta uma campanha explicando o que é a pesquisa - avalia ela.

A comerciante Marinalva Costa, de 63 anos, 'ouviu falar no rádio' sobre uma pesquisa em Paquetá, mas não sabe do que se trata o Censo Demográfico.

- Passou um carro e disseram que é o IBGE, mas não me importo muito não, não me envolvo. Entrego na mão de Deus e seja o que Deus quiser, não sei pra que servem essas informações - conta a comerciante, que mora há quinze anos na Ilha de Paquetá.

VALOR INSUFICIENTE

Apesar de o IBGE já ter iniciado a etapa de teste, ainda há um impasse quanto ao montante destinado para a realização do Censo no ano que vem. O Orçamento de 2022, enviado pelo governo ao Congresso, reserva R\$ 2 bilhões para a pesquisa. Segundo o IBGE, porém, a quantia necessária é de R\$ 2,292 bilhões.

Durante apresentação do teste em Paquetá, Eduardo Rios Neto, presidente do IBGE, destacou que o instituto se baseou em parâmetros técnicos para demandar os quase R\$ 2,3 bilhões e disse que pretende mobilizar o Congresso para conseguir esse orçamento.

- Temos um projeto muito bem desenhado. O Projeto de Lei Orçamentária já contemplou R\$ 2 bilhões. Foi razoável, mas precisamos de um pouco mais - disse o presidente do IBGE. - Entendo que, diante do histórico de 2020 até agora, temos plenas condições de, mediante convencimento, trabalhar no Congresso para que a União garanta esses R\$ 2,3 bilhões. Vamos trabalhar com as bancadas suprapartidárias nesse trabalho de convencimento.

Realizado de dez em dez anos, o Censo é a maior pesquisa realizada no país, por concentrar dados estatísticos detalhados sobre as condições demográficas e socioeconômicas dos brasileiros. A pesquisa serve de base para a criação de políticas públicas, repasse de verbas aos municípios e pesquisas e investimentos.

ADIAMENTOS

O Censo deveria ter acontecido em 2020 e foi adiado para este ano por causa da pandemia. Mas foi suspenso novamente devido a cortes no orçamento, que eliminaram os recursos necessários para realizar a

pesquisa.

O ministro Marco Aurélio de Mello, do **Supremo Tribunal Federal (STF)** determinou que o governo realize a pesquisa, e o Censo foi reagendado para o ano que vem.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Blogueiro suspenso usa canais de aliados para transmissão



Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

> Após o ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** Alexandre de Moraes determinar o bloqueio de suas contas nas redes sociais, o blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio voltou a fazer uma transmissão ao vivo ontem sobre as manifestações. Embora seu canal no YouTube apareça como indisponível, ali ele foi retransmitida por contas e páginas de aliados.

> Tudo bem, meus amigos, sou o jornalista Oswaldo Eustáquio, censurado, sem as minhas redes sociais. Vocês devem estar me assistindo pela rede de algum amigo meu e peço que você compartilhe essa live - afirmou o blogueiro no início da gravação.

O blogueiro também replicou um vídeo do caminhoneiro bolsonarista Marcos Antônio Pereira Gomes, que se apresenta como 'Zé Trovão', alvo de um mandado de prisão determinado pelo **STF**, com uma convocação para o ato.

> No vídeo, Eustáquio mostrou ainda imagens da concentração de manifestante sem Brasília, incluindo uma área que o presidente sobrevoou no início da tarde de ontem.

Justiça Federal tranca mais uma ação penal contra Lula



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: BELA MEGALE

A Justiça Federal trançou a ação penal em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva era acusado de corrupção por supostamente ter recebido vantagens indevidas para influenciar no aumento de uma linha de crédito da Odebrecht junto ao BNDES para investimentos em Angola. A investigação, iniciada em 2016, era um desmembramento da Lava-Jato e foi batizada de Janus II.

O juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 10ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, determinou o trancamento da ação para o petista e todos os envolvidos, entre eles os ex-Ministros Paulo Bernardo e Antonio Palocci. A decisão foi publicada ontem. Ambos eram acusados de receber, com Lula, R\$ 64 milhões supostamente destinados ao PT pela Odebrecht para favorecerem agendas do grupo, em especial o aumento da linha de crédito no BNDES.

O magistrado acolheu a tese da defesa de Lula, representada pelos advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska Zanin Martins. Eles sustentaram que o caso era

baseado em elementos provenientes da Lava-Jato de Curitiba que já foram anulados pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)**, com a suspeição do ex-juiz Sergio Moro. A defesa do ex-presidente também argumentou que o processo era baseado na ação do chamado Quadrilhão do PT, na qual Lula já foi absolvido pela Justiça do Distrito Federal. 'Defiro o pedido do requerente e determino o trancamento da presente ação penal, nos termos do art. 395, III, do Código de Processo Penal, viabilizando-se ao Ministério Público Federal o oferecimento de nova denúncia, se entender cabível, com fundamento nos elementos que considera apropriados para tanto', escreveu o juiz Frederico Viana. Com o trancamento dessa ação, resta apenas um processo aberto contra Lula no esteio da Lava-Jato, aquele que apura a compra de caças suecos. Os advogados do petista também solicitaram o trancamento desse caso, que segue em análise. Lula chegou a responder a 17 processos relacionados à Lava-Jato.

Quando depôs na operação Janus II, em 2019, o empresário Marcelo Odebrecht criticou a linha de acusação e chegou a dizer que era 'extremamente injusto fazer qualquer espécie de acusação ou condenação de Lula sem que se esclareça contradições'. O empresário disse que nunca tratou de ilicitudes com Lula, mas que apenas ouviu afirmações de seu pai, Emílio Odebrecht, e de Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda de Lula.

Ações na Justiça. O ex-presidente Lula, que passou a ter só um processo em aberto na Lava-Lato

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

PF prende bolsonaristas e cumpre buscas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: AGUIRRE TALENTO, ANDRÉ DE SOUZA E BELA MEGALE

A Polícia Federal cumpriu na tarde de ontem diligências determinadas pelo ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** Alexandre de Moraes contra alvos suspeitos de financiarem atos antidemocráticos nas manifestações do 7 de Setembro. Duas pessoas foram presas, entre elas um policial militar que divulgou ameaça de morte a Moraes pelas redes sociais. Também foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão, inclusive na sede da Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT), em Cuiabá, que também foi alvo de bloqueio de contas bancárias determinado por Moraes. As diligências foram solicitadas pela Procuradoria Geral da República (PGR). Outro alvo de busca e apreensão foi o prefeito de Cerro Grande do Sul (RS), Gilmar Alba (PSL), flagrado recentemente com R\$ 505 mil em espécie no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. A PF cumpriu buscas em sua residência e na sede da prefeitura, sob suspeita de que os valores apreendidos seriam usados para financiar atos antidemocráticos. Moraes determinou ainda que a

PF tome o depoimento dele para obter esclarecimentos sobre o episódio.

Também por ordem de Moraes, foram presos Márcio Giovani Niquelatti e Cássio Rodrigues de Souza. Em mais de uma mensagem, Cassio, que afirmou ser policial militar, disse no Twitter que o ministro e a família dele seriam mortos. Já Márcio, o Professor Marcinho, disse que um empresário estava oferecendo dinheiro pela cabeça do ministro do **STF**.

'A conduta do requerido, narrada pela Procuradoria Geral da República (PGR), revela-se ilícita e gravíssima, constituindo ameaça ilegal à segurança dos ministros do **Supremo Tribunal Federal**, revestindo-se de claro intuito de, por meio de violência e grave ameaça - inclusive com ameaças de morte -, coagir e impedir o exercício da judicatura, atentando contra a independência do Poder **Judiciário**, escreveu Moraes.

A investigação, aberta a pedido da PGR, também apura suspeitas de que a Aprosoja estaria financiando a realização de atos violentos hoje, com o objetivo de pressionar o Senado a realizar impeachment de ministros do **STF**. Assim, Moraes determinou o bloqueio de saques até amanhã nas contas bancárias da Aprosoja nacional, da Aprosoja de Mato Grosso e também de fundos em que a associação tenha participação.

As suspeitas sobre o prefeito de Cerro Grande do Sul foram comunicadas ao **STF** pelo presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSDAM), após o assunto ter sido mencionado numa reunião da comissão na semana passada pelo senador Humberto Costa (PT-PE).

O pedido de busca e apreensão, a PGR alegou que 'há fortes indícios da continuidade da realização de condutas preparatórias para a execução de atos antidemocráticos, a demandar a adoção imediata de novas medidas para coibir a prática de infrações penais'. ORIGEM DOS RECURSOS

A PGR ainda acrescentou que o depoimento de Alba seria necessário 'para que possa prestar esclarecimentos sobre a origem e o destino do numerário com ele apreendido'.

Moraes determinou também o bloqueio de contas do blogueiro Oswaldo Eustáquio em redes sociais, sob suspeita do incentivo a atos antidemocráticos hoje.

A Aprosoja Brasil informou que suas contas 'seguem rigorosas regras de compliance'. Assim, 'não foi e nem pode ser feita nenhuma movimentação irregular', uma vez que 'os gastos são utilizados estritamente com as atividades fim' da entidade. À Aprosoja-MT comunicou que entidade e dirigentes 'jamais financiaram, apoiaram ou convocaram a população para atos criminosos e violentos de protesto'.

SUSPEITO DE TENTAR MINAR A DEMOCRACIA E O PLANTIO DA SOJA, NA PÁGINA 10

Reação.

O ministro Alexandre de Moraes, alvo de ataques em perfis de bolsonaristas nas redes sociais, determinou diligências da PF

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Presidente reduz 'expediente' e impulsiona agenda nas ruas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: DIMITRIUS DANTAS

Apesar de o Brasil sofrer com diversas crises ao mesmo tempo, o presidente Jair Bolsonaro vem reservando cada vez menos tempo do seu dia para compromissos ligados à administração e tem intensificado as viagens de caráter eleitoral. A mudança de foco ficou visível nos últimos 15 dias: se antes ele reservava os fins de semana para saídas fora da agenda ou ações claramente políticas, agora Bolsonaro tem reunido apoiadores, como no caso das motocicletas, durante a semana. Esses atos, de caráter político ou até eleitoral, não entram na agenda do presidente divulgada pelos canais oficiais. Ontem, véspera das manifestações do 7 de Setembro, o presidente sobrevoou acampamentos de apoiadores em Brasília. Durante a tarde, desceu a rampa do Palácio do Planalto para conversar com entusiastas do seu governo. Há duas semanas, Bolsonaro realizou uma motocicleta em Goiânia, numa sexta-feira. Na terça-feira seguinte, repetiu a dose em Uberlândia. Em horário comercial, o presidente aproveitou para insuflar os protestos marcados para hoje. Durante os eventos, Bolsonaro costuma estar acompanhado de ministros -devem estar com ele hoje

alguns integrantes do primeiro escalão, como Braga Netto (Defesa), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral),

Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), entre outros.

Desde 2019, quando assumiu o cargo, o tempo de 'expediente' do presidente vem caindo ano após ano. Segundo um levantamento feito pelo GLOBO, em 2019, ele passou, em média, 7 horas e 40 minutos do seu dia em agendas públicas. O tempo diminuiu em 2020, com a pandemia de coronavírus, para 6 horas e 10 minutos ao dia. E, neste ano, em meio a problemas enfrentados pelo governo, como a inflação, a tensão entre Poderes, a crise hídrica e ainda o coronavírus, Bolsonaro passa, em média, 5 horas e 45 minutos em compromissos oficiais.

O cálculo foi feito por meio da subtração entre o horário final da última agenda do dia e o horário

inicial do primeiro compromisso público do presidente nos meses de janeiro a agosto de cada ano. Mesmo contabilizados todos os meses de 2019 e 2020, a diminuição é praticamente equivalente.

A agenda pública foi minguando ao passo que governo foi se envolvendo cada vez mais em crises, como a segunda onda da Covid-19,

entre março e abril. Logo depois, Bolsonaro entrou em rota de conflito com outros Poderes, principalmente o **Judiciário**.

Além disso, nas últimas semanas, outra crise ganhou relevância: sem chuvas, o Brasil corre o risco de sofrer com apagões nos próximos meses. Até agora, Bolsonaro tem resistido a admitir a necessidade de racionamento. Por enquanto, o governo tem reajustado a tarifa de energia repetidamente como forma de conter a demanda, a chamada 'bandeira vermelha'. Analistas, entretanto, têm elevado o risco de o país sofrer com

falta de eletricidade até o fim do ano com a previsão da seca persistir até dezembro. (Colaboraram Naira Trindade e Jussara Soares)

Estratégia. Bolsonaro em motociata em Uberlândia: mais tempo dedicado a compromissos com caráter eleitoral

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Como ocorrem as injustiças



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Asérie Inocentes **Presos**, publicada pela em maio, analisou 100 casos de erros judiciários, 42% deles por problemas de reconhecimento.

As mazelas do sistema brasileiro incluem ainda o encarceramento em massa de **presos** provisórios, sem julgamento, e o racismo -negros sofreram 71,5% das injustiças listadas nas reportagens.

Diante desse cenário, é oportuna a decisão do presidente do Supremo Tribunal

Federal, ministro Luiz Fux, de criar um grupo de trabalho para desenvolver protocolos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça com vistas a evitar erros de reconhecimento em prisões.

O artigo 226 do Código de Processo Penal já estabelece um rito para a identificação, o que inclui a descrição do autor do crime pela vítima e, depois, a colocação de pessoa suspeita ao lado de outras que com ela tiverem semelhança.

Frequentemente esse procedimento é desrespeitado e

visto como mera recomendação, apesar de o Superior Tribunal de Justiça já ter indicado que se trata de uma exigência legal.

Mesmo a lei processual não dá conta dos avanços mais recentes sobre psicologia e erro judicial. A memória humana é falha; basear uma condenação apenas nela tende a produzir injustiças.

O CNJ pode avançar, dentro de sua competência, em outras medidas, de treinar profissionais para conduzir o reconhecimento de acordo com a lei a evitar enviesamentos por parte das vítimas. Devem-se evitar distorções como o uso de fotografias de suspeitos na internet.

Um debate mais amplo deve envolver a revisão de leis e práticas judiciais de modo a evitar o encarceramento desnecessário de criminosos não violentos e a superlotação das penitenciárias.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Presos

Honorários para os advogados dativos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia

Por decisão do juiz federal Durval Carneiro Neto, que acatou o pedido da OAB-BA, o Estado deverá pagar os honorários devidos à advocacia dativa. Segundo o presidente da Comissão da Advocacia Dativa, Ubirajara Ávila, a Justiça assegurou 'o direito subjetivo dos advogados dativos ao pagamento dos honorários arbitrados pelos juízes das causas nas quais foram designados, independente da anuência do Estado'.

Plataformadigital e acervo da magistratura

Com o objetivo de dar acesso à comunidade jurídica sobre a produção acadêmica da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o Centro de Pesquisas Judiciais da instituição disponibilizou ao público uma plataforma digital contendo o acervo de dados sobre a magistratura brasileira. A página reúne artigos, livros e revistas, com dados, análises e diagnósticos obtidos por intermédio de pesquisas e estudos. O site é de fácil navegação e foi projetado com ferramenta de acessibilidade.

Mutirão de audiências telepresenciais

A Coordenação dos Juizados Especiais realizará, de 13 a 24 setembro, na Comarca de Feira de Santana, o primeiro mutirão de audiências telepresenciais do Poder **Judiciário** da Bahia, com vistas a celerizar o processamento dos feitos que tramitam sob o rito da Lei Federal nº 9.099/95, represados em razão da pandemia. O objetivo é realizar mais de 7 mil audiências de **conciliação** nas quatro Varas do Sistema dos Juizados Especiais da Comarca, determinadas de ofício pelo juízo.

Judicialização da saúde

Enunciados em Saúde Pública e Planserv, publicados na última semana pelo PJBA, serão importantes para magistrados e demais profissionais que tratam de questões relativas à judicialização da saúde. São apenas orientações técnicas, sem qualquer sobreposição ao livre convencimento motivado pelo magistrado.

De olho na segunda fase

Os candidatos aprovados na primeira fase (objetiva) do VIII Concurso de Defensoras e Defensores Públicos da Bahia terão até amanhã, 8 de setembro, para interpor recursos referentes aos resultados das provas. Os recursos deverão ser formulados através do site da banca examinadora.

Livro comemorativo

Professores, estudantes e técnicos administrativos da Faculdade de Direito da UFBA que desejarem contribuir na elaboração do livro 'O Papel da Faculdade de Direito nos seus 130 anos de existência', têm até o próximo dia 15 para entregarem seus artigos através do e-mail direito@ufba.br.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Crimes de importunação sexual aumentam 28% em MT



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Crimes de importunação sexual aumentam 28% em MT

Os crimes sexuais tiveram aumento considerável no período de janeiro a julho de 2021, em comparação com o mesmo período de 2020, em Mato Grosso. No Estado, o crime de importunação sexual aumentou 28,1%, passando de 114 casos, em 2020, para 146 este ano. Os dados são da Superintendência do Observatório de Segurança Pública, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT).

Neste último sábado (4), um motorista de aplicativo de corridas foi preso em flagrante pela Polícia Civil (PC) por importunação sexual praticada contra uma passageira, em Cuiabá. A vítima, de 18 anos, procurou o plantão da Polícia Civil de atendimento a vítimas de violência doméstica e sexual.

Na delegacia, ela narrou que solicitou o transporte por aplicativo quando saía de um salão de estética, que fica no Bairro Grande Terceiro. Durante o trajeto, a vítima disse que o suspeito olhava constantemente para ela e ao chegar em sua residência, o motorista passou a mão em sua perna, quando então ela saiu apressadamente

do veículo.

Diante disso, a vítima procurou o plantão 24 horas e registrou a ocorrência. O fato ocorreu no sábado (4). A equipe policial realizou diligências e conseguiu localizar o motorista, que foi conduzido à unidade e autuado em flagrante pela delegada Juliana Rado por importunação sexual. O motorista, que não teve o nome divulgado, foi encaminhado à **audiência de custódia** da Justiça.

Ainda, segundo os dados da Sesp-MT, ato obsceno também apresentou aumento de 26 para 36 registros (32,5%), enquanto assédio sexual subiu de 96 para 103 casos (7,3%). Estupro é o único crime com teor sexual do levantamento com redução. Foram registrados 240 casos em 2021 e 255 em 2020, ou seja, -5,9%.

Essa tendência também foi percebida com relação aos dados de crimes sexuais de Cuiabá. Entre janeiro e julho deste ano, a importunação sexual aumentou 32,3%, já que houve 41 casos em 2021 e 31 em 2020. Os crimes de assédio sexual subiram 57,1% (de 21 casos para 33) e o ato obsceno teve um registro a mais em 2021, totalizando 5, enquanto em 2020 foram 4. Ao contrário de Mato Grosso, o estupro aumentou 8,2% (53 casos este ano e 49 no ano anterior) na capital.

Como contraponto, o mesmo período apresentou redução em outros crimes envolvendo mulheres. Alguns exemplos são ocorrências de ameaça (de 10.216 para 10.167), lesão corporal (de 5.334 para 5.042) e calúnia (de 891 para 869).

A superintendente do Observatório de Segurança Pública da Sesp-MT, Tatiane Pilger, pondera que os crimes sexuais são os mais subnotificados quando se tratam de vítimas femininas. 'A mulher se sente envergonhada em relatar os casos, muito por causa do machismo presente na sociedade, que às vezes julga a mulher como culpada em função da roupa que usa, etc, e nos casos em que o agressor possui vínculo com a vítima, ela se sente constrangida ou ameaçada'.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

O vírus do autoritarismo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Há um processo de erosão das instituições democráticas no Brasil? Nossa democracia está em risco? Ao fim e ao cabo, vai ter golpe? Para enfrentar essas perguntas cada vez mais presentes - das redes sociais à academia, da imprensa às salas de jantar -, a Fundação FHC e o Estado promoveram um debate com diversos cientistas políticos.

Como em todo bom debate, prevaleceu a dialética. E, como reza a boa dialética, as disputas foram travadas sobre uma base de consenso. O consenso é de que há uma crise global da democracia caracterizada pela ascensão dos populismos e tremendamente agravada no Brasil pelo autoritarismo desabrido do presidente da República. Os dissensos versaram sobre o grau de resiliência das instituições.

Há risco de ruptura? Carlos Pereira foi categórico: 'Não'. O **Judiciário** vem dando 'sinais coerentes e consistentes'. Contrastando com a cisão entre garantistas e punitivistas à época da Lava Jato, as ameaças de Jair Bolsonaro 'unificaram o Supremo'. No Legislativo, as Comissões de Inquérito cumprem o papel de fiscalizar e constranger o presidente. A imprensa,

como com todos os governos na redemocratização, dispara diuturnamente suas críticas. Nossa democracia é 'incerta, vibrante e competitiva', disse Pereira, 'e isso lhe dá vitalidade'.

Jairo Nicolau falou em um 'dilema' entre um 'otimismo estrutural' e um 'pessimismo conjuntural'. A crise de representatividade, as dificuldades de renovação partidária e o desgaste diário provocado por Bolsonaro evidenciam um 'mal-estar'. Mas não há precedentes históricos para uma 'quebra institucional' das democracias contemporâneas; as estruturas constitucionais brasileiras não permitem uma distorção tão extrema; e, embora haja um amplo contingente conservador na população, as evidências mostram que a extrema direita é só uma minoria, estridente, mas marginal. Eleitores conservadores que elegeram Bolsonaro não endossariam aventuras golpistas e podem migrar para um candidato competitivo de centro-direita.

Mas, mesmo que as estruturas políticas e civis sejam resistentes a rupturas, a 'tensão máxima' a que estão submetidas turva o foco nos problemas reais da sociedade, aumentando 'o custo de operação da democracia', advertiu Magna Inácio. Alguns cidadãos se radicalizam, outros se distanciam, geram-se incentivos à 'desmobilização dos mecanismos de controle', e os corporativismos correm soltos. Mesmo não sendo um choque abrupto, essa degradação leva a uma democracia atrofiada e ineficiente para sanar distorções estruturais como a desigualdade social.

O tom mais pessimista do debate foi dado por Sergio Fausto. 'A ideia de que as instituições estão rodando conforme a sua concepção original é uma cegueira.' O presidente da República anuncia que as eleições serão fraudadas a menos que ele vença; blinda seus crimes de responsabilidade traficando emendas parlamentares; e incita a população à luta armada. Uma coisa é a sociedade desconfiar das instituições e seus representantes, outra é 'uma força política organizada querendo romper com o sistema, dizendo-o claramente,

insuflando quartéis'.

Se o desfecho parece inconclusivo, não é pela fraqueza do debate, mas pela força de seu objeto. A democracia é por natureza dramática. 'Otimismo' e 'pessimismo' são simplificações convenientes para descrever emoções, mas inadequadas para orientar escolhas. A democracia não está nem pode estar predestinada a um futuro 'ótimo' ou 'péssimo'. A cada dia ela traz novas oportunidades de conflito, mas também de **conciliação**. O ônus dessa liberdade é uma espécie de risco permanente. Mas, pago o seu preço - a eterna vigilância -, o seu bônus são reservas inesgotáveis de energia cívica.

Como um organismo invadido por um vírus, a democracia brasileira pode adoecer - e mesmo morrer -, mas a Constituição deu boa compleição ao seu corpo (o Estado) e vigor aos seus órgãos (as instituições). Se cada cidadão agir conscienciosamente como um anticorpo, a democracia pode destruir o vírus do autoritarismo e emergir mais forte e imune às suas variantes.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Professor que citou prêmio 'pela cabeça' de ministros do STF é preso em SC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Isabelle Barone

Um professor do município de Otacílio Costa, região serrana de Santa Catarina, foi preso neste domingo (5) após afirmar, durante live, que um empresário estaria oferecendo dinheiro "pela cabeça" dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A determinação da prisão foi expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

"Pode me torturar, mas tem um empresário grande aí que tá oferecendo, tem até uma grana federal, que vai sair o valor pela cabeça do [ministro] Alexandre de Moraes. Vivo ou morto. O Brasil demorou, mas aconteceu. Agora, no Brasil, vai ser assim. Vai ter prêmio pela cabeça deles", afirmou o professor Márcio Giovani Nique, conhecido como "professor Marcinho", durante live realizada na rede social Tik Tok.

Ele ainda afirma, durante a transmissão ao vivo, fazer parte de um grupamento no Brasil que vai "caçar ministro em qualquer lugar que eles estejam". "Portugal,

Espanha, China, onde eles estiverem", disse.

Procurado, o advogado Silvano Willian Antunes, que representa Márcio Nique, disse que o professor será investigado no âmbito do inquérito que apura atos criminosos e antidemocráticos no 7 de setembro. Segundo ele, na decisão, Moraes afirma que o professor "estaria supostamente convocando a população para prática de atos criminosos e violentos". Simpatizantes e opositores do chefe do Executivo planejam protestos em vários lugares do país no feriado da independência.

"Meu cliente pode ter se excedido, mas qual o motivo para se decretar a prisão de alguém sem antecedentes criminais, em uma cidade de 18 mil habitantes? É difícil dizer qual é o real perigo que essa pessoa está causando", disse o advogado à Gazeta do Povo.

O professor está sob custódia preventiva no presídio regional de Lages, em Santa Catarina, e participará de uma **audiência de custódia** na tarde desta segunda-feira (6). "Não tem motivo para prisão preventiva", disse Antunes.

Procurada pela reportagem, a Polícia Federal de Santa Catarina não respondeu aos questionamentos até a publicação deste conteúdo.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

Preso em SC diz que empresário grande paga 'por cabeça de Alexandre de Moraes'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Às vésperas das manifestações do 7 de Setembro e um consequente aumento da tensão entre o Judiciário e o Executivo, a PF (Polícia Federal) prendeu neste domingo (5), em Otacílio Costa, na Serra de Santa Catarina, o professor Márcio Giovani Nigue, conhecido como 'professor Marcinho'.

A ordem de prisão preventiva (sem data para terminar) partiu do ministro do STF (Superior Tribunal Federal) Alexandre de Moraes. A alegação para a prisão é que ele estaria 'incitando pessoas para cometimento de crimes violentos'.

Nigue estava em casa e foi encaminhado ao Presídio Regional de Lages, também na Serra. Ele deve passar por **audiência de custódia**, procedimento que serve para que um juiz valide a detenção. 'Ele mora aqui em Otacílio Costa e a soltura dele não apresenta perigo para a sociedade', argumenta o advogado Silvano William Antunes, que cuida do caso.

Leia mais

Em transmissão ao vivo no TikTok, Márcio disse que há um empresário 'grande' que está oferecendo dinheiro pela 'cabeça' do ministro Alexandre de Moraes, 'vivo ou morto'. A ordem foi expedida no âmbito do inquérito sobre os atos antidemocráticos do 7 de Setembro.

'A partir de hoje, nós temos um grupamento no Brasil que vai caçar ministros [do STF] aonde quer que eles estejam. Portugal, Espanha, China, onde eles estiverem. Agora no Brasil, com os ministros do Supremo, vai ser assim, vai ter prêmio pela cabeça deles', disse o bolsonarista.

E continuou: 'Não vou falar agora quem é, pois, podem me torturar, mas tem um empresário grande aí que está oferecendo? tem uma grana federal, que vai sair o valor pela cabeça do Alexandre de Moraes. Vivo ou morto, para quem trazer ele [sic]. O Brasil demorou, mas aconteceu', disse.

Relator de inquéritos e processos que miram o presidente Jair Bolsonaro, Alexandre de Moraes é um dos alvos maiores dos apoiadores do chefe do Executivo, recebendo ataques e ameaças constantes.

Em resposta a uma publicação do perfil do STF, por exemplo, o ex-PM Cássio Rodrigues Costa Souza chama Moraes de 'careca filho da p*' e 'advogado do PCC', afirmando que vai matar o ministro e sua família.

Na semana passada, o STF decretou a prisão do morador de Joinville Marcos Antônio Pereira Gomes, de 33 anos, conhecido como Zé Trovão. Ele se encontra foragido.

O jornalista Wellington Macedo, que também teve mandado de prisão expedido foi detido pela Polícia Federal. Ambos são acusados pelo STF de incitarem atos antidemocráticos.

Investigação

A abertura de inquérito para apurar a organização de atos antidemocráticos foi realizada ainda em abril de 2020 pelo ministro Alexandre de Moraes.

A decisão atendeu a um pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras. O procurador-geral justificou o pedido ao STF dizendo que os 'fatos em tese delituosos envolvendo a organização de atos contra o regime da democracia participativa brasileira' foram cometidos 'por vários cidadãos, inclusive deputados federais'.

Em junho do ano passado, a Polícia Federal cumpriu 21 mandados de busca e apreensão no âmbito do inquérito. As recentes ações do STF são uma das justificativas dos protestos programados em todo o país para esta terça-feira, feriado do dia 7 de Setembro.

Com informações do Estadão*

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

STF mantém prisão de professor de SC investigado por ato antidemocrático



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O STF (Superior Tribunal Federal) manteve o pedido de prisão preventiva de Márcio Giovanni Nigue, conhecido como professor Marcinho. A decisão ocorreu durante audiência, de forma online, na tarde desta segunda-feira (6).

De acordo com o advogado Silvano William Antunes, responsável pela defesa de Márcio Nigue, não foi possível analisar o pedido porque a audiência foi presidida por um juiz nomeado pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes.

'Ele [Airton Vieira] enfatizou que não possui poderes para decidir sobre eventual soltura', disse o criminalista em contato com a reportagem do .

Leia mais

A defesa buscou o acesso ao inquérito. No entanto, afirma que 'fomos informados que somente o relator, ministro Alexandre de Moraes, é que pode decidir sobre o acesso do documento. Isso porque ainda podem

existir diligências a serem cumpridas', complementa.

Ainda de acordo com o advogado Silvano Antunes, o próximo passo é entrar com o pedido de habeas Corpus, mas que precisa do acesso ao inquérito para que seja fornecido.

Márcio Giovanni Nigue foi preso, de forma preventiva, no último domingo (5), em Otacílio Costa, na Serra de Santa Catarina, por pedido realizado pelo ministro Alexandre de Moraes. A alegação para a prisão é que ele estaria 'incitando pessoas para cometimento de crimes violentos'.

Nigue estava em casa e foi encaminhado ao Presídio Regional de Lages, também na Serra. Ele deve passar por **audiência de custódia**, procedimento que serve para que um juiz valide a detenção.

'Ele mora aqui em Otacílio Costa e a soltura dele não apresenta perigo para a sociedade', argumenta o advogado Silvano William Antunes.

Em transmissão, Márcio disse que há um empresário 'grande' que está oferecendo dinheiro pela 'cabeça' do ministro Alexandre de Moraes, 'vivo ou morto'. A ordem foi expedida no âmbito do inquérito sobre os atos antidemocráticos do 7 de Setembro.

'A partir de hoje, nós temos um grupamento no Brasil que vai caçar ministros [do STF] aonde quer que eles estejam. Portugal, Espanha, China, onde eles estiverem. Agora no Brasil, com os ministros do Supremo, vai ser assim, vai ter prêmio pela cabeça deles', disse o bolsonarista.

E continuou: 'Não vou falar agora quem é, pois, podem me torturar, mas tem um empresário grande aí que está oferecendo? tem uma grana federal, que vai sair o valor pela cabeça do Alexandre de Moraes. Vivo ou morto, para quem trazer ele [sic]. O Brasil demorou, mas

aconteceu', disse.

Relator de inquéritos e processos que miram o presidente Jair Bolsonaro, Alexandre de Moraes é um dos alvos maiores dos apoiadores do chefe do Executivo, recebendo ataques e ameaças constantes.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

PF prende bolsonarista que relatou suposta oferta para matar Moraes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tiago Angelo

A PF (Polícia Federal) prendeu na tarde de domingo (5.set.2021) o bolsonarista Márcio Giovani Nique, conhecido como 'professor Marcinho'. A ordem partiu do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), no inquérito que investiga a realização de atos violentos no 7 de Setembro.

O homem apareceu em uma live do TikTok afirmando que um empresário está oferecendo dinheiro 'pela cabeça' de Moraes. 'Tem um empresário grande aí que está oferecendo? tem uma grana federal, que vai sair o valor, pela cabeça do Alexandre de Moraes. Vivo ou morto, para quem trazer ele [sic]. O Brasil demorou, mas aconteceu', disse.

Receba a newsletter do Poder360

'A partir de hoje, nós temos um grupamento no Brasil que vai caçar ministro [do STF] aonde quer que eles estejam. Agora no Brasil, com os ministros do Supremo, vai ser assim, vai ter prêmio pela cabeça deles', concluiu o bolsonarista.

A prisão preventiva (sem data para terminar) foi solicitada pela PGR (Procuradoria Geral da República). O homem foi encaminhado ao Presídio Regional de Lages, em Santa Catarina, e deve passar por **audiência de custódia**, procedimento que serve para que um juiz valide a detenção.

Eis o vídeo com as declarações do 'professor Marcinho':

OUTRAS AMEAÇAS

Como mostrou o Poder360 no domingo, essa não foi a única ameaça feita a Moraes. O ex-PM Cássio Rodrigues Costa Souza, por exemplo, disse em seu perfil no Twitter que irá matar o ministro e sua família.

No Twitter, o ex-PM Cássio Rodrigues Costa Souza xinga e ameaça do ministro do STF Alexandre de Moraes

Na 6ª feira (3.set.2021), um segurança de Alexandre de Moraes prestou queixa em nome do ministro contra uma pessoa que xingou o magistrado ao sair do Clube Pinheiros, em São Paulo. O episódio foi na madrugada de 5ª para 6ª feira.

Exaltado, o sócio do Pinheiros ficou na calçada depois da meia-noite gritando ofensas em frente ao edifício no qual reside o ministro (que fica próximo ao clube). A segurança pessoal de Moraes então pediu apoio da Polícia Militar para levar essa pessoa até uma delegacia e registrar um boletim de ocorrência.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

Homenagem - 06/09/2021 - Notícia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

rosaliearruda@uol.com.br

(Virgínia Coelli-Interina)

Uma das mobilizações do 7 de setembro em Natal vai prestar homenagem ao cantor Sérgio Reis, acusado de organizar atos antidemocráticos contra o Supremo Tribunal Federal. Além do hino nacional, os bolsonaristas irão cantar uma das 'modas' mais conhecidas de Sérgio Reis: Menino da Porteira. A homenagem está programada para o encerramento do ato, marcado para a Praça Cívica, no bairro de Petrópolis.

Pós-7 de setembro

Passada a manifestação do 7 de setembro, o presidente Jair Bolsonaro já prepara outra ofensiva para continuar ditando a pauta política do país. Vai apresentar uma Ação no Supremo Tribunal Federal por entender que os governadores não estão respeitando uma emenda constitucional que definiu parâmetros para a cobrança do ICMS em operações de combustíveis.

Culpados

O presidente atribui aos Estados os recentes reajustes no preço dos combustíveis. Ele tem repetido que a culpa do valor mais caro da gasolina e do diesel é fruto da disparidade da cobrança do imposto em cada uma das 27 unidades da Federação.

Catando apoios

Enquanto o ministro Fábio Faria trabalha a implantação do 5G no Qátar, na Ásia, o ministro Rogério Marinho aproveitou o feriadão para unir as agendas administrativa e política no interior do RN.

No Seridó

Rogério reuniu prefeitos de vários municípios durante a apresentação do projeto da adutora do Seridó, em Caicó, no último domingo. O prefeito Ivanildinho, de Timbaúba dos Batistas, e presidente da Associação dos Municípios do Seridó, depois de agradecer o investimento, disse que em reconhecimento, ele e a maioria dos prefeitos da região deverão estar ao lado de Rogério em uma possível candidatura ao Senado em 2022. 'Ele é praticamente uma unanimidade na região. Nós temos no Rogério Marinho uma referência. Por ser essa ponte, por conhecer a realidade de todos nós', finalizou

Excluídos

O feriadão de 7 de setembro marca pra valer a retomada do turismo no país. O litoral do RN foi invadido por visitantes de estados vizinhos. Em Pipa e São Miguel do Gostoso a lotação chegou perto dos 100%. Aliás, São Miguel do Gostoso continua sendo seletiva na recepção de visitantes. Hotéis e pousadas resistem a negociar pacotes com as operadoras populares do país.

Passeio

A cidade de João Pessoa continua atraindo natalenses. Quem passou por lá no feriado foi a secretária de Turismo do governo do RN, Aninha Costa. Deve ter ido conferir o que o governo da Paraíba está fazendo para atrair mais visitantes.

Finalmente

O Centro **Judiciário** de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal no Rio Grande do Norte realizou audiência de **conciliação** para analisar processos em que se discutia a incidência dos expurgos inflacionários dos planos Bresser de 1987, Verão de 1989, Collor 1 (abril de 1990) e Collor 2 de 1991, sobre saldos de cadernetas de poupança.

Sucesso

A Juíza Federal Gisele Leite, coordenadora do CEJUSC, conseguiu homologar acordo envolvendo R\$ 2.788.285,75, quantia que será paga pela CAIXA aos poupadores e seus advogados no prazo de até 30 dias úteis.

Livro

O advogado e escritor George Veras lança o livro 'Manoel Emídio de Sousa, a história de um líder'. Será na quinta (10), às 18h, na sede da Ampern, em Natal.

Facções

A área da Segurança Pública do RN investiga a ligação da explosão do posto de combustível, em Tangará, com a guerra de facções no RN. A relação é muito próxima

Esforço

A Polícia Civil do RN conseguiu recuperar nos últimos dias mais de 50 aparelhos celulares. Todos eles devolvidos aos proprietários. O registro de EMEI nos boletins de ocorrência ajudou no rastreamento dos aparelhos.

Reforço aqui o agradecimento a Polícia Civil do RN.

Apesar de todas as dificuldades, agentes, escrivães e delegados se empenham para dar uma resposta à sociedade potiguar.

Comodidade

O restaurante Outback Steakhouse está facilitando a vida dos clientes implantando a reserva online de mesa antes de chegar ao restaurante e até antes de sair de casa. Ao utilizar o benefício, o cliente pode acompanhar o status da fila até o recebimento de SMS quando a mesa estiver pronta.

Telinha

A jornalista Amanda Fernandes voltou a telinha apresentando o programa Bora, da Band Natal, ao lado da jornalista Heloísa Guimarães. Ela substitui Mariana Rocha, que entrou de licença a espera a chegada de Pedrinho.

Vitória

Um dos melhores registros do final de semana prolongado foi ver nas redes sociais a felicidade da médica geriatra, Vanessa Giffoni, ao ser recebida na Lagoa do Bonfim, pela filha e familiares, logo após a última sessão de quimioterapia. Toda saúde do mundo para ela!

Divulgação

1- O ator e humorista Fabio Porchat foi a sensação do feriadão em São Miguel do Gostoso. Circulou por bares e restaurantes da cidade. Uma das paradas foi no badaladíssimo Jack Sparrow, na praia do Santo Cristo.

Divulgação

2- Nathalia Matos e Andrea Azevedo no casamento animado de Cecília Brito e Carlos Fábio, no Beach Club da cervejaria Oktos. Um dos agitos do feriadão

Divulgação

3- A presidente do Crea-RN, Ana Adalgisa Dias, recebeu em Fortaleza, do presidente do Confea, Joel Krüger, o certificado alusivo à implantação do Programa Mulher no Crea. A presidente está cheia de ideias para dar o play no programa no RN.

Divulgação

4- A prefeita de João Dias, Damaria Oliveira, está em ritmo intenso de atividades e assinou a adesão do município ao Selo Unicef. Na foto, a gestora ao lado da secretária Rafaelle Maia.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Governo espera conter cerco e fortalecer Bolsonaro com atos de 7 de Setembro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Interlocutores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disseram à CNN esperar que ele saia fortalecido das manifestações de 7 de Setembro e com condições políticas para conter o cerco em diversas frentes por que passa seu governo.

A expectativa no governo é a de que as manifestações sejam grandes o suficiente para que ele consiga demonstrar força e mostrar que a despeito do cerco do **Judiciário**; das dificuldades políticas que enfrenta especialmente no Senado; dos sinais de desembarque de parte dos partidos aliados; da insatisfação de parte do empresariado; da rejeição a Bolsonaro e da distância para o ex-presidente Lula nas pesquisas de intenção de voto e ter condições políticas de seguir adiante e chegar competitivo par as eleições de 2022.

Na manhã desta segunda-feira (6), Bolsonaro fez um sobrevoo de helicóptero em Brasília para verificar do alto seus apoiadores nas ruas de Brasília.

Ele estava com seu chefe de gabinete, Célio Faria

Júnior, os ministros da Justiça, Anderson Torres, da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos, do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno.

Ao verificar os grupos bolsonaristas esparramados pela capital federal, teria demonstrado confiança de que sairá fortalecido após esse 7 de Setembro.

O presidente participará dos atos pela manhã em Brasília e à tarde em São Paulo. Alguns de seus conselheiros tem aconselhado Bolsonaro a moderar o tom e não atacar as instituições nos seus discursos, especialmente o de São Paulo, onde deve haver maior concentração de pessoas.

Ele, segundo fontes, desconversa quando aconselhado nesse sentido. Tem dito que irá falar o que as pessoas esperam que ele fale.

Alguns de seus aliados esperam que sua fala não seja agressiva e que o 7 de Setembro dê condições políticas para que ele possa mostrar ao Legislativo e principalmente ao **Judiciário** que pode se sentar à mesa com eles em igualdade de condições.

Mas medidas judiciais determinadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes nesses dias que antecederam as manifestações acabaram por tornar qualquer previsão, até mesmo de seus interlocutores, imprevisível.

A leitura era a de que elas ajudaram a tensionar o ambiente político e a estimular os bolsonaristas a irem às ruas nesta terça, com gritos de ordem contra o STF.

No governo, foram contadas pelo menos seis medidas que foram tomadas nos últimos dias. Na sexta-feira, a prisão do blogueiro Wellington Macedo. No sábado, a liberação de Roberto Jefferson para ir a um hospital e não para a prisão domiciliar. No domingo, o depoimento

da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP). Nesta segunda, o bloqueio de contas da Aprosoja (associação dos produtores de soja), o mandado de busca e apreensão na residência do prefeito de Cerro Grande do Sul e a prisão de um policial militar que atacou Moraes nas redes sociais.

De qualquer forma, interlocutores do presidente buscaram na tarde desta segunda-feira o presidente do STF, Luiz Fux, e no final de semana, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, para tatear o ambiente político.

Concordaram que é preciso distensionar o ambiente, buscar **conciliação** e focar na melhora da economia. Mas **Judiciário** e Legislativo condicionam esse tripé à postura de Bolsonaro e seus apoiadores no 7 de setembro, enquanto o Executivo avalia que eles também têm de dar seus sinais.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Professor de Santa Catarina é preso por inquérito que apura atos antidemocráticos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Professor de Santa Catarina é preso por inquérito que apura atos antidemocráticos

?
?
?
?

Compartilhar

Publicado em 6 setembro, 2021 7:02 pm

Um professor de Otacílio Costa, na Serra catarinense, foi preso no final da tarde deste domingo (5) pela Polícia Federal de Lages. Essa ordem de prisão partiu do ministro do STF (Superior Tribunal Federal) Alexandre de Moraes.

1 - Marinha, alinhada ao bolsonarismo, ataca site O

Antagonista

2 - Bolsonaro muda Marco Civil da Internet para manter crimes na web, denuncia Felipe Neto

Mais um bolsonarista preso

Prisão ocorreu no âmbito do inquérito que apura atos antidemocráticos. A identidade do homem preso não foi revelada. Segundo o advogado Silvano Willian Antunes, responsável pela defesa do detido, consta na decisão do ministro que o seu cliente estaria supostamente 'convocando a população para a prática de atos criminosos violentos.'

O motivo da prisão, segundo o advogado, teria sido a participação do homem em uma live na última sexta-feira (3) quando os supostos crimes teriam sido cometidos. Homem foi encaminhado ao Presídio Regional de Lages. O advogado afirmou que ainda não teve acesso integral ao inquérito.

A defesa aguarda a realização de uma **audiência de custódia** que deve ocorrer às 16h desta segunda-feira (6) com o STF. Dependendo do resultado da audiência, a defesa deve entrar com um pedido de habeas corpus.

Com informações do ND+.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

PF prende bolsonarista que relatou suposta oferta para matar Alexandre de Moraes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Policiais Federais prenderam na tarde de domingo (5) o bolsonarista Márcio Giovani Nique, mais conhecido como "professor Marcinho", que apareceu em uma live do TikTok afirmando que um empresário está oferecendo dinheiro "pela cabeça" do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A ordem de prisão partiu do próprio ministro Alexandre de Moraes, no âmbito do inquérito que investiga a realização de atos violentos no dia 7 de setembro.

"Tem um empresário grande aí que está oferecendo? tem uma grana federal, que vai sair o valor, pela cabeça do Alexandre de Moraes. Vivo ou morto, para quem trazer ele [sic]. O Brasil demorou, mas aconteceu", disse Marcinho.

O bolsonarista afirmou ainda que existe um "grupamento" para "caçar" ministros do STF.

'A partir de hoje, nós temos um grupamento no Brasil

que vai caçar ministro [do STF] aonde quer que eles estejam. Agora no Brasil, com os ministros do Supremo, vai ser assim, vai ter prêmio pela cabeça deles', conclui.

A prisão preventiva foi solicitada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O homem foi encaminhado ao presídio regional de Lages, em Santa Catarina, e deve passar por **audiência de custódia** em seguida, na qual um juiz deverá validar a detenção.

Outras ameaças

Na quinta-feira (2), o ex-PM Cássio Rodrigues Costa Souza foi identificado como autor de ameaças ao ministro Alexandre de Moraes no Twitter. "Terça-feira (7 de setembro) vamos te matar e toda sua família, seu vagabundo. Advogadinho de merda do PCC. Sou policial e todos nós policiais militares te eliminaremos", disse.

Já na última sexta-feira (3), um segurança de Alexandre de Moraes prestou queixa em nome do ministro contra uma pessoa que xingou o magistrado ao sair do Clube Pinheiros, em São Paulo. O homem ficou na calçada depois da meia-noite gritando ofensas em frente ao edifício onde mora Moraes, que fica próximo ao clube. A Polícia Militar foi acionada e o homem foi encaminhado à delegacia, onde foi registrado um boletim de ocorrência.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

Pandemia como pretexto para não receber advogado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Técio Lins e Silva Advogado, professor e ex-secretário de Justiça do RJ

Sou um advogado que vive o dia a dia da Justiça, que sofre com a pandemia da Covid-19, não com o vírus, que eu já tive e o venci, mas sofre com o que ele está causando e pelo pretexto que muitos se utilizam para: não receber advogado, para trabalhar menos, para disfarçar a sua incompetência, sobrecarregando juízes admiráveis. Tenho um respeito imenso pela magistratura, mas tenho visão crítica em relação a uma parte, que não assume os compromissos.

Com certeza, que há razões de saúde, da manutenção do afastamento social, do aperfeiçoamento do teletrabalho, do tal do home office. Mas o advogado está banido desse ambiente. Tira-me o sono imaginar que tem resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dispendo sobre o júri virtual. Como é que os nossos antepassados, a democracia ateniense construída na Ágora - e o júri tem essa construção física, necessária para o embate, para o debate - como é possível imaginar que isso vai ser feito virtualmente? Com o réu em casa ou no presídio? Com o juiz em

home office e o advogado também? E os jurados? Não pode aglomerar e os sete cidadãos quando o júri entra pela noite? Não há a incomunicabilidade assegurada.

E sem nenhuma crítica pessoal, sem ressentimento, pois sou produto desse ambiente, estreei no júri, em 1965. Vivo a advocacia há quase 60 anos e vou morrer realizando aquele grande sonho do advogado, que é: morrer na tribuna fazendo a grande defesa. Sou um auxiliar da Justiça, me sinto colaborando, participando em tudo que faço na vida. Mas não me conformo dessa maneira com que a defesa está sendo banida do exercício dessa profissão magnífica, da defesa, no meu caso, da advocacia criminal.

O júri é assegurado na Constituição Federal e ele lá está inscrito entre os direitos e garantias do artigo 5º e Inciso XXXVIII. Como pode essa mudança nos ritos? E esse botãozinho terrível de cortar o som e que a ditadura, muitas vezes imposta por aqueles que não têm respeito de defesa, aperta e tira do ar, seja o advogado, o Ministério Público e qualquer outra manifestação.

Com a experiência de quem passou 20 anos advogando nas Cortes Militares na ditadura, implantada no Brasil, em 1964, e que durou até 1985, sou testemunha do quanto de respeito ali nós conquistamos, os poucos advogados que se atreveram enfrentar a defesa dos perseguidos políticos. O ato institucional 5, de 13.12.1968 tirou o habeas corpus. Eram tempos muito difíceis, cassaram três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e muitos juízes e hoje a gente tem até medo de que voltem.

Esse desabafo, creio, é uma forma simples de colaborar e contribuir, em homenagem aos profissionais da Justiça, aos advogados, à democracia, que amamos e queremos ver triunfar neste país.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Covid-19

STF autoriza saída de ex-deputado da prisão para fazer tratamento em hospital

O ministro Alexandre de Moraes, do **Supremo Tribunal Federal**, autorizou a saída de Roberto Jefferson da prisão para fazer tratamento em hospital. O ministro considerou as informações da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, que apontam a insuficiência do tratamento médico recebido no presídio para o quadro de infecção urinária. Alexandre de Moraes determinou que o ex-deputado seja monitorado por tornozeleira eletrônica e não receba visitas sem autorização judicial, exceto de familiares. Ele também não pode acessar redes sociais, dar entrevistas ou manter contato com outros investigados. Roberto Jefferson deve voltar para a prisão assim que houver liberação da equipe médica. O ex-deputado foi preso preventivamente no dia 13 de agosto, no âmbito das investigações sobre uma suposta organização criminosa que busca desestabilizar as instituições republicanas.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Secretário-Geral da presidência do STF fala sobre programa de combate à desinformação

O Secretário-Geral da presidência do **Supremo Tribunal Federal**, Pedro Felipe Oliveira, foi o convidado de mais um episódio do podcast "Supremo na Semana", que foi ao ar no sábado. Durante a entrevista, o secretário falou sobre o recém-criado programa de combate à desinformação. Ele é o coordenador do comitê-gestor da ferramenta.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Investigações vão apurar a incitação à prática de atos criminosos contra a democracia

Ministro Alexandre de Moraes, do **STF**, autoriza diligências requeridas pela PGR para apurar a incitação ilícita da população a praticar atos criminosos, violentos e atentatórios ao Estado democrático de direito.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Ato que dispõe sobre a tramitação de medidas provisórias durante a pandemia é constitucional

Julgamento aconteceu no Plenário Virtual do **STF**.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Lei estadual que permite a criação de municípios é inconstitucional

A consultora jurídica da TV Justiça Karina Zucoloto traz os detalhes.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Aécio Neves poderá ter acesso a mensagens apreendidas pela Operação Spoofing

A decisão do ministro Ricardo Lewandowski vale para os diálogos que não estejam sob sigilo e que façam menção expressa ao nome do parlamentar.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF